



Número: **0003232-11.2020.8.17.2640**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns**

Última distribuição : **18/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.725,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA (AUTOR)		BRUNO DE ARAUJO SENA (ADVOGADO)	
MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A (REU)		THACIO FORTUNATO MOREIRA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
63735 487	18/06/2020 17:40	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
63735 493	18/06/2020 17:40	<a href="#">ALAN MELO - BOLETIM DE OCORRENCIA</a>	Outros (Documento)
63735 494	18/06/2020 17:40	<a href="#">ALAN MELO - COMPROVANTE RESIDENCIA</a>	Outros (Documento)
63735 496	18/06/2020 17:40	<a href="#">ALAN MELO - DOCS HOSPITALAR - 4</a>	Outros (Documento)
63735 499	18/06/2020 17:40	<a href="#">ALAN MELO - PAG ADM</a>	Outros (Documento)
63735 501	18/06/2020 17:40	<a href="#">ALAN MELO - RG E CPF</a>	Outros (Documento)
63735 504	18/06/2020 17:40	<a href="#">ALAN MELO -DOCS HOSPITALAR - 1</a>	Outros (Documento)
63735 507	18/06/2020 17:40	<a href="#">ALAN MELO -DOCS HOSPITALAR - 2</a>	Outros (Documento)
63735 509	18/06/2020 17:40	<a href="#">ALAN MELO -DOCS HOSPITALAR - 3_</a>	Outros (Documento)
63735 510	18/06/2020 17:40	<a href="#">Allan Melo - procuração judicial</a>	Outros (Documento)
63753 943	19/06/2020 18:27	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
69690 352	19/10/2020 10:03	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
69729 252	19/10/2020 16:26	<a href="#">Citação</a>	Citação
70622 404	06/11/2020 10:33	<a href="#">Habilitação</a>	Petição (3º Interessado)
70622 406	06/11/2020 10:33	<a href="#">ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA</a>	Petição em PDF
70622 409	06/11/2020 10:33	<a href="#">DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO - MONGERAL</a>	Procuração
70622 414	06/11/2020 10:33	<a href="#">SUBSTABELECIMENTO MONGERAL 2020</a>	Substabelecimento
70755 040	09/11/2020 23:41	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
70755 041	09/11/2020 23:41	<a href="#">CONTESTAÇÃO</a>	Petição em PDF
70755 043	09/11/2020 23:41	<a href="#">DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO - MONGERAL</a>	Procuração

70755 044	09/11/2020 23:41	<a href="#">SUBSTABELECIMENTO MONGERAL 2020</a>	Substabelecimento
70768 303	10/11/2020 10:09	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
71788 465	30/11/2020 12:17	<a href="#">Petição - RÉPLICA À CONTESTAÇÃO</a>	Petição
71788 472	30/11/2020 12:17	<a href="#">_ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA - RÉPLICA QUEIROZ.docx</a>	Petição em PDF
71979 231	03/12/2020 10:46	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
72478 611	14/12/2020 14:29	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
72478 616	14/12/2020 14:29	<a href="#">2773533_CONTESTACAO_01</a>	Petição em PDF
72478 618	14/12/2020 14:29	<a href="#">PROCURAÇÃO ATOS SUBS 2015 (2) (2)</a>	Outros (Documento)
72478 623	14/12/2020 14:29	<a href="#">ATOS CONSTITUTIVOS</a>	Outros (Documento)
72478 624	14/12/2020 14:29	<a href="#">PROCURAÇÃO E SUBS</a>	Procuração
72859 110	21/12/2020 15:37	<a href="#">Petição</a>	Petição
72859 117	21/12/2020 15:37	<a href="#">2773533_JUNTADA_DE_DOCS_01</a>	Petição em PDF
72859 119	21/12/2020 15:37	<a href="#">ANEXO 1</a>	Outros (Documento)
72917 145	22/12/2020 18:41	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
74779 155	08/02/2021 09:57	<a href="#">Petição</a>	Petição
74779 165	08/02/2021 09:57	<a href="#">2773533_PETICAO_INTERLOCUTORIA_01</a>	Petição em PDF
74779 166	08/02/2021 09:57	<a href="#">ANEXO 1</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
74779 168	08/02/2021 09:57	<a href="#">ANEXO 2</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
74792 020	08/02/2021 11:44	<a href="#">Petição</a>	Petição
74793 406	08/02/2021 11:44	<a href="#">2773533_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_05</a>	Petição em PDF
74793 410	08/02/2021 11:44	<a href="#">ANEXO 1</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
74793 412	08/02/2021 11:44	<a href="#">ANEXO 2</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
74793 414	08/02/2021 11:44	<a href="#">ANEXO 3</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
74793 415	08/02/2021 11:44	<a href="#">ANEXO 4</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
74909 248	09/02/2021 16:32	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
74909 249	09/02/2021 16:32	<a href="#">3232-11.2020 AR MONGERAL</a>	Aviso de recebimento (AR)
75304 786	16/02/2021 13:04	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
75359 060	17/02/2021 13:14	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
76075 655	01/03/2021 15:41	<a href="#">Ofício</a>	Ofício
76118 905	02/03/2021 09:52	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
76118 906	02/03/2021 09:52	<a href="#">comprov. e-mail</a>	Documento de Comprovação
76359 285	05/03/2021 08:46	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
76359 287	05/03/2021 08:46	<a href="#">3232 - anexo 2</a>	Documento de Comprovação
76359 288	05/03/2021 08:46	<a href="#">3232- anexo 1</a>	Ofício

76359 289	05/03/2021 08:46	<a href="#">3232- Zimbra</a>	Documento de Comprovação
--------------	------------------	------------------------------	--------------------------

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE GARANHUNS - PERNAMBUCO.**

**ALAN MELO HONÓRIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de identidade nº 9.972.504 SDS/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 115.885.914-76, residente e domiciliado na Rua João de Andrade, 203-B, Magano, Garanhuns/PE CEP:55294-634 vem, à presença de V. Exa., por intermédio de seus advogados *in fine* assinados, procuração anexa (**doc.1**), para propor, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis à matéria presente

**AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT,**

em face da **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço para notificações na Av. Visconde Suassuna, 505, Santo Amaro, Recife, PE, CEP: 50050-540 (F.81 3972.5000), CNPJ:33.608.308/0001-73, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

O requerente solicita a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, tendo em vista que o mesmo não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, razão pela qual apresenta sua declaração de insuficiência de recursos (**doc.2**).

**DO PEDIDO LIMINAR PARA UMA MAIOR EFETIVIDADE DO PROCESSO**

É importante, antes de mais nada, frisar que feitos da natureza da presente demanda, são de grande volume e, ao mesmo tempo, quando presente a perícia do juízo, de fácil conciliação/resolução.

Sendo assim, foi publicada, em 30 de Agosto de 2013, a Instrução Normativa N°08, através da qual o presidente do TJPE criou a Central de Conciliação Mediação e Arbitragem (CCMA), sendo que na comarca do Recife. Importa ainda lembrar que a comarca de Caruaru também seguiu a esteira da capital e publicou a Instrução normativa N°16 do TJPE de 01/10/2014. O fito destas medidas foi descongestionar sobremaneira, o que por sinal tem ocorrido, a pauta e abreviar o calvário de anos e anos de disputa judicial.

Nas mencionadas Instruções foi considerado, entre outras coisas, o que segue *ipsis litteris*:

CONSIDERANDO o grande volume de processos distribuídos diariamente que versam sobre a cobrança de seguro obrigatório DPVAT, no âmbito da Comarca da Capital, inclusive de outras comarcas do Estado, uma vez que a competência é relativa e definida pelo próprio segurado;(grifo nosso)

CONSIDERANDO que são processos facilmente conciliáveis, sendo recomendável





que, antes de serem distribuídos, sejam submetidos à tentativa de conciliação, cujo índice de composição amigável é superior a 80%, evitando a sobrecarga do acervo processual das varas cíveis pelo incremento decorrente de sua prévia distribuição;

CONSIDERANDO que, em regime de mutirão, é possível resolver o maior número possível desses litígios, com a concentração das sessões de conciliação e das perícias indispensáveis a sua resolução, esta custeada integralmente pela Seguradora Líder, sem qualquer ônus para a parte ou para o Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a necessidade de se promover a redução da taxa de congestionamento processual nas Unidades Judiciárias por onde tramitam feitos atinentes à cobrança de seguro obrigatório DPVAT;

CONSIDERANDO, por fim, a política nacional definida pelo Conselho Nacional de Justiça no sentido de todos os Tribunais do país constituírem núcleos permanentes de resolução consensual de conflitos, a fim de auxiliarem a resolução de litígios, no âmbito processual e pré-processual – Resolução CNJ no 125/2010.

Sendo assim resolveu, a presidência, naquelas ocasiões, criar as CCMA's na capital e em Caruaru neste estado. Está clarividente que a acertada e precursora atitude do nosso judiciário foi fomentar a efetividade processual, considerando tudo supracitado.

**É muito claro que esta realidade da capital também se adéqua a das demais comarcas, sobretudo nas mais distantes, onde os demandantes não têm condições de arcar com o ônus de vir seus pleitos serem resolvidos em Recife.**

**É de suma importância que se traga à luz, também, o recente convênio firmado entre a seguradora Líder dos Consórcios DPVAT e tribunal deste estado. No referido acordo a seguradora mencionada se compromete a arcar com a perícia a ser realizada por perito judicial no importe de R\$200,00 (doc anexo)**

**Sendo assim desde já requer o patrono do autor que vossa excelência designe médico para a feitura de perícia no demandante, após a devida citação, quantificando o grau de comprometimento das lesões e a estrutura corporal afetada, respondendo aos quesitos anexados esta peça vestibular.**

**Após a devida juntada do laudo elaborado pelo *expert*, roga o causídico da presente pelo Julgamento Antecipado do Mérito nos moldes do Art. 355, I do CPC, tendo em vista a desnecessidade de produção probatória em sede de audiência bem como a celeridade processual, ou, alternativamente a marcação da audiência de conciliação.**

**Por fim queria, também neste momento, rogar no sentido de que fosse adotado o procedimento ordinário em face da complexidade da causa, haja vista a necessidade imperiosa de prova pericial e também da desnecessidade da audiência conciliatória do rito sumário. É cediço que raríssimas são as vezes em que ocorre a conciliação (em ações desta natureza) e que após a juntada do resultado da perícia não há mais provas a serem produzidas, motivo pelo qual a lide já comportaria o julgamento antecipado.**

Desta forma desafogaria a pauta deste juízo e o presente litígio se resolveria de maneira mais ágil e efetiva, tudo em conformidade com os princípios constitucionais da efetividade de Processo, economia processual e razoável duração do processo.

## DOS FATOS

O requerente estava em uma motocicleta nas imediações do Sítio Lagoa



Nova, Saloá-PE, no dia 27/03/2019, quando perdeu o controle do veículo ao passar por um buraco acarretando a queda do mesmo, sendo a vítima socorrida por populares para o Hospital Regional Dom Moura e em seguida transferido para o Hospital Regional do Agreste, conforme Boletim de Ocorrência Policial (**doc.4**).

No referido hospital foi constatado **FRATURA DIAFISÁRIA DE ÚMERO ESQUERDO + LESÃO DE PLEXO BRAQUIAL** conforme Documentos hospitalares (**doc.5**).

Entrando-se administrativamente perante a requerida, solicitando o pagamento do seguro obrigatório, que lhe era de direito, a seguradora ré a seguradora ré liberou a quantia de **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**, conforme doc em anexo.

Vale salientar que a invalidez do requerente já foi atestada pela própria seguradora, vez que reconhecendo a incapacidade adquirida do requerente efetuou apenas parte do pagamento devido, mesmo sabendo que o valor efetivamente devido era bem superior.

## DO DIREITO

Em conformidade com o art. 3º da lei nº 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

**Art. 2º** Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea "I" nestes termos:

"Art. 20...I. Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não."

**Art. 5º** O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do seguro.

Vale ressaltar que acidentes desta natureza geram uma indenização no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). Entretanto a seguradora não cumpriu com sua obrigação deixando de quitar a quantia de **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**, motivo pelo qual existe a presente demanda.

Vale ainda salientar que a seguradora ré abusa de sua posição na relação obrigacional e não cumpre com a sua obrigação imposta em lei, tornando a efetivação do direito dos segurados do DPVAT cada vez mais difícil.

Ao descumprir uma obrigação legal, a seguradora ré torna um processo que deveria durar cerca de 30 dias, em um calvário que normalmente se estende por vários anos, fazendo com que pessoas acidentadas e extremamente debilitadas tenham que passar por constrangimentos por falta de dinheiro, já que sem condições de trabalhar e sem o dinheiro do seguro, que lhe é de direito, precisam pedir ajuda a terceiros e até contrair empréstimos a juros altíssimos. Além do constrangimento de ver o seu direito tolhido sem o menor escrúpulo e receber um valor bem inferior ao esperado.

Vale salientar que a seguradora ré sempre contesta as alegações dos demandantes informando que a quantia já liberada fora paga de acordo com a lesão atestada. No entanto, a simples afirmação não é suficiente, pois a seguradora nunca informa o procedimento realizado para chegar a tal conclusão, podendo-se afirmar que a mesma faz o pagamento de valores sem o menor sentido, razão pela qual vem a juízo impugnar os percentuais aplicados pela seguradora ré no âmbito administrativo do Seguro DPVAT.

Não merecendo prosperar qualquer SIMPLES alegação da seguradora ré de que realizou a liquidação do sinistro corretamente, tentando ludibriar o entendimento de vossa excelência e prejudicar o direito do demandante através de leis e tabelas, a menos que haja a comprovação cabal de que o exposto esteja subsumido ao presente caso.



## DO PEDIDO

Ante todo o exposto, requer:

1) **A citação postal da Requerida** no endereço supracitado, para querendo, responder nos termos da presente ação sob pena de revelia e confissão.

2) **que, subsequentemente, Vossa Excelência designe médico para a feitura de perícia no demandante quantificando o grau de comprometimento das lesões e a estrutura corporal afetada, cujos quesitos encontram-se anexos, para, assim, obtermos êxito na audiência de conciliação e não a tornarmos inócua;**

3) **Que seja julgado procedente o pedido, condenando a requerida ao Pagamento do Seguro Obrigatório - DPVAT, conforme determinado em lei, no valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), mais correção monetária do data do acidente (27/03/2019) e os juros moratórios a serem calculados a partir da citação válida.**

5) **que o Dr. Bruno de Araújo Sena, seja aquele incumbido de receber as intimações dos ulteriores atos processuais**, com endereço profissional para receber as intimações, notificações e demais atos processuais, constante na procuração

6) **que a presente demanda seja processada nos moldes do Procedimento Ordinário.**

7) **Aplicação de juros moratórios de 1% ao mês a partir da data do pagamento do seguro, com a condenação em honorários advocatícios em 20% do valor da causa.**

8) **Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser o requerente pessoa pobre nos termos da Lei nº 1060/50.**

## DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**, mais correção monetária do data do acidente **(27/03/2019)** e os juros moratórios a serem calculados a partir da citação válida.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Garanhuns, 18 de junho de 2020.

Bruno de Araújo Sena  
OAB/PE: 28063



03/07/2019

Boletim de Ocorrência



539033  
0264842 / 119

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 145ª CIRCUNSCRIÇÃO - SALOÁ - DP145ºCIRC DINTER1/18ºDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 19E0235000227

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 03/07/2019 às 11:27

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposo (Consumado)**, que aconteceu no dia 27/03/2019 no período da

Noite

Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE SALOÁ, 01, ESTRADA QUE DA ACESSO AO POVOADO SERRINHA DA PRATA -**  
Bairro: **CENTRO - SALOÁ/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

~~NÃO SE APLICA (AUTOR INGENE)~~  
~~HERMESSON HONORIO DE OLIVEIRA (OUTRO)~~  
ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: MARIA DO SOCORRO DE MELO HONORIO Pai: PAULO HONORIO DE OLIVEIRA Data de Nascimento: 13/12/1994 Naturalidade: SUMARE / SAO PAULO / BRASIL**  
Endereço Residencial: **POVOADO SERRINHA DA PRATA, 6367 - CEP: 0 - Bairro: ZONA RURAL - SALOÁ/PERNAMBUCO/BRASIL**

**HERMESSON HONORIO DE OLIVEIRA (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: MERIABETANIA DE OLIVEIRA HONORIO**  
~~Pai: HERMESSON HONORIO DE OLIVEIRA Data de Nascimento: 13/12/1994 Naturalidade: SAO PAULO / BRASIL~~  
Endereço Residencial: **POVOADO SERRINHA DA PRATA, 30 - CEP: 0 - Bairro: ZONA RURAL - SALOÁ/PERNAMBUCO/BRASIL**

NÃO SE APLICA - Ramo de Atividade: **NAO INFORMADO**

Nome do Representante: - Cargo do Representante: - Pessoa de Contato no estabelecimento comercial: - Telefone de Contato: -

**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

**MOTOCICLETA (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **HERMESSON HONORIO DE OLIVEIRA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**

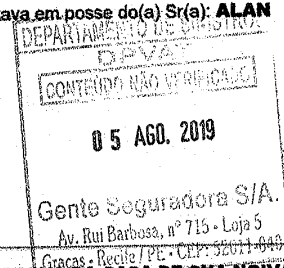
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 150 FAN MIX ESDI** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **VERMELHA** - Quantidade: **1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **0Y27678** - PERNAMBUCO - NÃO INFORMADO - Renavam: **101901706** - Chassi: **5C2RC1630F1500455**  
Ano Fabricação/Modelo: **2014/2015**

Complemento / Observação

CONFORME INFORMOU O DECLARANTE, NO DIA 27/03/2019, POR VOLTA DAS 20H, QUANDO SE DESLOCAVA DA CASA DE SUA NOIVA, NO SÍTIO LAGOA NOVA, PARA SUA RESIDÊNCIA NO POVOADO SERRINHA DA PRATA, PERDEU O CONTROLE DA MOTO AO BATER EM UM BURACO, VINDO A CAIR, ALEGA QUE FICOU CONCIENTE E QUE SENTIA MUITAS DORES, PRINCIPALMENTE NO BRAÇO ESQUERDO, QUE, POPULARES IAM PASSANDO E, AO VÊ-LO CAÍDO NO CHÃO, PEDIRAM SOCORRO; QUE, O MESMO FOI SOCORRIDO PELA AMBULÂNCIA DO POVOADO DA SERRINHA DA PRATA PARA O HOSPITAL LOCAL, PORÉM, DEVIDO A GRAVIDADE DO FERIMENTO, FOI LEVADO AO HOSPITAL REGIONAL DOM MOURA, SENDO ENCAMINHADO POSTERIORMENTE AO HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE EM CARUARU, ONDE PRECISOU PASSAR POR CIRURGIA.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

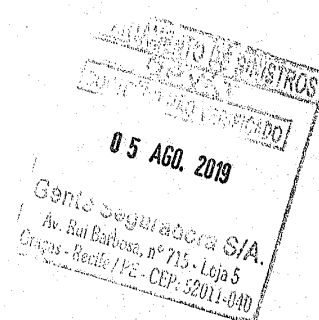


Assinado eletronicamente por: BRUNO DE ARAUJO SENA - 18/06/2020 17:39:46

03/07/2019

ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA Boletim de Ocorrência  
(VITIMA)

B.O. registrado por: RENATO SILVA DOS SANTOS - Matrícula: 3374710



# DADOS DO CLIENTE

FABIO JUNIO DE SOUZA SILVA

CPF 054 476 764-01

## CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL  
RESIDENCIAL

## ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA JOAO DE ANDRADE 203 -B

MAGANO/GARANHUNS  
GARANHUNS PE  
55290-000

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
060480751	UNICA	11/10/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
11/10/2019	2002852715	5905279

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7016294017	10/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PROXIMA LEITURA
18/10/2019	11/11/2019
TOTAL A PAGAR (R\$)	83,63

## DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	84,0000000	0,81060952	78,20
Acréscimo Bandeira AMARELA			0,79
Acréscimo Bandeira VERMELHA			3,83
Contrib. Ilum. Pública Municipal			2,50
ICMS Subvenção-CDE-NF 072620527-08/09/19			0,60
			83,63

## TOTAL DA FATURA

## DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
3140733082	CAT	09/09/2019	723,00	11/10/2019	817,00	32	1,00000		94,00

## HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano	Consumo (kWh)
OUT 19	94
SET 19	95
AGO 19	84
JUL 19	88
JUN 19	83
MAY 19	76
ABR 19	70
MAR 19	77
FEV 19	91

## INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	80,53	25,00
PIS	80,53	1,29
COPINS	80,53	5,95

## COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	25,49	31,64%
Transmissão	2,79	3,46%
Distribuição (Celpe)	16,97	21,07%
Perdas de Energia	5,34	6,52%
Encargos Setoriais	3,99	4,95%
Tributos	25,96	32,25%
Total	80,53	100%

## TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo(kWh)

0,54933000



Assinado eletronicamente por: BRUNO DE ARAUJO SENA - 18/06/2020 17:39:46

<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20061817394633800000062558907>

Número do documento: 20061817394633800000062558907



HOSPITAL REGIONAL DOM MOURA  
Simão Gomes, Heliópolis, Garanhuns - PE  
CEP: 55296-250, Fone: (87) 3761-8100 | (87) 3761-8101

### FICHA DE ATENDIMENTO

Número do Registro 51703	Data e Hora do Atendimento 27/03/2019 às 22:45:25	Procedimento Local: Prontuário Integrado	Local de Entrada EMERGÊNCIA ORTOP
-----------------------------	--	--	--------------------------------------

#### Formações prestada pelo paciente ou acompanhante:

Paciente: 025386306 - ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

NS: 160717562790004 Nascimento: 13/12/1994 Idade: 24 anos Sexo: Masculino Cor:

Estado Civil: Solteiro(a) Profissão: ESTUDANTE Naturalidade: SUMARE - SP Nacionalidade: Brasileiro

Documento: RG - 9972504  
Filiação:  
Pai:  
Mãe: MARIA DO SOCORRO DE MELO HONORIO

Endereço (Av., Rua, etc): SÍTIO SERRA DAPRATA, Nº. Complemento:  
Bairro: ZONA RURAL Cidade: Saloá UF: PE Telefone: (87) 8129-2535

acompanhante:  
Ocorrência: Acidente de trabalho: Sim ☐ Não ☐

Procedência: Saloá Meio de Transporte:

#### Atendimento Médico:

Data: / / Hora: Médico: CRM: /

Diagnóstico Principal:

IDA:

*Don e shofon mudele*  
*Don E*

#### História do Trauma:

Perda da Consciência: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Episódio Emético: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Acidente de Trabalho: Sim <input type="checkbox"/>
Acidente de Trânsito: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Tipo:	
Colisão: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Tipo:	Motorista <input type="checkbox"/> Passageiro <input type="checkbox"/>
Atropelamento: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Local do Impacto:	
Vítima de Ferimento: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Tipo:	Sofreu Queda: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Altura:
Queimadura: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Por:	Transporte realizado por:
Condições de imobilização adequada: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Por que:	

#### Exame físico:

A: Geral Via aérea está pervia: Sim ☐ Não ☐ O paciente fala: Sim ☐ Não ☐ Temp.:

#### B: Respiratório

#### C: Circulatório

PA: x mm Hg Pulso: bpm

#### D: Exame Neurológico

Deficiência motora: MSD ☐ MSE ☐ MID ☐ MIE ☐ Pupilas: Isocóricas ☐ Anisocóricas ☐

Glasgow: Abertura Ocular  
Score: Hora:

Glasgow: Resposta Verbal  
Score: Hora:

Glasgow: Resposta Motora  
Score: Hora:

HOSPITAL REGIONAL DE  
GARANHUNS  
DOM MOURA  
5ª REGIÃO DE SAÚDE  
GARANHUNS - PE

05 AGO. 2019  
Gente Seguradora S/A  
Av. Rui Barbosa, nº 715 - Loja 5  
Garanhuns - Recife/PE CEP: 55011-000

**SINISTRO 3190462143 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** GENTE

SEGURADORA S/A

**BENEFICIÁRIO** ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**CPF/CNPJ:** 11588591476**Posição em 11-05-2020 14:59:40**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

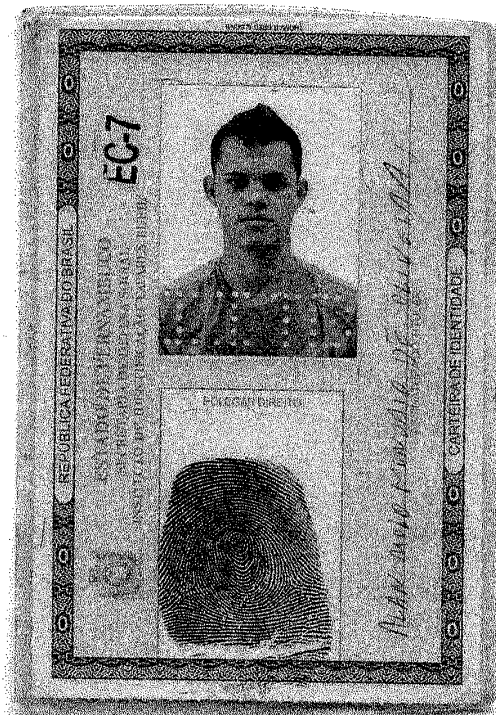
Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

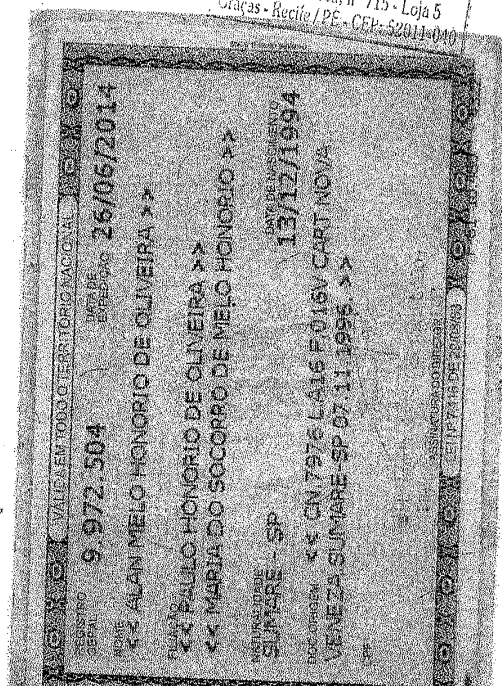
Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
28/08/2019	R\$ 4.725,00	R\$ 0,00	R\$ 4.725,00







DEPARTAMENTO DE REGISTROS  
05 AGO, 2019  
Sente Seguradora S/A.  
Av. Rui Barbosa, nº 715 - Loja 5  
Gracas - Recife/PE - CEP: 52011-040



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 Secretaria da Receita Federal do Brasil  
**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CPF**  
 (Válido somente com documento de identificação.)  
 Nº do CPF: 115.885.914-76  
 Nome: ALAN NELO HONORIO DE OLIVEIRA  
 Data de Nascimento: 13/12/1994  
 Comprovante emitido às 12:13:16 do dia  
 05/03/2012 (hora e data de Brasília)  
 Código de Controle do Comprovante:  
 F6D4.33E5.833E.AE63  
 Dígito Verificador: 00  
 A autenticidade deste comprovante deverá  
 ser confirmada na Internet, no endereço:  
<http://www.receita.fazenda.gov.br>  
 (Modelo aprovado pela IN RFB Nº 1.042,  
 de 10 de Junho de 2010)  
 Emitido por: CORREIOS

DEPARTAMENTO DE CANCELAMENTO  
 DE VOTO  
 CONTIÚDO NÃO VOTAR  
 05 AGO. 2019  
 Gente Seguradora S/A.  
 Av. Rui Barbosa, nº 715 - Loja 5  
 Graças - Recife / PE - CEP: 52011-040





HOSPITAL REGIONAL DOM MOURA  
Simão Gomes, Heliópolis, Garanhuns - PE  
CEP: 55296-250, Fone: (87) 3761-8100 | (87) 3761-8101

### FICHA DE ATENDIMENTO

Número do Registro	Data e Hora do Atendimento	Procedimento Local: Prontuário Integrado	Local de Entrada
51703	27/03/2019 às 22:45:25		EMERGÊNCIA ORTOP

#### Formações prestada pelo paciente ou acompanhante:

Paciente: 025386306 - ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

NS: 160717562790004 Nascimento: 13/12/1994 Idade: 24 anos Sexo: Masculino Cor:

Estado Civil: Solteiro(a) Profissão: ESTUDANTE Naturalidade: SUMARE -SP Nacionalidade: Brasileiro

Documento: RG - 9972504 Filiação: Pai: Mãe: MARIA DO SOCORRO DE MELO HONORIO

Endereço (Av., Rua, etc): SÍTIO SERRA DAPRATA, Nº. Complemento: Bairro: ZONA RURAL Cidade: Saloá UF: PE Telefone: (87) 8129-2535

acompanhante: Acidente de trabalho: Sim ☐ Não ☐

correria: Meio de Transporte:

#### Atendimento Médico:

Data: / / Hora: Médico: CRM: /

Classe Principal:

IDA:

*Don e chefe mestrado*  
*Don E*

#### História do Trauma:

Perda da Consciência: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Episódio Emético: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Acidente de Trabalho: Sim <input type="checkbox"/>
Acidente de Trânsito: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Tipo:	
Colisão: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Tipo:	Motorista <input type="checkbox"/> Passageiro <input type="checkbox"/>
Atropelamento: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Local do Impacto:	
Vítima de Ferimento: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Tipo:	Sofreu Queda: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Altura:
Queimadura: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Por:	Transporte realizado por:
Condições de imobilização adequada: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Por que:	

#### Exame físico:

A: Geral Via aérea está pervia: Sim ☐ Não ☐ O paciente fala: Sim ☐ Não ☐ Temp.:

#### B: Respiratório

#### C: Circulatório

PA: x mm Hg

Pulso:

05 AGO. 2019  
bpm

#### D: Exame Neurológico

Deficiência motora: MSD ☐ MSE ☐ MID ☐ MIE ☐ Pupilas: Isocóricas ☐ Anisocóricas ☐

Glasgow: Abertura Ocular  
Score: Hora:

Glasgow: Resposta Verbal  
Score: Hora:

Glasgow: Resposta Motora  
Score: Hora:

HOSPITAL REGIONAL DE  
GARANHUNS  
5ª REGIÃO DE SAÚDE  
GARANHUNS - PE

Gente Seguradora S/A  
Av. Rui Barbosa, nº 715 - Loja 5

Garças - Recife/PE CEP: 52011-000

E: Abdômen

Diagnóstico Inicial:

Exames Solicitados:

Resultado dos Exames

Tratamento/Procedimento:

Cód. Procedim

Indicação Cirúrgica: Sim ☐ Não ☐ Motivo:

Ass. Médico + Ca

Ass. Enfermeira + (

Diagnóstico Definitivo:

Diagnóstico do Caso:

Internamento ☐ Cirurgia ☐ Óbito ☐ Termo de Alta a pedido ☐ Evadiu-se ☐

Condição da Alta:

☐ Curado ☐ Melhorado ☐ Inalterado ☐ Pior ☐ Óbito

Transferido para:

Internado na Clínica:

Autorização para Alta / Internamento / Transferência:

Médico:

CRM:

Data: / /

Hora:

Termo de Responsabilidade para Internamento

Estou ciente das normas existentes neste Hospital, as quais aceito integralmente e autorizo a realização de tratamentos clínicos e /ou cirúrgicos, inclusive transfusões, exames complementares e transporte se forem necessários.

Data: / /

Nome Completo Legível:

Nº da Identidade:

Assinatura:

Responsabilizo-me pela imediata retirada do paciente deste nosocômio, bem como tenho absoluto conhecimento de todas as consequências que deste ato possam advir.

Data: / /

Nome Completo Legível:

Nº da Identidade:

Assinatura:





SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
HOSPITAL REGIONAL DOM MOURA - GARANHUNS/PE  
SETOR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA



CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

FICHA DE ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO:	VERMELHO	AMARELO	VERDE	AZUL
Nome:	Idade: 24			
Situação/Queixa:				

PROCEDÊNCIA			
RESIDÊNCIA	VIA PÚBLICA	TRABALHO	UNIDADE DE SAÚDE:
Doenças Preexistentes:			
Medicações em uso:			
INTOLERÂNCIA/ALERGIAS			

PARÂMETROS							
PA:	P:	R:	T:	SpO2:	HGT:	Peso:	Glasgow:

RÉGUA DE DOR		
LEVE	MODERADA	GRAVE

ACIDENTE DE TRABALHO ☐ SIM ☐ NÃO

Consciente	Orientado	Desorientado	Ansioso	Calmo
Agitado	Torporoso	Comatoso	Não atende voz de comando	
Ritmo Sinusal	Palpitações	Taquicardia	Bradicardia	
Dispnéias aos esforços	Dispnéia de repouso	Dispnéia de noturna	Cianose	
Palidez	Sudorese			

DOR TORÁXICA	
INTENSA	MODERADA

Duração da dor:

Localização:

IRRADIAÇÃO DA DOR				
Braço E	Braço D	Escápula	Mandíbula	Abdôme

DOR PRESENTE	
EM REPOUSO	AOS ESFORÇOS

Fluxograma:

Data:

Dr. Diogo Cardoso  
Especialista Obstetra  
CRM-PE 197078

Assinatura/Carimbo

[illegible][illegible]



HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE  
EMERGÊNCIA



1 - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Atendimento: 497342 Prontuário: 336221  
Nome: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA  
Data Nasc.: 13/12/1994 Idade: 24 Sexo: MASCULINO Cor: PARDA Religião:  
CPF: RG: 9972504 CNS: 160717562790004  
Endereço: SÍTIO SERRINHA DA PRATA Nº: 0  
Bairro: ZONA RURAL Cidade: SALOA Estado: PE  
CEP: 55353971 Fone: 981762076 Profissão: AGRICULTOR  
Nome da Mãe: MARIA DO SOCORRO DE MELO HONORIO  
Acompanhante:  
Motivo do Atendimento: QUEDA DE MOTO  
Clínica: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

2 - ATENDIMENTO

Data: 01/04/2019 12:13

Médico: MEDICO PLANTONISTA

Queixa Principal / HDA:

RAQUIMOSIS COM FRATURA DISTAL DA  
ULNA D + LESÃO DO N. RADIAL.  
Encefalopatia no 1º dia de vida.

Exame Físico:

PA: FC: FR:

RAQUIMOSIS DO D. F. P. / LESÃO DO  
N. RADIAL. NO 1º DIA DE VIDA.

Diag. Provisório:

RAQUIMOSIS DO ULNAR / LESÃO DO N. RADIAL

U: INFLAMATÓRIA P/  
PROLIFERAÇÃO

Prescrição:

Dieta:

Horário

Data

Dr. Maurício Paes  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM-PE: 16.693 TDDT 14.5R

EXAME DE LABORATÓRIO  
DATA: 05 AGO, 2019  
Gente Seguros S/A  
Av. Rui Barbosa, nº 115 - Loja 5  
Grupos - Recife / PE - CEP: 52011-040





360757562790004

2-08

Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
Fundação de Saúde Amaury de Medeiros - FUSAM

## LAUDO PARA TRANSPORTE DE PACIENTE

SENHA: 5753023

Unidade de Saúde		Município	Região de Saúde	
H2DM		CUS	V	
Nome do Paciente				
ALAN MELO HONÓRIO DE OLIVEIRA				
Quadro Clínico				
DOR + IMPOTÊNCIA FUNCIONAL BOMBO E SINAIS CLÍNICOS DE LESÃO DO N. RADIAL E				
Diagnóstico				
FRATURA DIÁFISÁRIA DO ÚLNERO E + LESÃO DO N. RADIAL				
1ª REMOÇÃO	Destino	Município	H. de Saída	H. de Chegada
	Motivo (Registro detalhado)	CARUARI		
	Assinatura do Responsável	Nº do C.R.M.	7788	Data
HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE				
CIRURGIA DE URTO + NEVROCIURIA				
2ª REMOÇÃO	Destino	Município	H. de Saída	H. de Chegada
	Motivo (Registro detalhado)			
	Assinatura do Responsável	Nº do C.R.M.		Data
3ª REMOÇÃO	Destino	Município	H. de Saída	H. de Chegada
	Motivo (Registro detalhado)			
	Assinatura do Responsável	Nº do C.R.M.		Data
4ª REMOÇÃO	Destino	Município	H. de Saída	H. de Chegada
	Motivo (Registro detalhado)			
	Assinatura do Responsável	Nº do C.R.M.		Data
Unidade prestadora do atendimento		Município	H. de Saída	H. de Chegada
Especificação do Atendimento		Prestado		
Assinatura do Responsável		Nº do C.R.M.		Data



Assinado eletronicamente por: BRUNO DE ARAUJO SENA - 18/06/2020 17:39:46

https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20061817394668000000062560120

Número do documento: 20061817394668000000062560120



## RELATÓRIO OPERATÓRIO

Padente: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

**N° Registro:**

**Clinica: ORTOPEDIA**

**Nº do leito:**

Operador: DR. MARCELO CAPELA

1º Assistente: DR. CLETON DOS ANJOS R3

2º Assistente: DR MARCOS GONÇALVES  
R1

Instrumentador:

Anestesista:

**Anestesia: BLOQUEO DE PLEXO**

**Duração:**

**Data da Operação:** 16/04/2019

**Inicio:**

**Término:**

**Diagnóstico Pré-operatório: FRATURA DIAFISARIA DE UERO + LESAO DE PLEXO BRAQUIAL**

**Diagnóstico Pós-operatório: O MESMO**

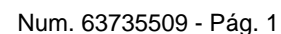
**Operação Proposta** OSTEOSINTESE DE FRATURA DIAFISARIA DE UMERO

**Operação Realizada: A MESMA**

1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL HORIZONTAL SOB ANESTESIA
2. ASSEPSIA + ANTISSEPSIA + APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS
3. INSISÃO ANTEROLATERAL + DISSECAÇÃO POR PLANOS + HEMOSTASIA
4. VISUALIZADO FOCO FRATURÁRIO + REALIZADO CALOSTOMIA + REDUÇÃO DA FRATURA
5. FIXAÇÃO COM PLACA DCP 4,5 MM LARGA DE 7 FUROS + 6 PARAFUSOS CORTICAIS ( 3 DISTAIS E 3 PROXIMAIS )
6. LAVAGEM EXAUSTIVA COM SFQ,9%
7. REVISÃO DA HEMOSTASIA
8. SUTURA POR PLANOS
9. CURATIVO
10. ENCAMINHO PACIENTE A SRPA

Dr. Marcos Gonçalves  
Médico Residente  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PE 28760

OPV  
NÃO VERIFICADO  
05.10.2019





**N 218367**

VALUE

AGENTES	CONC.	QUANTIDADE	TECNICA ANESTESICA										
Indo 0,1 mg Propofol 1 mg Fentanyl 0,1 mg Nitrogênio	N	2 ml 2 ml 1 mg 5 Litros	Anestesia Contínua, com uso de máscara nasal e intubação orotracheal, com Ventilação ASO e a 10-12 cm H <sub>2</sub> O e bloqueio cervical com ropivacina										
			DURAÇÃO DA OPERAÇÃO:										
			DURAÇÃO DA ANESTESIA:										
			<input type="checkbox"/> CARDIOSCOPIO <input checked="" type="checkbox"/> CAPNÓGRAFO <input type="checkbox"/> PVC <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> OXÍMETRO <input type="checkbox"/> S.VESICAL <input type="checkbox"/> TEMPERATURA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> PH <input checked="" type="checkbox"/> LINHA ARTERIAL <input checked="" type="checkbox"/> MONITOR DO ESTADO CEREbral										
			<table border="1"> <thead> <tr> <th>ENCAMINHADO</th><th>DESTINO</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/> ADICIONADO</td><td><input checked="" type="checkbox"/> RPA</td></tr> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/> ADOBECADO</td><td><input checked="" type="checkbox"/> UTP</td></tr> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/> SOLOLETO</td><td><input checked="" type="checkbox"/> QUARTO</td></tr> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/> INTUBADO</td><td><input checked="" type="checkbox"/></td></tr> </tbody> </table>	ENCAMINHADO	DESTINO	<input checked="" type="checkbox"/> ADICIONADO	<input checked="" type="checkbox"/> RPA	<input checked="" type="checkbox"/> ADOBECADO	<input checked="" type="checkbox"/> UTP	<input checked="" type="checkbox"/> SOLOLETO	<input checked="" type="checkbox"/> QUARTO	<input checked="" type="checkbox"/> INTUBADO	<input checked="" type="checkbox"/>
ENCAMINHADO	DESTINO												
<input checked="" type="checkbox"/> ADICIONADO	<input checked="" type="checkbox"/> RPA												
<input checked="" type="checkbox"/> ADOBECADO	<input checked="" type="checkbox"/> UTP												
<input checked="" type="checkbox"/> SOLOLETO	<input checked="" type="checkbox"/> QUARTO												
<input checked="" type="checkbox"/> INTUBADO	<input checked="" type="checkbox"/>												

Hambro & Co. Inc.



Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco - SES/ SUS/ PE  
HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

### RECEITUÁRIO

Unidade: Alagado  
Nome: Alagado  
Registro Nº: de Sousa  
Clínica:  Enfermaria:

paciente vítima  
de acidente de  
moto em 27/3/2019  
(sic). Lesões pleco  
braquiais e E +  
Fract. diaf. V. cost.  
ver exames  
complementares,  
segundo de alta e  
clínica. Encaminha  
pl. fisioterapia, ENMG,  
SA. Nel. pl. fis.  
de braço e outros  
de acordo

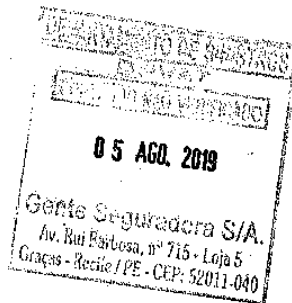
Data

Médico - CRM

O primeiro Cigarro é uma passagem para o vício  
Eelda Monteiro de Souza

29/5/2019  
1º Lugar

Dr. Nilton Pereira de Barros  
Ortopedia  
CRM: 10660  
2º Concurso





**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE:** ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRO

**ESTADOCIVIL** SOLTEIRO **PROFISSÃO** AGRICULTOR

**RG** 9.972.504 **ORG. EXPEDIDOR** SOS **CPF** 175.885.974-76

**ENDEREÇO** RUA JOÃO DE AMORADE 203 BAIRRO MAGANO GARANHUNS

**OUTORGADO:** BRUNO DE ARAÚJO SENA, brasileiro, advogado, solteiro, Inscrição na OAB/PE 28.063-D, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, nº28, Centro, Saloá, Pernambuco, CEP: 55350-000, F.: 87 981521494.

**PODERES:** Para o foro em geral, com cláusula "ad judicium", para defender os interesses e direitos do outorgante, e ações e processos de qualquer natureza, até o final da decisão como autor, réu, assistente ou oponente, perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, repartições, órgãos ou autarquias Federais, estaduais ou Municipais, contra qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, em defesa dos legítimos interesses do outorgante, conferindo-lhe poderes ainda PARA CONFESSAR, TRANSIGIR, FIRMAR COMPROMISSOS OU ACORDOS, RECEBER E DAR QUITAÇÃO, DESISTIR RENUNCIAR E ASSINAR, Interpor recursos necessários, tomar vistas em processos, contestar qualquer ação, receber notificação e intimação, incluindo também os poderes da procuração "ad negotia", a fim DE REQUERER E FAZER LEVANTAMENTO DE VALORES CREDITADOS EM FAVOR DO OUTORGANTE, ATRAVÉS DE ALVARÁ JUDICIAL, RPV OU PRECATÓRIO, junto às instituições financeiras, QUE FAÇAM REFERÊNCIA AOS DEPÓSITOS JUDICIAIS que os outorgados atuaram como patrocinador da ação, PODENDO AINDA RENUNCIAR VALORES EXCEDENTES A 60 (SESENTA) SALÁRIO MÍNIMOS, que é o teto para ações dos Juizados Especiais Federais, e mais, PEDIR RETENÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS COMBINADOS NO IMPORTE DE 30% (TRINTA POR CENTO) DO PROVEITO ECONÔMICO, OU, ALTERNATIVAMENTE, R\$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS) CASO O PERCENTUAL REFERIDO NÃO ATINJA ESTA QUANTIA, SEM PREJUÍZO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, enfim requerer, assinar e praticar tudo o mais que se fizer necessário para o perfeito desempenho do mandato em conjunto ou separadamente, inclusive substabelecer com ou sem reserva de poderes que lhe são outorgados.

**CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Pelo presente instrumento particular de honorários advocatícios, o CONTRATADO, ora outorgado, e o CONTRATANTE, ora outorgante, celebram:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O advogado contratado obriga-se, face o mandato judicial que lhe foi outorgado, a prestar os serviços profissionais na ação judicial desempenhando com zelo a atividade, a seu encargo, em qualquer juízo, instância ou tribunal.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Em remuneração desses serviços, o advogado contratado receberá do contratante os honorários, líquidos e certos, correspondentes a 30% (TRINTA POR CENTO) DO PROVEITO ECONÔMICO, SEM PREJUÍZO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, QUE PODERÃO SER SOLICITADOS EM ALVARÁ(S) SEPARADO(S) NUMERÁRIO LÍQUIDO E JÁ DEDUZIDO DO CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Ao contratante caberá o pagamento das custas e despesas que se fizerem necessárias, quando for o caso de possibilidade financeira, ao bom andamento da ação, sempre previamente acordados, como também o fornecimento de documentos e informações que a contratada solicitar.

**CLÁUSULA QUARTA**- Caso haja composição amigável, ou no caso do não prosseguimento da Ação por circunstâncias não determinadas pelo advogado contratado, ou ainda se lhe for cassado o mandato sem culpa, o total dos honorários será exigido imediatamente, no foro de Garanhuns/PE.

**CLÁUSULA QUINTA** – O contratante se responsabiliza pela autenticidade de todos os documentos entregues ao contratado.

**CLÁUSULA SEXTA** – O presente contrato poderá ser rescindido por livre acordo entre as partes, ou no caso de uma das partes não cumprir com o estabelecido em qualquer das cláusulas desse instrumento, responsabilizando-se a quem deu causa a pagar multa no valor de R\$1.000,00 (um mil reais).

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O foro estabelecido pelas partes no caso do descumprimento do presente contrato é o de GARANHUNS-PE.

Garanhuns /PE 24 / 01 / 2020

x ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA  
Outorgante

Scanned by CamScanner



DECLARAÇÃO

DECLARANTE: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

ESTADO CIVIL SOLTEIRO PROFISSÃO AGRICULTOR

RG 9972.504 ORG. EXPEDIDOR SDS CPF 715.885-974-76

ENDEREÇO RUA JOÃO DE ANDRADE 203 BAIRRO MAGALHÃES GARANHUNS

DECLARO, nos termos do art. 98 do CPC e das Leis nº 7.115/1983 e 1060/50, para os devidos fins, que é pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício do seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária.

x ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA  
DECLARANTE (Reconhecido por AUTENTICIDADE)





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns**

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649074

Processo nº **0003232-11.2020.8.17.2640**

AUTOR: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

RÉU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

**DESPACHO**

R. h.

Trata-se de “Ação de Indenização – Seguro DPVAT” proposta por ALAN MELO HONÓRIO DE OLIVEIRA, devidamente representado por advogado legalmente habilitado, em face de MONGERAL AEGON SEGUROS PREVIDENCIÁRIOS Defiro os benefícios da justiça gratuita.

Ante a ausência de pedido de tutela provisória, liminar, de urgência ou de evidência, cite-se o réu, pelos correios (art. 247 do Código de Processo Civil), com aviso de recebimento (súmula 429 do Superior Tribunal de Justiça), designando-se audiência de conciliação ou de mediação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte dias) de antecedência.

Conste-se na carta de citação a petição inicial, este despacho e os demais requisitos do art. 250 do Código de Processo Civil.

Para ciência da audiência, intime-se o autor, através de seu advogado, por publicação no DJ-e.

Advirta-se que o réu poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da audiência de conciliação ou mediação.

Em seguida, intime-se o demandante para réplica.

Chegando o processo neste estado, em conformidade com a instrução normativa nº 16, que nos foi comunicada através no ofício nº 2014.654.1310, encaminhe os autos à Central de **CONCILIAÇÃO** do DPVAT, **tão logo receba Ofício**, requisitando feitos dessa natureza, para que sejam apreciados durante a semana de **CONCILIAÇÃO** do mutirão do DPVAT, considerando que dispõem de estrutura para realização de perícias médicas necessárias.

Garanhuns, 19 de junho de 2020.

**Bel. Enéas Oliveira da Rocha**  
**Juiz de Direito.**

-





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns**

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649074

Processo nº **0003232-11.2020.8.17.2640**

AUTOR: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

REU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

## DESPACHO

R. hoje

Em virtude da situação excepcional que o assola o país por conta da Pandemia de COVID-19, não se mostra razoável a designação de audiência de conciliação/mediação.

A fim de minimizar o acúmulo dos atos que seriam praticados nas audiências aprazadas para o período de suspensão das atividades presenciais, afigura-se viável realizar alguns atos processuais independentemente da marcação de audiências, como forma de compatibilizar a continuidade da jurisdição e o interesse público pelo isolamento social.

Urge trazer a lume o Enunciado nº 35 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM possibilitando a adequação de ritos, in verbis:

*“35) Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo.”*

Desse modo, chamo o feito a ordem para determinar a desmarcação da audiência de conciliação. CITE-SE a requerida, pelo correio, com Aviso de Recebimento – AR (CPC/2015, art. 247 e Súmula STJ nº 429) para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, bem como dizer se interesse na conciliação, formulando proposta, em caso positivo, a ser submetida ao adverso litigante.

Remeta-se a citanda cópias da petição inicial, constando da carta de citação os demais requisitos do art. 248 do Código de Processo Civil em vigor.

Intime-se.

Garanhuns-PE, 19 de outubro de 2020.

Bel. Enéas Oliveira da Rocha  
Juiz de Direito







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530

1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns  
Processo nº 0003232-11.2020.8.17.2640  
AUTOR: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

REU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Destinatário(s):**

**Nome:** MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

**Endereço:** AV VISCONDE DE SUASSUNA, 505, SANTO AMARO, RECIFE - PE - CEP: 50050-540

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação e para dizer se possui interesse na conciliação, formulando proposta, em caso positivo, a ser submetida ao adverso litigante, tudo conforme decisão prolatada, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Prazo:** O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

**Advertência:** Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

**Para acessar a Petição Inicial e despacho, siga os passos abaixo:**

**1 – Acesse o link:** <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>

**2 – No campo “Número do Documento”, digite: 20061817394615800000062558900 (petição inicial) e 20101910030438200000068338137 (despacho)**

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

GARANHUNS, 19 de outubro de 2020.

**ANA PAULA FERREIRA DOS SANTOS**

**Analista Judiciária**

**Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





## HABILITAÇÃO



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE GARANHUNS - PERNAMBUCO.

**Processo nº 0003232-11.2020.8.17.2640**

**MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.608.308/0001-73, Registro SUSEP 2101, com sede na Travessa Belas Artes, nº 15, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.060-000, por seus procuradores ao final assinados, estes com endereço para intimações na Rua da Hora, n.º 692, Espinheiro, Recife/PE, CEP 52020-015,, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados infra firmados, com endereço profissional constante no timbre, vem, na presente demanda movida **ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**, requerer a habilitação, bem como a juntada de procuração e substabelecimentos, comprovando, assim, a validade da representação processual de seus patronos.

Muito embora a parte demandada tenha diversos procuradores constituídos nos autos, requer de plano que toda e qualquer intimação nos referentes autos seja feita única e exclusivamente na pessoa do(a) **Bel(a). Thacio Fortunato Moreira, OAB/BA 31.971**, com endereço na Avenida Tancredo Neves, nº. 2539, Caminho das Árvores, Salas 2702 a 2708, CEO Salvador Shopping, Torre Nova Iorque, Salvador – Bahia, CEP 41.820-021.

Registre-se que as mencionadas intimações devem ter seu teor publicados em Diário oficial, conforme art. 205, §3º, do Novo CPC, e art. 6º da Resolução nº 234, do CNJ, independentemente do processo tramitar eletronicamente.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes.

§ 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico. (...)

Art. 6º Serão objeto de publicação no DJEN:

I – O conteúdo dos despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos, conforme previsão do §3º do Art. 205 da Lei. 13.105/2015



Requer, assim, que todas as intimações sejam publicadas e dirigidas única e exclusivamente para ao referido profissional, em conjunto com o nome da empresa Ré, lançando-se o seu nome na capa do processo.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Garanhuns/ PE, 06 de Novembro de 2020.

**Thacio Fortunato Moreira**

**OAB/BA 31.971**



CNPJ/MF: 02.992.449/0001-09

[illegible]

'd: 2169889

CNPU N° 09.623.959/0001-65

BALAN OS PATRIMONIAIS EM	E 2017 Em MRS		DEMONTA OES DO RESULTADO EM	E	Em MRS	
ATIVO		11574				
Circulante		1877				
		3622		-017		-318
Cantas a receber	'3811	Receita operacional líquida	29_549	30.744 Resultado financeiro		
Emprestimos a receber	672	Custo de geração de energia			258	307
Despesas antecipadas	437	Lucro bruto	17.734	15.616 Despesas financeiras	(254)	(39)
Estques		384 Despesas operacionais		Lucro antes do IR e da contribuição social	15.073	
		Gerais e administrativas	(2.043)	(1489) Imposto de renda e contribuição social	(1.046)	(1.053)
Não circulante		Outras despesas (receitas) operacionais	(17)	32 Corrente		
	293	Lucro antes do resultado financeiro	-1_5E9	Lucro líquido do exercício		
Imobilizado	95.747	104.148		DEMONTA - ES DAS MUTA OES DO PATRIMÔNIO	EM 31/12/2018 E 2017 Em MRS	
Total do ativo	102668	2017		Capital	Reserva de lucros	Ajustes de
PASSIVO	2018	7_394				ucros
Circulante		1740		socia! Legal		açutnuldgs
Contas a pagar	Ea5	401 Saldos em 31/12/2016				
Inssnos e contribuições a recolher	1.453	3.174				
Dividendos a pagar	398	2070			(14.643)	(14643)
Outras contas a pagar	3.474	Redução de capital*	(8.000)		(5,393)	
Patrimônio líquido	3440	—1EE7_Q				
Capital soca	93.903	Lucro líquido do exercício	13264	13.364 Constituição de reserva legal	(668)	
Reservas de lucros	18819	Dividendos mínimos obrigatórios				(317,1)
Ajuste de avaliação patrimonial	18824	Resereta de dividendos complementares				(14.920)
Total do passivo do patrimônio líquido		Saldos em 31/12/2017				
carios Gustavo Nogari Andrioli Diretor- CPF	59260	Realização da avaliação patrimonial idendos declarados	(14.920)	(14.920) Redução de capital	(11000)	(11000)
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor - CPF	102 668	Lucro líquido do exercício				14.627
Érica Moraes da costa Lisboa Ferreira - Contadora -	071_000.7	Divid%ldos mínimos obrigatórios	731			(731)
Hamilton Ferreira da Silva - Controller- CRC	RHC RJ-119U	Reserva de dividendos complementares		1.82		(3474)
ISP-		Saldos em 31/12/2018	15.819			3_903
	117225-e					

Id: 2169799

CNE 07,567.S55/QQ01-03

EALAN os		EM 31/12/2018		DEMONSTRA Oes Dos RESULTADOS EM 31/12/2018 zot7			
ATIVO		—201_3_m_1Z		2018	2017		
Circulante		—L1+8_ugs		35.940	15.260	Resultado financeiro	
		272				Receitas financeiras	
Contas a receber		2.671	2.1 76	Lucro bruto		Despesas financeiras	(380) (735)
CCmpensação de VZiaçOes energeticas			3234	Despesas (receitas) operacónais		Lucro antes do IR e da contribuição social	
Despesas antecipadas		57	80	Gerais e administrativas	(1.901)	Imposto de renda e contribuição social	
				Outras			
Estopes		551	547	receitas (despesas) operacionais	10	2	Corrente
Impostos a recuperar		276	361	Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	9.565	8.93 1	Lucro líquido do exercicio
Outras contas a receber		2					
Não circulante				DEMONSTRA OES DAS MUTA OES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2018 E 2017 Em MRS			
Imobilizado		38.886	41263	Capital		Lucros (prejuízos)	
Total do ativo				Retenção		—kggzl	
				Ajuste de avaliação			
				Saldos em Realização			
PASSIVO		—m_1-z		da avaliação patrimonial		(494)	494
				Dividendos declarados	(10.479)		
Circulante		3.024_@OZQ				7.944	7.944
				Lucro líquido do exercícia			
Contas a pagar		040	733	Reserva legal		(397)	
Empréstimos e financiamentos			3.173	Dividendos mínimos Obrigatórios			(1.07)
Impostos e contribuições a pagar		282	227	Constituição de reserva de retenção de			
Dividendos a pagar		2102	1887	Saldos em 31iiu2017			
Não circulante			2353				
				RealizaçAo da avaliação patrimonial		(494)	
Empréstimos financiamentos 2.303		Dividendos declarados (6.154)	(6.154)	patrimônio líquido			
Reservas lucros		8.770	7682	Lucro líquido do exercicio 8850 8.850	Cq3ital social 27.426 27426	Reserta legal 443 (443)	
Ajuste de avaliação patrimonial		7.415	7909	Constituição de reserva de retenção de			(2.102)
Total do passivo e do patrimônio líquido				saldos em 31112/2018			43_6'1
Carlos Gustavo N	-Andrioli-Diretor-CPF861_403.279-6B.	Nilton,LeonardoFemandesdeOliveira-Uiretor-CPF071.000.747-70.	rica MoracsdCostaLisboaFerreira-Contadora-CRC RJ-119036-0	Hamilton Ferreira da Silva - controller. CRZ			
ISCP-217225-0.							

Id: 2169816

## CNPJ 23.538.959/0001-80

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2018 E 2017 (Em R\$)		DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2018 E 2017 (Em R\$)		DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO	2018 2017	2018 2017	2018 2017	2018 2017	2018 2017
Circulante — TILO — 7214	21.101.21.257	Reserva de Caixa e equivalentes de Custo	1415		
Contas a receber	5.899	6349			
Despesas antecipadas	79	247	Lucro bruto	16.725	13.680
Cstouqas 233 163 Despesas operacionais		Empréstimos a receber 2.511	Gerais e administrativas (1820) (1.424)	— sngial Capital Legal	— mentar comple* — lados acumu* — líquido
In-postos a recuperar	21				
Outras contas a receber	31	12	Outras receitas (despesas) operacionais	(248) (273)	Saldos em 31/12/2016
Não circulante			Lucro operacional antes ao resultado financeiro		Dividendos Declarados
Imobilizado	40.912	40286	Resultado financeiro	— 113 — 25	Redução de capital
Total do ativo			Receitas financeiras		Lucro do exercício
	— 29-1Z		Despesas financeiras		de reserva
Circulante	7.489	— 65g5	Despesas		
Contas a pagar	3.333	309/	Lucro antes do IR e		Di. idendos minmos obrigatórios
Impostos e contrib a recolher	02 335	Imposto de renda e contribuicao social			Reserva de dividendos complementares
Dividendos a pagar	3.609	2399	Corrente	(342) _X634	Saldos em 34/42/2017
Outros Contas a pagar			Lucro líquido do exercício	14434 11 364	Legal
Inte	— 113h				
					Dividendos declarados



Número do documento: 20110610331395500000069246274

Outras contas a pagar	1.130	canos Gustavo Nogari Andrioli - Diretor - CPF: 861.403.379-68	(8.007)	(8.007)
Patrimônio líquido	-42.497 391.739	Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - CPE: 071.000.747-70	Lucro do exercício	- 14.434 14.434
Capital social	31.672 31.064		Detidendo dos mltos obgratdrios	(3.609) (3.609)
Reterv-ovs chueos	10825 8.705	Hamilton Ferreira da Silva - Controller - CRC: ISP-217225-C	Resoma de dividendoos complementares	-LIDE)
Total do passivo e patrimônio líquido		Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira - Contachr - CRC: RO-119036-0	saldos em 31/12/2018	

Id: 2169787

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.  
CNPI no 33.608.308/0001-73 - NIRE nº 3330027332-8

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA MON-

GERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., REALIZADA EM 02 DE JANEIRO DE 2019, lavrada em forma de sumário nos termos do SPº do art. 130, da Lei n. º 6.404, de 15 de

ta e Helder Molina; e os seguintes membros compareceram à reunião através de chamada de longa distância: Dennis Patrick Gallagher, Kent Gerard Callahan e Sérgio Luiz Fernandes de Mello Junior, estes três nesse ato representados por Sua procuradora. Foram cumpridas as formalidades de convocação das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, conforme determina o artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. 3. **Composição da mesa:** Sr. Nilton Molina, Presidente. Escolhido o Sr. Helder Molina para secretariar os trabalhos. 4. **Ordem do dia** Deliberar sobre os seguintes assuntos: (i) Eleger 0 novo Diretor Financeiro; (ii) Ratificar a composição da Diretoria; (iii) Redistribuir e Ratificar a designação de Diretores responsáveis por áreas perante a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

dezembro de 1976. 1. **Data, hora e local:** Em 02 de janeiro de 2019, às 9h, na sede social da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), na Travessa Belas Artes, no 15, Centro, Rio de Janeiro RJ, CEP: 20.060-000. 2. **Convocação e Presença:** Compareceram pessoalmente à reunião os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: os Srs. Nilton Molina, Fernando Rodrigues Mo-

CNPI/MF 33.478.496/0001-62 - NIRE 33300054740 Ata da AGE: Data: 01/11/2003, às 14:30hs. os acionistas em sua totalidade, com a presidência de Jacob Barata e secretariada por Antonio Padua Arantes. Deliberam e aprovam por unanimidade a redução do capital social da Cia. Nos termos do art. 173 da Lei 6404/76, por ser excessivo, no valor de R\$ 2.365.719,10, passando-o de R\$ 7.866.807,10, para R\$ 5.501.088,00, mantendo-se a mesma quantidade de ações e alterando o art. 3º do Estatuto. ASS) Jacob Barata, Jacob Barata Filho e David Ferreira

5. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, com a Barata, abstenção dos legalmente impedidos, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram: (i). Eleger, ad AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 61, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, S.A. na rua Gustavo Corção, 915, apt.302, Recreio dos Bandeirantes, CNPJ/MF CEP: 22790-150, Após ter sido declarado pelos atuais membros da Diretoria da Com-

05.940.203/0001-81

JUCERJA/NIRE 33 3 0027235-6

CAPITAL AUTORIZADO: 400.000.000 (QUATROCENTOS MILHÕES) DE AÇÕES ORDINÁRIAS

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), representado por 170.880.389 (cento e setenta milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias

ATA DA 66ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2019, por meio do mecanismo de votação eletrônica, conforme previsto no art. 16, caput, do Estatuto Social da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (AgeRio) e art. 16, inciso II, do Regimento Interno do colegiado, reuniu-se o Conselho de Administração da AgeRio com a presença do Sr. Presidente em exercício Julio Cesar Carmo Bueno e dos Srs. Conselheiros Alberto Messias Mofati, Carla Christina Fernandes Pinheiro, Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro e Tito Bruno Bandeira Ryff. Acompanharam a reunião eletrônica, como convidados, os Srs. Diretores da Agência Daniel Rodrigues Ribeiro Gladalich, Diretoria Jurídica (DIJUR), Valquíria Xavier Delmondes, Diretoria de Controladoria e Riscos (DICOR), e Dara de Souza e Silva, Diretoria de Operações (DIOPE) e Presidente Interina da AGÊNCIA, bem como o Sr. Vitor Bandeira Silveira Barbosa, Gerente Executivo responsável pela Auditoria Interna (AUDIT). Presidente da Mesa: Julio Cesar Carmo Bueno, Secretária da Mesa: Carla Christina Fernandes Pinheiro. 1 Iniciando os trabalhos, o Conselho de Administração apresentou o seguinte assunto da Ordem do Dia: 1.1 REVOGAÇÃO DA ELEIÇÃO DA DIRETORA TATIANE ALLEM: O Sr. Presidente em exercício do Conselho de Administração submeteu aos Senhores Conselheiros, na forma das disposições estatutárias que regem a matéria, especialmente 0 art. 16, caput, do Estatuto Social, a revogação da eleição, a par tir da presente data, para o cargo de Diretora sem designação específica desta AGÊNCIA, da Sra. Tatiane Allem, eleta por este Conselho de Administração na reunião extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2019. Em seguida, em decorrência do exposto, o Conselho de Administração entendeu ser pertinente a revogação da eleição, na forma da deliberação que segue. DELIBERAÇÃO Q: Mediante votação por unanimidade e em conformidade com o que disciplina o art. 16, caput, do Estatuto Social, o Conselho de Administração revoga a eleição da Sra. TATIANE ALLEM para o cargo de Diretora sem designação específica desta AGÊNCIA. 1.2 Por fim, tendo em vista que a posse e o exercício do cargo da citada diretora se encontram atualmente em fase de análise de homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil, conforme disposto no S 3º do art. 10 do Estatuto Social, o Conselho de Administração determinou que a AGÊNCIA adote as providências cabíveis junto à Autarquia Federal a fim de comunicar a revogação da eleição ora deliberada. Nada mais havendo a

docu mento Imprensa assinado

Rio de Janeiro

digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso

panhia, que cumpre com todos os requisitos previstos no artigo 147, da Lei nº 6.404/76, e do Estatuto Social, para a sua investidura como Diretor da Companhia, bem como preenche todas as condições previstas na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados CNSP ("Resolução CNSP") nº 330/15. Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade, a eleição do novo membro da Diretoria. O eleito toma posse no seu cargo nesta data, dia 02.01.2019, conforme termo de posse anexo. (ii) Ratificar a composição da Diretoria: ezeisdzile: Sr. Helder Molina, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 8.118.414-1, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob 0 nº 053.638.568-83, residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rua Carlos Góes, nº. 55, apto 701, Leblon, CEP 22.440-040; Sr. Luiz Cláudio do Amaral Friedheim, brasileiro, casado, securitário, titular da carteira de identidade nº 03.851.089-7, expedida pelo IFPR/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 822.674.307-97, residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Itu, nº. 10, Humaitá, CEP 22260-120; Cia]. Sr. Osmar Navarini, brasileiro, casado, advogado, titular da carteira de identidade na 14499, expedida pela OAB/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 301842.820-04 e residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Fernando Nogueira de Sousa nº. 137, apto. 301, Barra da Tijuca, CEP 22620-380; nr-nr Mark-ting: Sr. Nuno Pedro Correia David, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 50786786-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 227.616.528-60 e residente na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Mourato Coelho, no. 716, apto. 183, Pinheiros, CEP 05417-001; DiEntl.EimnLm: Sr. Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 097520373, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF nº 028211.147-61, residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na rua Gustavo Corção, 915, apt.302, Recreio dos Bandeirantes, CEP: 22790-150; e ca-n Sr. José Carlos Gomes Mota, brasileiro, viúvo, advogado, portador da carteira de identidade no 8.118.413-3, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 053.638.398-73, residente na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua garão do Triunfo, no. 1415, apto. 31, campo Belo, CEP 04602005. (iii). Redistribuir e Ratificar a designação dos diretores responsáveis por área perante a Superintendência de Seguros privados ("SUSEP"), conforme relacionado a seguir: Funções de caráter executivo ou operacional: a) Helder Molina - Diretor responsável pelas relações com a Susep; b) Raphael de Almeida Barreto Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; c) Raphael de Almeida Barreto - Diretor responsável administrativo-financeiro; d) Nuno Pedro Correia David - Diretor responsável técnico (Circular Susep 234 e Resolução CNSP 321); e) Luiz Cláudio do Amaral Friedheim - Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP 143; f) Osmar Navarini - Diretor responsável pela contratação de correspondentes de microsseguro e pelos serviços por eles prestados. Funções de caráter de fiscalização ou controle: g) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613, de 1998 (Circulares Susep 234 e 445); h) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável pelos controles internos; e i) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. 6. D udas: Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação deste Conselho, referidos nesta ata. 7. Enceramento: Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, que lida e aprovada é assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro (RJ), 02 de janeiro de 2019. Mesa: Nilton Molina Presidente; Helder Molina - Secretário. Membros do Conselho: Nilton Molina; Fernando Rodrigues Mota; Helder Molina; Dennis Patrick Gallagher - p.p. Anna Tavares de Mello; Kent Gerard Callahan - p.p. Anna Tavares de Mello; Sérgio Luiz Fernandes de Mello Junior - p.p. Carla Fernandes de Mello Clemente. Jucerja Certifico 0 arquivamento em 20/03/2019 sob 0 nº 00003551128. Bernardo Feijó Sampaio Berwanger - Secretário-Geral\_

Id: 2169788

Ittig Comércio e Serviços de Automóveis S.A.



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 06/11/2020 10:33:14

https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110610331395500000069246274

Número do documento: 20110610331395500000069246274

## DIÁRIO OFICIAL

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

tratar, o Presidente em exercício do Conselho de Administração deu por encerrada a reunião, mandando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro respectivo de atas das reuniões do Conselho de Administração nº 8, fls. 08. CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO E ASSINADO. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA. Certifico que este documento foi arquivado em 15/03/2019 sob o nº 00003546569.

Carla Christina Fernandes Pinheiro

Secretária

Id: 2169726

### AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/MF 05.940.203/0001-81  
JUCERJA/NIRE 33 3 0027235-6

CAPITAL AUTORIZADO: 400.000.000 (QUATROCENTOS MILHÕES) DE AÇÕES ORDINÁRIAS

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), representado por 170.880.389 (cento e setenta milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias

ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

Aos 15 (quinze) dias do mês de janeiro do ano de 2019, por meio do mecanismo de votação eletrônica, conforme previsto no art. 13, S6º, do Estatuto Social da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (AgeRio) e art. 24 do Regimento Interno do colegiado, reuniu-se o Conselho de Administração da AgeRio com a presença do Sr. Presidente em exercício Julio Cesar Carmo Bueno e dos Srs. Conselheiros Alberto Messias Mofati, Carla Christina Fernandes Pinheiro, Helia Lucia Patricia de Azevedo, Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro e Tito Bruno Bandeira Ryff. Acompanharam a reunião eletrônica, como convidados, os Srs. Diretores da Agência Daniel Rodrigues Ribeiro Gladulich, Diretoria Jurídica (DIJUR), Dara de Souza e Silva, Diretoria de Operações (DIOPE) e Valquíria Xavier Delmondes, Diretoria de Controladoria e Riscos (DICOR), bem como o Sr. Vitor Bandeira Silveira Barbosa, Gerente Executivo responsável pela Auditoria Interna (AUDIT) e a Sra Denise Menezes Collyer, Chefe de Gabinete da Presidência (GABIN) e responsável pela Secretaria de Governança da AGÊNCIA 1) Iniciando os trabalhos, o Presidente em exercício do Conselho de Administração apresentou os seguintes assuntos da Ordem do Dia: ELEIÇÃO DE NOVOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AGERIO. O Sr. Presidente em exercício do Conselho de Administração submeteu aos Senhores Conselheiros, na forma das disposições estatutárias que regem a matéria, especialmente o art. 16, S6º do Estatuto Social, a indicação dos nomes do Sr. Gilson da Silva Santos e da Sra. Tatiane Alem para compor a Diretoria Executiva da Agência, com mandato até a posse dos membros da Diretoria Executiva que forem eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração, após a Assembleia Geral Ordinária de 2019. Em seguida, em decorrência da análise dos currículos dos indicados e tendo em vista o opinamento favorável do Comitê de Elegibilidade e Remuneração da AgeRio, conforme ata da 2ª reunião realizada em 11 de janeiro de 2019, quanto à verificação da presença de todos os requisitos e a ausência de vedações para o preenchimento do cargo, o Conselho de Administração entendeu ser pertinente elegê-los, na forma da deliberação que segue. DELIBERAÇÃO. Mediante votação por unanimidade e em conformidade com o que disciplina o art. 16, S6º do Estatuto Social, foram eleitos, com mandato até a posse da Diretoria Executiva que for eleita na primeira Reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2019, o Sr. GILSON DA SILVA SANTOS, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 16 de maio de 1962, administrador de empresas, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nº 02672771516, expedida em 01 de fevereiro de 2018, inscrito no CPF/MF sob o nº 875.570.107-87, residente e domiciliado na Rua Hilario de Gouveia, nº 126, apt. 302, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.040-020 e a Sra. TATIANE ALLEM, brasileira, divorciada, nascida em 13 de abril de 1980, advogada e gestora pública, portadora da carteira de identidade nº 2038991341, expedida pela SSP/RS em 21 de dezembro de 2016, inscrita no CPF/MF sob o nº 811.486.820-15, residente e domiciliada na Estrada da Barra da Tijuca, no 315, Bloco 1, apt. 105, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.611-201. Os eleitos declaram que não estão incursos em nenhuma das hipóteses previstas no Artigo 147 da Lei 6.404/76, assim como não estão impedidos de ocupar cargos na administração da Agência e que atendem aos requisitos estabelecidos na Resolução 4.122, de 02.08.2012, do Conselho Monetário Nacional, na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto Estadual nº 46.188/2017, arts. 26 e 27 combinados com o art. 52, incisos I e II, levando-se em consideração o tratamento diferenciado para empresas estatais de menor porte. Por fim, o Sr. Presidente do Conselho de Administração informou que a posse e o exercício do cargo dos Diretores ora eleitos ficam condicionados à prévia homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil, nos termos do S 3º do art. 10 do Estatuto Social. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente em exercício deu por encerrada a reunião, mandando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro respectivo de atas das reuniões do Conselho de Administração nº 8, fls. 02 e 03. CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO E ASSINADO. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA. Certifico que este documento foi arquivado em 19/03/2019 sob o nº 00003550087.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2019.

Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro Secretária

Id: 2169725

### AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/MF 05.940.203/0001-81  
JUCERJA/NIRE 33 3 0027235-6

CAPITAL AUTORIZADO: 400.000.000 (QUATROCENTOS MILHÕES) DE AÇÕES ORDINÁRIAS

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), representado por 170.880.389 (cento e setenta milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias

ATA DA 63ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de dezembro do ano de 2018, por meio do mecanismo de votação eletrônica, conforme previsto no art. 13, S6º, do Estatuto Social da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (AgeRio) e art. 24 do Regimento Interno do colegiado, reuniu-se o Conselho de Administração da AgeRio com a presença do Sr. Presidente em exercício Julio Cesar Carmo Bueno e dos Srs. Conselheiros Alberto Messias Mofati, Carla Christina Fernandes Pinheiro, Helia Lucia Patricia de Azevedo, Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro e Tito Bruno Bandeira Ryff. Acompanharam a reunião eletrônica, como convidados, os Srs. Diretores Daniel Rodrigues Ribeiro Gladulich, Diretoria Jurídica (DIJUR) e a Sra. Dara de Souza e Silva, Diretoria de Operações (DIOPE), bem como o Sr. Vitor Bandeira

arbossa, Gerente Executivo responsável pela Auditoria Interna e a Sra. Denise Menezes Collyer, Chefe de Gabinete da pre-

## ANO XLV - N 055 - PARTE V 65 SEXTA-FEIRA - 22 DE MARÇO DE 2019

sidência (GABIN) e responsável pela Secretaria de Governança da AGÊNCIA. 1) Iniciando os trabalhos, o Presidente em exercício do Conselho de Administração apresentou os seguintes assuntos da Ordem do Dia: 1.1) RENÚNCIA DA SRA HELIA LUCIA PATRICIA DE AZEVEDO, TITULAR DA AGERIO. O sr. presidente em exercício do Conselho comunicou aos demais membros do colegiado sobre a apresentação de renúncia formal da Presidente da Agência, Sra. Helia Lucia Patricia de Azevedo, por meio dos Ofícios PR/AgeRio 48/2018 e 49/2018, encaminhados ao Presidente em exercício do Conselho de Administração em 17 de dezembro de 2018, ao cargo de Presidente da Agência e membro do Conselho de Administração, a partir de 16 de janeiro de 2019, por motivos estritamente pessoais. A Diretora Dara de Souza e Silva é indicada ao cargo de Presidente, cumulativamente com o de Diretora de Operações (DIOPE), considerando inclusive que a mesma já foi aprovada por este Conselho como substituta eventual da Presidente na Reunião Ordinária ocorrida em 24 de janeiro de 2018. O Conselho de Administração acatou a renúncia da Sra. Helia Lucia Patricia de Azevedo, exaltando a excelência de sua gestão, a capacidade de liderança e inovação, o comprometimento com resultados e o foco no cliente, elevando o patamar da administração da Agência dentro de um modelo de governança alinhado às boas práticas do mercado, agradecendo-o por participar do Colegiado sempre de forma ativa e transparente. Prosseguindo, o Conselho de Administração aprovou a indicação da Sra. Dara de Souza e Silva para o cargo de Presidente em exercício da Agência, a partir de 16 de janeiro de 2019, cumulativamente com o de Diretora de Operações, até a homologação do Sr. Alexandre Rodrigues Pereira pelo Banco Central do Brasil. 1.2) ELEIÇÃO DE NOVO TITULAR DA AGERIO: O Sr. Presidente em exercício do Conselho de Administração submeteu aos Senhores Conselheiros, na forma das disposições estatutárias que regem a matéria, especialmente o art. 16, Sif do Estatuto Social, a indicação do nome do Sr. ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA para Presidência da Agência, com mandato até a posse dos membros da Diretoria Executiva que forem eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração, após a Assembleia Geral Ordinária de 2019. Em seguida, em decorrência da análise do currículo do indicado e tendo em vista o opinamento favorável do Comitê de Elegibilidade e Remuneração da AgeRio, conforme Ata da 1ª reunião realizada em 21 de dezembro de 2018, quanto à verificação da presença de todos os requisitos e a ausência de vedações para o preenchimento do cargo, o Conselho de Administração entendeu ser rinitente elegê-lo, na forma da deliberação que segue. Mediante votação por unanimidade e em conformidade com o que disciplina o art. 16, S6º do Estatuto Social, foi eleito, com mandato até a posse da Diretoria Executiva que for eleita na primeira Reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2019, o Sr. ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 16 de agosto de 1973, ad ministrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 23.409.876-4 - SSP/SP, expedida em 07 de julho de 2008, inscrito no CPF/MF sob o nº 153.646.578-09, residente e domiciliado na Rua General Fernando Vasconcellos Cavalcanti de Albuquerque, nº 775 - casa 17, bairro Granja Vianna, no município de Cotia, em São Paulo, CEP 06711-020, para exercer o cargo de Presidente da AgeRio. O eleito declara que não está incursu em nenhuma das hipóteses previstas no Artigo 147 da Lei 6.404/76, assim como não está impedido de ocupar cargos na administração da Agência e que atende aos requisitos estabelecidos na Resolução 4.122, de 02.08.2012, do Conselho Monetário Nacional, na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto Estadual nº 46.188/2017, arts. 26 e 27 combinados com o art. 52, incisos I e II, levando-se em consideração o tratamento diferenciado para empresas estatais de menor porte. Por fim, o Sr. Presidente do Conselho de Administração informou que a posse e o exercício do cargo de presidente ora eleito ficam condicionado à prévia homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil, nos termos do S 3º do art. 10 do Estatuto Social. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente em exercício deu por encerrada a reunião, mandando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro respectivo de atas das reuniões do Conselho de Administração nº 7, fls. 98 e 99. CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO E ASSINADO. Junta comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA. Certifico que este documento foi arquivado em 27/02/2018 sob o nº 00003533832.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2018.

TITO BRUNO BANDEIRA RYFF

Secretário

Id: 2169724

## Associações, Sociedades e Firms

## Avisos, Editais e Termos

### ÁGUAS DO PARAÍBA SIA

CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.00163344

Edital de Convocação, Convidamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 12/04/2019, às 08 horas, na sede da sociedade à Rua Avenida Dr. José Alves de Azevedo, nº 233, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Em AGO: (a) Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2018; (b) Destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2018; (c) Retenção de lucros; e (d) Eleição dos Administradores; (ii) Em AGE: (a) Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2019; (b) Contratação de Prestação de Serviços; e (c) Assuntos gerais da Companhia. Encontram-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia, cópias dos documentos referentes à Ordem do dia. Campos dos Goytacazes, 19/03/2019. Marcio Salles Gomes - Diretor; Juscelio Azevedo de Souza - Diretor.

Id: 2169256

### ATP - AROUND THE PIER

#### ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF N.º 05.510.716/0001-52 - NIRE N.º 33.2.070886-9 CARTA DE RENÚNCIA

A Companhia informa que em 02 de maio de 2018, recebeu a carta de renúncia do Sr. Francisco Pierrini, ao cargo de Diretor sem de signação específica da Sociedade, com registro perante a JUCERJA nº 00003546662 em 15/03/2019. Bernardo Feijó Sampaio Benwanger Secretário Geral.

Id: 2169778

### FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDERJ

CNPJ: 28.521.870/0001-25  
CONCESSÃO DE LICENÇA

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDERJ torna Público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO LI nº IN045014, com validade até 07 de dezembro de 2018, que a autoriza para implementação de quatro Mirantes da RJ163 e melhorias físicas de trafegabilidade com execução de serviço de preparação de sbleito, aplicação de camada de escória e instalação de dispositivos de sinalização sem aplicação de camada asfáltica na RJ-151 trecho entre



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 06/11/2020 10:33:14

https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110610331395500000069246274

Número do documento: 20110610331395500000069246274

Num. 70622409 - Pág. 3

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).

Assinado digitalmente em Sexta-feira, 22 de Março de 2019 às 0300.



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 06/11/2020 10:33:14

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110610331395500000069246274>

Número do documento: 20110610331395500000069246274

**MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.**  
CNPJ/MF nº 33.608.308/0001-73 - NIRE nº 33.3027332-8  
**Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., realizada em 29 de março de 2018, Lavrada em Formo de Sumário, nos Termos do § 1º do Art. 130 da Lei nº 6.404/76. I. Dia, hora e local.** Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de dezembro de 2017, às 10:00 horas da sede social da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), localizada na Travessa Belas Artes nº 15, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.060.000. II. **Convocação:** Dispensada a publicação dos anúncios de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, na forma do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. III. **Publicações prévias:** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram publicados nas edições do dia 28 de fevereiro de 2018 do "Valor Econômico", nas páginas E 15, E 16, E 17, E 18, E 19, E 20 e E 21 e do "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", nas páginas nº 61, nº 62, nº 63, nº 64, nº 65 e nº 66, conforme determina o artigo 133 da Lei 6.404/76. Detalhes normativos da Superintendência de Seguros Privados, dispensada a publicação de anúncios em função da antecedência de mais de um mês deste condici. Não foi colhido parecer do Conselho Fiscal em função do referido órgão não estar em exercício em 2017. IV. **Quórum:** Presentes (i) os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme atestam as assinaturas do Livro de Presença de Acionistas; (ii) o membro do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Nilton Molina; (iii) dispensada, pela totalidade dos acionistas, a presença do auditor independente da Companhia, V. **Mesa de Trabalho:** Presidente: Nilton Molina; Secretário: Raphael Barreto. VI. **Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Diretoria; (ii) Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer Atual, o Parecer do Comitê de Auditoria e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iv) Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia; e (v) Ratificar a designação de Diretores responsáveis por áreas perante a SUSEP. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Reformar o Estatuto Social da Companhia; e (ii) fim de instalar o Conselho de Administração, como assessor do Conselho de Administração na supervisão da implementação e operacionalização da estrutura de gestão de risco, observados os normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); (ii) Consolidar o Estatuto Social, em caso de aprovação da matéria elencada no item "I" acima; e (iii) Aprovar a alteração do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, em caso de aprovação da matéria elencada no item "I" acima. VII. **Deliberações:** Após a leitura dos documentos da administração, pois não foi requerido por nenhum acionista. Por unanimidade dos acionistas presentes e com abstenção dos impedidos legalmente, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram: Em matéria ordinária: (i) Aprovar, sem reservas, as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer Atual, o Parecer do Comitê de Auditoria e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que foram publicados no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no "Valor Econômico", nas edições de 28 de fevereiro de 2018; (ii) Aprovar o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, incluindo o lucro líquido no montante de R\$ 26.907.281,32 (vinte e seis milhões, novecentos e sete mil, duzentos e oitenta e um reais e trinta e dois centavos), do qual (a) 5% (cinco por cento) serão destinados à constituição da reserva legal de que trata o artigo 193, da Lei 6.404/76, totalizando o valor de R\$ 1.345.364,07 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais e sete centavos); e (b) após reversão de reserva de reavaliação de ativos em razão de depreciação no valor de R\$ 76.848,53 (setenta e seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos) e quatro mil e dez reais, o lucro líquido líquido será alocados na constituição da reserva especial para dividendo mínimo obrigatório, de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, totalizando o valor de R\$ 6.409.691,45 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, seiscientos e noventa e um reais, quatrocentos e cinco centavos); e o restante de R\$ 22.929.074,34 (doze milhões, trezentos e vinte e nove mil, setenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) não será distribuídos como dividendos, por deliberação da totalidade dos acionistas, devendo tal valor ser destinado à Reserva de Retenção de Lucros, na forma do art. 202, § 3º da Lei 6.404/76. (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o ano de 2018 no montante de R\$ 22.600.000,00 (vinte e dois milhões e seiscientos mil reais) a ser distribuída entre seus membros na forma e critério a serem definidos pelo Conselho de Administração em reunião específica a ser convocada pelo Presidente deste órgão, na qual também serão definidos os benefícios a serem concedidos aos administradores dentro do limite ora aprovado. (iv) Reeleger, ad referendum da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), os membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2021 e remuneração nos termos definidos na deliberação "iii" anterior, os Senhores: (a) Sr. Nilton Molina, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, portador do RG nº 1.404.761, brasileiro, RG nº 1.382.420, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.182.388-34, residente e domiciliado na Rua Professor Artur Ramos, nº 371, 13º andar, Bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01.454-011; (b) Sr. Helder Molina, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador do RG nº 8.118.414-1, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.638.568-83, residente e domiciliado na Rua Carlos Góes, nº 55/701, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.440-040; (c) Sr. Fernando de Castro, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, administrador de empresas, portador do RG nº 7.128.046-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.150.207-91, residente e domiciliado na Rua José Maria Lisboa, nº 1186, 13º andar, Bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01.423-100; (d) Dennis Patrick Gallagher, norte-americano, casado, administrador de empresas, portador do passaporte nº 561527024, inscrito no CPF/MF sob o nº 063.904.607-08, residente e domiciliado em 208 Highland Woods Drive, Safety Harbor, FL 34695, Estados Unidos da América; e (e) Gerard Callahan, norte-americano, casado, cientista político, portador do passaporte nº 554238708, inscrito no CPF/MF sob o nº 063.959.387-97, residente e domiciliado em 300 Stanyan Place, Alpharetta, GA 30022, Estados Unidos da América; e (f) Sr. Timothy Francis Kneeland, norte-americano, casado, administrador de empresas, portador do passaporte norte-americano nº 501509074, inscrito CPF/MF sob o nº 061.293.887-56, residente e domiciliado em 2938 N Elk Run Road, Waterloo, Estado de Iowa, Estados Unidos da América aos cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, com mandato por três (3) anos; (g) Sr. Sara Molina, brasileira, casada, professora, portadora da carteira de identidade nº 1.042.994-3, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 759.768.628-53, residente na Rua Professor Artur Ramos, nº 371, 13º andar, Bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01.454-011, que deverá substituir os Conselheiros Nilton Molina ou Helder Molina ou Fernando Rodrigues Mota, acima qualificados, em suas eventuais faltas; (h) o Sr. Sérgio Luiz Fernandes de Mello Junior, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 05.883.965-7, expedida pelo PF/DETTRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 753.218.317-34, residente e domiciliado em 10412 Warwick Street, Orlando, Florida, Estados Unidos da América, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, devendo substituir os Conselheiros Dennis Patrick Gallagher ou Gerard Callahan ou Timothy Francis Kneeland, em suas eventuais faltas. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos, eleitores e suplente, declaram, sob as penas da lei, que cumprem com todos os requisitos previstos no artigo 147, da Lei nº. 6.404/76, e do Estatuto

Social, para as suas investidas como membros do Conselho de Administração, bem como preenchem todas as condições previstas, na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) ("CNSP") nº 330, de 09 de novembro de 2015. Os eleitos tomam posse no cargo nesta data, mediante o termo de posse lavrado no livro mantido pela Companhia para esse fim, de acordo com o Estatuto Social da Companhia. (v) Ratificação da destinação do lucro líquido responsável por áreas perante a SUSEP, conforme relacionado a seguir: Funções de caráter executivo ou operacional: (a) Helder Molina - Diretor responsável pelas relações com a Susep; (b) Helder Molina - Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (c) Nuno Pedro Correia David - Diretor responsável técnico (Circular Susep 234/2003 e Resolução CNSP 321/2015); (d) Luiz Cláudio do Amaral Friedheim - Diretor responsável administrativo - financeiro; (e) Luiz Cláudio do Amaral Friedheim - Diretor responsável pelo cumprimento das Obrigações da Resolução CNSP 143; (f) Osmar Navarini - Diretor responsável pela contratação de correspondentes de microseguro e pelos serviços por eles prestados. Funções de caráter de fiscalização ou controle: (g) João Carlos Gomes Mota - Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº. 9.613-98 (Circulares SUSEP nº 234/2003 e nº 445/2012); (h) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável pelos controles internos; e (i) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável pelos controles internos, específicos para a prevenção contra fraudes. Em matéria extraordinária: (i) Reformar o Estatuto Social da Companhia, a fim de estabelecer que o comitê de auditoria, atue como assessor do Conselho de Administração na supervisão da implementação e operacionalização da estrutura de gestão de risco, observados os normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pelo que será incluída a alínea "k" no parágrafo oitavo, do artigo 31 ao capítulo VI, do Estatuto Social, que passará a vigorar com a redação abaixo: "Art. 31 - O Conselho de Administração da Companhia, em matéria extraordinária: (i) Reformar o Estatuto Social da Companhia, a fim de estabelecer que o comitê de auditoria, atue como assessor do Conselho de Administração na supervisão da implementação e operacionalização da estrutura de gestão de risco, observados os normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); e (ii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, em razão da deliberação tomada anteriormente, que passará a vigorar com a redação do Anexo I à presente ata. (iii) Aprovar a alteração do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, em caso de aprovação dos acionistas, conforme estabelecido no inciso I do artigo 134 da Resolução SUSEP nº 321, de 15 de julho de 2015. VII. **Administradores:** Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no art. 134, §1º da Lei nº 6.404/76. IX. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. X. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, que lida e aprovada e assinada por todos os presentes. XI. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Nilton Molina; Secretário da Mesa: Raphael Barreto. Acionistas presentes: Augustus Holding S.A., representada, neste ato, pelo Diretor Nilton Molina e Aegon Brasil Holding B.V., por meio de seu representante legal, Anna Tavares de Mello. XII. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Rio de Janeiro/RJ, 29 de março de 2018. Nilton Molina - Presidente da Mesa e Acionista; Raphael Barreto - Secretário da Mesa. Acionistas: Augustus Holding S.A. CNPJ 09.334.007/0001-14 - Nilton Molina - Diretor-Presidente; Aegon Brasil Holding B.V. CNPJ 09.943.316/0001-91 - Anna Tavares de Mello - Procuradora. Anexo I à Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., realizada em 29 de março de 2018. I. **Estatuto Social da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.** CNPJ. 33.608.308/0001-73 - NIRE 3330027332-8. Capítulo I - Denominação, sede, Objeto e Duração. Artigo 1º - A Companhia tem por objeto social a administração de seguros e Previdência S.A. e é regida por este Estatuto Social e pela legislação brasileira aplicável. Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Travessa Belas Artes, nº 15, CEP 20060-000. Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Companhia abriu e manterá filiais, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do País, observadas as disposições legais. Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social operar nos grupos de seguro do ramo vida e em previdência complementar aberta, podendo ainda participar, como sócio ou acionista, em outras sociedades, de acordo com a legislação brasileira aplicável. Parágrafo Único. Além do objeto precípuo referido no caput, a Companhia poderá, ainda, conceder empréstimos financeiros a seus segurados, estabelecendo os critérios ou convênios com instituições de direito público ou privado com essa finalidade, e para receber diretamente dos tomadores as prestações devidas. A Companhia utilizar-se-á, nessa atividade, de recursos de sua carteira própria de investimentos ou atuará na condição de correspondente bancário de instituições financeiras, obedecendo às diretrizes da legislação e regulamentação aplicáveis. Artigo 4º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado. Capítulo II - Capital e Ações - Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$10.938.713,72 (dez e nove milhões, novecentos e trinta e oito mil, setecentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos), representado por 22.656.354 (vinte e dois milhões, seiscientos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único. A ação é indivisível em relação à Companhia. A ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Artigo 6º - Na proporção do número de ações que possuírem, e observadas as disposições legais e de acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, os acionistas terão direito de voto e de propor a substituição do aumento de capital. Capítulo III - Administração da Companhia - Artigo 7º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Parágrafo Primeiro. Os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim e permanecerão em seus cargos até a eleição de seus substitutos. Parágrafo Segundo. A Assembleia Geral estabelecerá o regimento interno dos Administradores, nela incluídos os benefícios de qualquer natureza, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada. Seção I - Conselho de Administração - Artigo 8º - O Conselho de Administração será composto por 6 (seis) membros efetivos, podendo ser eleito(s) suplente(s) para atuar(em) em substituição de um ou mais membros efetivos em seus impedimentos temporários. Os membros efetivos e suplentes serão acionistas e eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Parágrafo Primeiro. Os Diretores ou 6 (seis) membros efetivos, haverá um Presidente e um Vice-Presidente, ambos escolhidos dentre os Conselheiros na primeira reunião realizada após a respectiva eleição. O Presidente será o responsável pela coordenação geral das atividades do Conselho de Administração, devendo ser eleito(s) por maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral que elegeu os conselheiros. Ausente tal indicação, o secretário, que não precisará ser um membro do Conselho de Administração, será eleito por deliberação desse órgão. Parágrafo Segundo. Em caso de ausência do Presidente, o Presidente suplente será substituído por seu respectivo suplente, inclusive no que se refere aos direitos e atribuições do cargo de Presidente. Ausentes o Presidente e seu suplente, competirá ao Vice-Presidente as atribuições próprias do Presidente. No caso de ausência do Vice-Presidente, então, competirá a sua substituição ao suplente do Vice-Presidente. Ausente o suplente do Vice-Presidente, será substituído por outro Conselheiro por ele indicado. Qualquer Conselheiro poderá ser representado por suplente ou autorizar outro membro do Conselho de Administração a representá-lo nas reuniões, desde que o faça por meio de procuração específica para

esse fim, da qual deverão constar as instruções de voto sobre as matérias constantes da ordem do dia. Parágrafo Terceiro. Em caso de vacância de cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração deverá convocar a Assembleia Geral para eleição imediata do conselheiro que ocupará o respectivo cargo. Parágrafo Quarto. A Assembleia Geral poderá deliberar pelo aumento do número de conselheiros que compõem o Conselho de Administração. Artigo 9º - O Conselho de Administração reunir-se-á, sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente ou por conselheiros representantes de, pelo menos, 25% (vinte e cinco) por cento do Conselho de Administração. Artigo 10º - A convocação das reuniões do Conselho de Administração se dará mediante notificação, por escrito, enviada com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência da reunião, podendo ser entregue por *courier*, correio ou qualquer meio eletrônico, ao endereço fornecido, por escrito, por cada membro do Conselho quando da assinatura de seu respectivo termo de posse. A notificação deverá especificar o local, data e hora da reunião e deverá conter a ordem do dia. Cópias de qualquer relatório, propostas ou qualquer outra informação relevante às matérias em questão serão entregues a todos os membros do Conselho, pelo menos, 5 (cinco) dias antes da respectiva reunião. Artigo 11 - As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas mediante a presença da maioria de seus membros. Artigo 12 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos membros do Conselho presentes, cabendo ao Presidente do Conselho o voto de qualidade, exceto nas matérias mencionadas no Artigo 15 (A) a (Q), cuja aprovação deverá observar, em qualquer caso, as disposições pertinentes contidas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Artigo 13 - Das reuniões do Conselho de Administração lavradas em 30 (trinta) dias seguintes ao livro próprio. De cada ata será produzida uma versão em inglês, sendo certo que, em caso de discrepância, a versão em língua portuguesa prevalecerá. A lavratura das atas observará adicionalmente, sempre que aplicável, as demais formalidades previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Sempre que for necessário ou conveniente, as atas também serão registradas na Junta Comercial competente e publicadas conforme disposto na Lei das Sociedades Anônimas. Artigo 14 - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica ou por conferência, ou qualquer outra tecnologia por meio da qual os Conselheiros presentes possam ouvir e serem ouvidos pelos demais, devendo ainda, contar com tradução simultânea em inglês. Nesses casos, respectiva ata deverá ser enviada por fax (ou outro meio eletrônico), assegurando a autenticidade da transmissão ao Conselheiro que fez parte da reunião através de telefone, videoconferência ou outra tecnologia, confirmada por tal Conselheiro, assinada e retransmitida à Companhia. Tal ata deverá ser arquivada no livro próprio da Companhia dentro de 30 (trinta) dias contados da data de realização da reunião e todos os membros do Conselho de Administração, incluindo os que possivelmente se ausentaram, deverão receber uma cópia. Artigo 15 - Além de fixar a ordenação geral das deliberações da Companhia e demais atribuições legais, compete ao Conselho de Administração, especialmente: (A) Aprovar a celebração de alianças estratégicas, com exceção das expressamente autorizadas no Plano Operacional e Orçamento Anual da Companhia; (B) Aprovar a emissão de títulos de dívida da Companhia; (C) Autorizar a venda de todos, ou de parcela substancial, dos ativos da Companhia; (D) Aprovar e editar o Plano Operacional e Orçamento Anual, que incluirá, mas não se limitará a projeções de receita e planejamentos de marketing, projeções de despesa operacional, planejamento de despesa de capital, planos de compensação e de bônus, custos de pesquisa e desenvolvimento, desenvolvimento de produtos e objetivos de lucratividade, alianças estratégicas propostas (novas ou existentes), política de investimento em ações próprias e de voto em favor de administração, sendo certo, contudo, que o Diretor-Presidente poderá autorizar variações ao Plano Operacional e Orçamento Anual aprovado, desde que tal variação não acarrete custos superiores a 10% do Plano Operacional e Orçamento Anual. Para tanto, o Diretor-Presidente será responsável por fornecer ao Conselho de Administração, trimestralmente, a descrição dos desvios do Plano Operacional e Orçamento Anual, por ele autorizados; (E) Designar e destituir auditores externos; (F) Aprovar operações fora do curso ordinário dos negócios; (G) Aprovar a adoção, pelo Conselho de Administração, de qualquer sistema de incentivo a tal regime; (H) Aprovar o investimento ou desinvestimento de capital específicos (exceto no caso de investimento ou desinvestimento realizados de acordo com a legislação aplicável, baseados nas políticas de investimento aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme o item (D) acima) ou desinvestimento individualmente ou em uma série de operações agregadas, dentro do mesmo ano fiscal, de valor superior ao equivalente em Reais a USD 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), anualmente ajustado conforme o índice de preços do consumidor, expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento Anual, aprovar a celebração de quaisquer contratos, acordos ou operações entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas, afiliados ou partes relacionadas, independentemente de seus valores, desde que não sejam expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento Anual, aprovar a celebração de acordos ou contratos entre a Companhia e terceiros, garantindo exclusividade por mais de um ano, em valor superior ao equivalente em Reais a USD 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), anualmente ajustado conforme o índice de preços do consumidor, considerado individualmente ou no agregado, através de uma série de operações realizadas dentro do mesmo ano fiscal; (I) Exceto como expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento Anual, aprovar a criação de planos de bônus ou de planos de incentivo para qualquer funcionário da Companhia, para qualquer negócio que não seja conduzido pela Companhia à época, incluindo, mas não limitado a produtos como anuidades variáveis e seguro de vida variável; (L) Aprovar propostas de registro de marca da Companhia que incluam marca de acionistas e de licença ou sublicença de qualquer propriedade intelectual licenciada ou de propriedade dos acionistas para a Companhia; (M) Aprovar: (i) a condução de novos negócios pela Companhia, incluindo, mas não se limitando a administração e gerenciamento de fundos de previdência e planejamento financeiro individual; e (ii) a oferta para subscrição de todas ou parte das ações em tesouraria emitidas pela Companhia, a definição dos termos e condições sob os quais se dará tal subscrição, assim como do prêmio que qualquer subscritor tiver que pagar por tais ações; (N) Aprovar a criação de planos de bônus ou de planos similares ou acordos para os funcionários, Diretores e/ou Conselheiros da Companhia que não estejam previstos pelo Plano Operacional e Orçamento Anual; (O) Aprovar a criação de planos de opção de ações ou planos similares ou acordos para os funcionários, Diretores e/ou Conselheiros da Companhia ou suas sociedades subsidiárias; (P) Aprovar o ajustamento, defesa ou acordo de quaisquer processos, arbitragem ou outros procedimentos, que possam envolver quantias iguais a ou superiores ao equivalente em Reais a USD 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), ou processos relevantes na qual a Companhia esteja envolvida; e (Q) Aprovar reduções ou aumentos do capital social, o resgate de ações, a compra ou qualquer outra aquisição pela Companhia. Seção II - Diretoria - Artigo 16 - A Diretoria será constituída por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Marketing, 1 (um) Diretor de Operações e, ainda, 1 (um) Diretor sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes ou não, ou destituídos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente ou o Conselho de Administração poderá substituí-lo temporariamente, até a convocação da Assembleia Geral para o preenchimento do respectivo cargo. Artigo 17 - O Diretor-Presidente e demais Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações, observando as disposições deste Estatuto Social e das resoluções registradas das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração, e dos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. Artigo 18 - As atribuições dos membros da Diretoria serão aquelas estabelecidas na ata de Reunião do Con-



assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 21 de Junho de 2018 às 22:54:23 -0300.



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 06/11/2020 10:33:14

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2011061033139550000069246274>

Número do documento: 2011061033139550000069246274



selho de Administração que os eleger, além daquelas previstas por este Estatuto Social e pela legislação brasileira aplicável. Artigo 19 - A Diretoria se reunirá sempre que convocada por iniciativa do Presidente ou a pedido de qualquer dos Diretores. Artigo 20 - As decisões da Diretoria serão tomadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, pelo voto da maioria dos presentes. Artigo 21 - As Resoluções de Diretoria aplicam-se, *mutatis mutandis*, às disposições dos Artigos 10, 11, 13 e 14 acima. Artigo 22 - A Companhia somente será considerada validamente obrigada mediante as assinaturas: (a) do Diretor-Presidente e de 1 (um) Diretor; ou, (b) de quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; ou, (c) do Diretor-Presidente ou de qualquer Diretor, em conjunto com um procurador, agindo em conformidade com os limites estabelecidos na respectiva procuração; ou ainda; (d) dos procuradores constituídos por mandato assinado por dois Diretores. Parágrafo Único. Todos os membros da Diretoria terão poderes para outorgar procurações, independentemente de atribuição específica pelo Conselho de Administração para este fim, observado o disposto neste Artigo. A outorga de procurações pela Companhia será informada ao Conselho de Administração, e os respectivos instrumentos serão sempre assinados pelo Diretor-Presidente e por um dos Diretores ou por dois Diretores e estabelecerão expressamente os poderes dos procuradores e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins de participação em processos judiciais, ou arbitrais, terão prazo máximo de validade de 1 (um) ano. Capítulo IV - Conselho Fiscal - Artigo 23 - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas, nos termos do parágrafo segundo do artigo 161 da Lei nº 6.404/76. Parágrafo Único. O Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no País, com mandatos de 1 (um) ano, admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que o Conselho de Administração ou seu suplente, em suas ausências, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou seu suplente, ou na ausência destes por acionista eleito para tal pela maioria dos presentes. O secretário será escolhido por quem estiver presidindo a Assembleia Geral. Artigo 25 - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu suplente, em suas ausências, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou seu suplente, ou na ausência destes por acionista eleito para tal pela maioria dos presentes. O secretário será escolhido por quem estiver presidindo a Assembleia Geral. Artigo 26 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer Conselho após tal convocação ser devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração, e de outra forma, em observância ao disposto na Lei nº 6.404/76. Parágrafo Único. Cada ação ordinária da Companhia, publicada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e deverá indicar a data, hora e local da assembleia, bem como as matérias da ordem do dia, mesmo que resumidamente. Independentemente de qualquer formalidade, será considerada regular a assembleia em que comparecerem todos os acionistas ou a assembleia com relação a qual todos os acionistas declaram, por escrito, estarem cientes quanto à data, hora, local e ordem do dia. Artigo 27 - A Assembleia Geral será instalada por primeira convocação com a presença de acionistas representando mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social com direito a voto, em segunda convocação, com qualquer número de presentes. Artigo 28 - Se maior quórum não for exigido por lei ou por disposição de Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria da maioria dos presentes. Parágrafo Único. Os Acionistas poderão se fazer representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano da respectiva assembleia, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado regularmente inscrito na OAB, diretamente a seu detentor em 1 (um) voto na Assembleia Geral. Para a validade das resoluções adotadas por qualquer assembleia geral, seja em primeira convocação ou seguintes, é necessário o voto afirmativo dos acionistas representando a maioria das ações representadas pelos presentes na assembleia, e especialmente para as assembleias listadas abaixo será necessário quórum qualificado de aprovação conforme disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia: (A) Alterar a duração da Companhia; (B) Dissolução da Companhia, bem como a venda, arrendamento ou alienação de qualquer ou substancialmente os ativos da Companhia; (C) Aumento ou redução do patrimônio líquido da Companhia, venda de ações em tesouraria e qualquer oferta pública ou particular de capital da Companhia ou qualquer conversão da Companhia em outra modalidade de capitalização de recursos em capital da Companhia, tendo ou não como resultado um novo detentor de participação econômica ou acionista da Companhia; (D) Alterar o objeto social da Companhia; (E) Alterar a nacionalidade da Companhia; (F) Alteração da natureza da Companhia, incluindo também qualquer alteração no objeto social ou no escopo dos negócios, ou fazer qualquer investimento e desinvestimento em pessoa ou projeto não expressamente autorizado no Plano de Operações e Orçamento Anual, ou a criação e término de subsidiárias; ou qualquer alteração substancial no plano de negócios da Companhia, ou nova atividade comercial; (G) Implementação de incorporação, fusão, transformação, ou cisão envolvendo a Companhia, ou efetuar outros tipos de reorganização ou consolidação da Companhia; (H) Resgate de ações; (I) Emissão de títulos ou debêntures, instrumentos negociáveis conversíveis em ações e ingresso em contrato, projeto, acordo ou outro instrumento que crie ou outorgue opções, garantias ou outros direitos e valores mobiliários; (J) Qualquer alteração no Estatuto Social da Companhia; (K) Aumento ou diminuição do número de membros do Conselho de Administração, qualquer eleição de membros do Conselho de Administração, indicando pelos Acionistas; (L) Os assuntos referidos nos itens (A) até (O) do Artigo 15, se não tiverem sido resolvidos em reunião do Conselho de Administração; (M) Retenção de qualquer excesso relacionado à Metas Especiais gerado pela Companhia após serem considerados o Plano de Operações e Orçamento Anual e seu fluxo de caixa; (N) Cancelamento ou alteração de qualquer ação existente da Companhia; (O) Qualquer pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, e a aprovação de qualquer plano de recuperação; (P) Suspensão dos direitos de acionista; e (Q) Aprovação das demonstrações financeiras, contas, e relatório anual, bem como distribuição ou retenção dos dividendos contrários às provisões do Regulamento de Seguros Privados. Das Assembleias Gerais serão lavradas atas a serem transcritas em livro próprio. De cada ata será produzida uma versão em língua, sendo certo que, em caso de discrepância, a versão em língua portuguesa prevalecerá. Sempre que necessário, as atas das Assembleias Gerais ficarão sujeitas à aprovação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, no máximo, arquivadas na Junta Comercial. Capítulo VI - Comitê de Auditoria - Artigo 31 - A Companhia terá um Comitê de Auditoria, nos termos dos normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Parágrafo Primeiro. O Comitê de Auditoria funcionará permanentemente composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, que serão nomeados e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração e terão mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a renovação por mais 2 (dois) anos, a fim de atingir o limite máximo de 5 (cinco) anos. Parágrafo Segundo. Pelo me-

nos um dos integrantes do Comitê de Auditoria deve possuir conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria contábil dos mercados em que a sociedade opera, que o qualifiquem para a função. Parágrafo Quinto. O membro do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. Parágrafo Sexto. Caberá ao Conselho de Administração fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. Parágrafo Sétimo. É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. Parágrafo Oitavo. Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: (A) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais deverão ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; (B) recomendar, à administração da Companhia, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria contábil independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; (C) revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia; (D) avaliar a efetividade das auditorias contábeis independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; (E) avaliar a aceitação, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes e pelos auditores contábeis internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; (F) avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento das informações contábeis de desempenho, pela Companhia, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que prevêm efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confiabilidade destas; (G) recomendar ao Diretor-Presidente da Companhia a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; (H) reunir-se, no mínimo semanalmente, com o Diretor-Presidente da Companhia e com os responsáveis, tanto pela auditoria contábil independente, como pela auditoria contábil interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; (I) verificar, por ocasião das reuniões, o cumprimento de suas atribuições e recomendar, por escrito, ao Conselho de Administração, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; (J) recomendar, ao Conselho de Administração, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; (K) assessorar o Conselho de Administração na supervisão da implementação e operacionalização da estrutura de gestão de riscos, observados os normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); (L) outras atribuições determinadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Parágrafo Nono. O Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo semanalmente, de forma que as informações contábeis sejam submetidas ao Conselho de Administração por tal órgão antes de sua divulgação. Parágrafo Décimo. O Comitê de Auditoria deverá elaborar o Relatório do Comitê de Auditoria ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, contendo, no mínimo, as informações previstas nos normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Parágrafo Décimo Primeiro. O Comitê de Auditoria somente poderá ser extinto quando a Companhia não mais apresentar as condições previstas na legislação vigente que obrigam a sua constituição e ter cumprido as atribuições relativas aos exercícios sociais em que foi exigido o seu funcionamento. Capítulo VII - Exercício Social e Demonstrações Financeiras - Artigo 32 - O exercício social terá início no dia 01 de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 33 - Ao final de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis, as quais estarão sujeitas a auditoria por auditor independente. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, inclusive como antecipação, total ou parcial, dividendo obrigatório do exercício em curso. Parágrafo Primeiro. Após efetivadas as deduções previstas em lei à Assembleia Geral deliberará pela distribuição de lucros com base em proposta apresentada pela Diretoria, ouvidor do Conselho de Administração e se em funcionamento, após obtido o parecer do Conselho Fiscal. Parágrafo Segundo. Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei das S.A. Parágrafo Terceiro. Poderá, ainda, o Conselho de Administração, deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação em vigor, em substituição total ou parcial dos dividendos, inclusive intermediários cuja declaração lhe é facultada pelos dividendos, inclusive intermediários, em adição aos mesmos. Parágrafo Quarto. Caberá ao Conselho de Administração, observada a legislação em vigor, fixar, a seu critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento vier a deliberar. Parágrafo Quinto. A Assembleia Geral decidirá a respeito da imputação, ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio deliberado pela Companhia durante o exercício. Artigo 34 - As declarações financeiras da Companhia deverão ser elaboradas conforme as práticas contábeis brasileiras. Capítulo VIII - Disposições Gerais - Artigo 35 - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei. A Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal - que funcionará durante todo o período de liquidação -, e dará início à liquidação. Artigo 36 - A Companhia observará o acordo de acionistas arquivado em sua sede, celebrado em 1 de outubro de 2008, entre Augustus Holding S.A. e Aegon Brasil Holding Ltd., sendo expressamente vedado ao presidente ou secretário escolhido pelos Acionistas para presidir a Assembleia Geral ou a reunião do Conselho de Administração acatar o voto de qualquer acionista que seja signatário do acordo de acionistas, caso o voto esteja em desacordo com os termos do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Será também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à criação e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado no acordo de acionistas, como mencionado. Artigo 37 - Extinto qualquer acordo ou inexistência entre este Estatuto Social e quaisquer dos termos ou condições de qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, os termos e condições de tal acordo permanecerão válidos e devem prevalecer. Artigo 38 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pelas disposições da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e na Lei nº 10.303 de 31 de outubro de 2001, com suas alterações posteriores, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Rio de Janeiro (RJ), 29 de maio de 2018. Mesa: Nilton Molina - Presidente da Mesa e Acionista; Raphael Barreto - Secretário da Mesa. Acionistas: Augustus Holding S.A. - CNPJ 09.334.007/0001-14. Nilton Molina - Diretor-Presidente. Aegon Brasil Holding B.V. - CNPJ 09.343.316/0001-95. Ana Tavares de Azevedo - Promotora CERTIFICADORA - CNPJ 00032157/25 de maio de 2018. Bernardo F. S. Bervanger - Secretário-Geral.

## LIGHT S.A.

CNPJ/MF nº 03.378.521/0001-75

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/05/2018. 1. Data, hora e local: 28/05/2018, às 9:30 hs, na sede da Light S.A. ("Cia"), localizada na Av. Marechal Floriano, 168, parte, 2º andar, corredor A, Centro, RJ/RJ. 2. Presentes: Os

Conselheiros efetivos Nelson José H. Moreira, André J. de Almeida, Mauro B. Lemos, Luis Fernando P. Santos, Marcelo Rocha, Carlos A. da Cruz, Silvio Artur M. Starling, João P. N. Batista, Ricardo R. de Pinho, Raphael M. Martins e o conselheiro suplente em exercício, Nelson Roberto M. P. Fully. Compareceram, também, sem, contudo, participarem das votações, os conselheiros suplentes, Yuri F. de C. Ramos, Sérgio G. Malta, Bruno do C. Silva, Aline B. Ferreira, Magno dos S. Filho e a advogada Paula Regina N. Cury que foi convidada para secretariar os trabalhos. Solicito por aclamação para presidir a mesa o Conselheiro Nelson José H. Moreira. 3. Informações: O presidente da mesa, Sr. Nelson José H. Moreira informou que o Sr. Marco Guedes P. Junior, eleito como membro suplente deste conselho na AGO da Cia, realizada no dia 27/04/2018, não tomou posse no prazo legal, conforme art. 149.º 1º da Lei nº 6.404/76. Sendo assim, no momento, o cargo de conselheiro suplente ficará vago, passando o Conselho de Administração da Cia, a ter a seguinte composição: Titulares: Nelson José Hubner Moreira, Marcelo Lignanni Siqueira, André Juacaba de Almeida, Mauro Borges Lemos, Luis Fernando Paroli Santos, Marcelo Rocha, Carlos Alberto da Cruz (representante dos empregados), Silvio Artur Meira Starling (independente), João Pinheiro Nogueira Batista (independente), Ricardo Reisen de Pinho (independente), Raphael Manhães Martins (independente). Suplentes: Andrea Belo Lisboa Dias, Roberto Miranda Pimentel Fully, Yuri Fonseca de Choucar Ramos, Sérgio Gomes Malta, Bruno do Carmo Silva, Aline Bracks Ferreira, Magno dos Santos Filho (representante dos empregados), (VAGO), (VAGO), (VAGO), Bernardo Zito Porto (independente). 4. Assuntos Tratados - Deliberações: 4.1. Eleição para as funções de Presidente e Vice-Presidente dos Conselhos de Administração da Light S.A., Light S.E.S.A. e Light Energia S.A. O Conselho, por unanimidade, aprovou a escolha do Conselheiro Nelson José H. Moreira para exercer a função de Presidente do Conselho de Administração da Cia., com mandato até a AGO de 2020. Os Conselheiros membros do Bloco de Controle indicaram para a função de Vice-Presidente o Sr. Mauro B. Lemos. Os Conselheiros João P. N. Batista e Raphael M. Martins propuseram que a função de Vice-Presidente fosse exercida por um dos membros independentes do Conselho de Administração, tendo em vista que referida medida seria positiva para a governança da Cia e seria entendida pelo mercado como uma sinalização positiva neste sentido. O Conselho, por maioria, com o registro de abstenção de voto do Conselheiro Ricardo R. de Pinho e com o voto vencido dos Conselheiros João P. N. Batista e Raphael M. Martins, aprovou a escolha do Conselheiro Mauro B. Lemos para exercer a função de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cia., com mandato até a AGO 2020. Adicionalmente, o Conselho, por unanimidade, orientou o voto favorável dos Conselheiros indicados pela Cia, nas reuniões dos Conselhos de Administração da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light S.E.S.A.") e Light Energia S.A. ("Light Energia"), que deliberarem sobre a escolha do Conselheiro Nelson José H. Moreira para exercer a função de Presidente dos Conselhos de Administração da Light S.E.S.A. e Light Energia, respectivamente, com mandato até a AGO de 2020. Declaro que o presente é um extrato da ata da RCA da Light S.A. realizada no dia 28/05/2018, às 09h30min na sede da Cia.. Paula Regina N. Cury - Secretária da Reunião. Arquivada na JUCERJA 3202617 em 04/06/2018. Bernardo F. S. Bervanger, Secretário Geral.

ID: 2114597

## Avisos, Editais e Termos

## Associações, Sociedades e Firms

## LPS PATRIMÓVEL - CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A.

CNPJ 08.904.611/0001-76 - NIRE 33.3.0028237-8

## Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os senhores acionistas da LPS Patrimóvel - Consultoria de Imóveis S.A. ("Companhia"), com fundamento no art. 123, p. único, "c", da Lei nº 6.404/76, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de junho de 2018, às 14h, na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4.201, Barra da Tijuca, CEP 22631-004, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) eleição e nomeação de novo membro do conselho de administração da Companhia substituindo ao conselheiro Marcelo Vasconcelos. Informações Gerais: Encontram-se a disposição dos acionistas, na sede da Companhia, as informações e documentos referentes às matérias constantes da Ordem do Dia, no que for aplicável. Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018. Rubem Vasconcelos.

ID: 2114280

## Dimension Data Comercio e Serviços de Tecnologia Ltda.

CNPJ: 05.437.734/0005-80 - I.E.: 87.10638.1

## Laudo Técnico/Certificado Anel

De acordo com o disposto no §4º do art. 6º. Do Decreto no. 42.649/2010 a empresa acima descrita, vem neste ato dar publicidade ao atendimento do §2º do art. 6º. Do Decreto no. 42.649/2010 onde através do processo E-04/005724/2016 está sendo apresentados os laudos técnicos emitidos pela empresa CONSULTREIN CONSULTORIA TREINAMENTO EM SERVIÇOS ELETROELETRONICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ no. 10.667.451/0001-30, informando que os itens nêles mencionados estão classificados tecnicamente como produtos de informática ou eletroeletrônicos. Relação de laudos Apresentados: LI01\_180611\_01, LI01\_180611\_02, LI01\_180611\_03, LI01\_180611\_04, LI01\_180611\_05, LI01\_180611\_06, LI01\_180611\_07, LI01\_180611\_08, LI01\_180621\_01, LI01\_180621\_02

ID: 2114616

## LITOGRAFICA UNIÃO LTDA EPP

CNPJ: 22.798.667/0001-14

## CONCESSÃO DE LICENÇA

LITOGRAFICA UNIÃO LTDA EPP torna pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE OPERAÇÃO LO nº IN044758, com validade até 17 de dezembro de 2018, que a autoriza para impressão litográfica em folhas metálicas, na AVENIDA ANTONIO CARLOS, 800 - CALUNDU, município ITABORAÍ. Processo nº E-07/501662/2010.

ID: 2111316

## XNICE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 17.426.220/0001-95

Edital de Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas 1ª Emissão de Debêntures da Xnice Participações S.A. - A Xnice Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.426.220/0001-95, com sede na Praia de Botafogo, nº 501, bloco I, sala 201, Botafogo, CEP 22.250-040 - Rio Janeiro/RJ ("Emissora"), convoca os debenturistas da sua 1ª Emissão, nos termos da cláusula oitava da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quilografaria, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Resíduos nos termos da Instrução CVM nº 476/09, da Xnice Participações S.A. ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral, a se realizar em 1ª convocação no dia 09 de julho de 2018, às 11 horas, na sede da Emissora, para deliberarem sobre: (i) A eventual declaração de Ven-



assinatura não possui validade quando impresso.



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 06/11/2020 10:33:14

https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110610331395500000069246274

Número do documento: 20110610331395500000069246274

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

**MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 33.608.308/0001-73, com sede nesta cidade, na Travessa Belas Artes, nº 15, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **1) Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti**, inscrito na OAB/PE sob o nº 19.353; **2) Carlos Antônio Harten Filho**, inscrito na OAB/PE sob o nº 19.357; **3) Danielle de Azevedo Cardoso**, inscrita na OAB/BA sob o nº 51.266; **4) Kamila Portinho Borges**, inscrita na OAB sob o nº 30.831; **5) Manuela Moura da Fonte**, inscrita na OAB sob o nº 30.397; **6) Milena Gila Fontes**, inscrita na OAB sob o nº 25.510; **7) Umberto Lucas de Oliveira Filho**, inscrito na OAB sob o nº 30.603, com escritório profissional na cidade de Fortaleza, na Avenida Santos Dumont, nº 2828, SI 06 e 07 – Edf. Torre Santos Dumont – Aldeota – CE – CEP 60.150-161, conferindo aos **OUTORGADOS** poderes para o foro em geral, de acordo com o artigo 105, do Novo Código de Processo Civil, e, ainda, os poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, propor ações judiciais, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, substabelecer e assinar carta de preposto. Ficam expressamente revogados todos os poderes conferidos pela Outorgante por todo e qualquer instrumento de mandato previamente juntado aos processos em que esta procuração vier a ser apresentada. O presente instrumento é válido por tempo indeterminado.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2019.

**MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**

**12º OFÍCIO DE NOTAS** Rua do Rosário, nº 134 - Centro - CEP: 20041-002 088591AB585041  
TABELIÃO PEDRO CASTILHO Rio de Janeiro/RJ - Telefone: (21) 3852-4000

Reconheço por semelhança as firmas de: NUNO PEDRO  
CORREIA DAVID (L:016SEM/018) e OSMAR NAVARINI  
(L:3131/177) (X000001EEA36)  
Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2019. Conf: \_\_\_\_\_

EM TEST. \_\_\_\_\_ da verdade TJ  
Rafael R. M. Braga - Esc. Cad. 94-09406 Total  
EDDV-39184 TER, EDDV-39185 IRB  
Consulte em <https://www3.tirri.jus.br/sitepublico>







## SERVIÇO NOTARIAL - RJ

Claudio Antonio Maftos de Souza  
Tabelião

Tânia Castro Góes  
Substituta

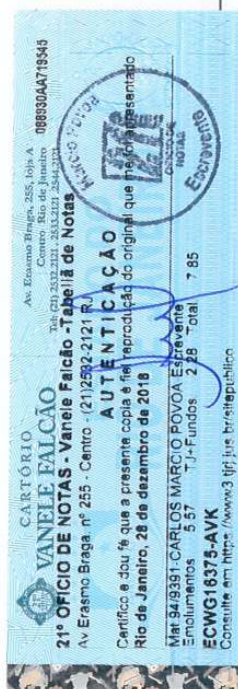
10º SERVIÇO NOTARIAL - RJ  
Patrícia de Castro Duarte  
Tabelã Substituta Mat. 94-2134

Av. Nilo Peçanha, 26 - A - Loja, Sobreloja, 2º e 3º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-100  
Tel./Fax: (21) 2544-3023 / 2524-5332 / 2215-1021 / 2215-2658 / 2215-2859  
Rua Barata Ribeiro, 330 - Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - Cep 22040-001 - Tel.: (21) 2235-3050

TRASLADO  
LIVRO 2013  
FLS. 197  
ATO 162

### PROCURAÇÃO, na forma abaixo:

S A I B A M os que este público instrumento de procuração bastante virem que, no ano de dois mil e dezoito, ao(s) 10 (dez) dia(s) do mês de dezembro, perante mim, PATRICIA DE CASTRO DUARTE, Tabeliã Substituta, lotada no 10º Serviço Notarial do Rio de Janeiro, com sede na Av. Nilo Peçanha, nº 26, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, compareceu como Outorgante, **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.608.308/0001-73, com sede nesta Cidade, na Travessa Belas Artes, nº 15, representada por seus Diretores, **OSMAR NAVARINI**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade do IFP nº 06043929-6 e do CPF nº 301.842.820-04; e **LUIZ CLAUDIO DO AMARAL FRIEDHEIM**, brasileiro, casado, securitário, portador da carteira de identidade do IFP nº 03.851.089-7 e do CPF nº 822.674.307-97, residentes e domiciliados nesta Cidade. Os presentes reconhecidos como os próprios pelos documentos apresentados e acima mencionados, do que dou fé.- E, pela Outorgante, por seus representantes, me foi dito que, por este instrumento e na melhor forma de direito, nomeava e constituía seus bastantes procuradores: **1) FERNANDA BLANCO ERBISTI**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 145.540 e do CPF nº 098.929.017-46; **2) JOEL ÁVILA DUTRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade da OAB/RJ nº 166.598 e do CPF nº 070.431.527-04; **3) ANDRÉA MARAVILHA DUARTE**, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 104.043 e do CPF nº 035.235.967-69; **4) JÚLIA YASMIM SEIXAS MARINHO**, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 202.033 e do CPF nº 126.111.027-75; **5) VIVIANE TAVARES RODRIGUES**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 129.471 e do CPF nº 051.775.347-23; **6) RAPHAEL SALLES DE PINHO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade da OAB/RJ nº 184.459 e do CPF nº 056.495.467-54; **7) NATALIE GUIMARÃES SOARES**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 169.588 e do CPF nº 106.380.607-02; **8) LAÍS MATIAS FERREIRA**, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 218.910 e do CPF nº 110.098.067-93; e **9) JOÃO GABRIEL ALEIXO LUSTOSA CLARK MAGON**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade da OAB/RJ nº 145.105 e do CPF nº 095.536.997-58, todos residentes e domiciliados nesta Cidade, com endereço comercial na Travessa Belas Artes, nº 15, aos quais conferem os poderes da cláusula ad judicium, para o foro em geral, podendo ainda os Outorgados confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber e dar quitação, firmar compromisso, e, ainda, poderes gerais, amplos e ilimitados para representar a Outorgante perante a Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Secretaria da Receita Federal, Delegacia Especial de Instituições Financeiras, Secretarias Estaduais e Municipais de Fazenda, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Registro Geral de Imóveis, INSS, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S/A. e quaisquer Instituições Financeiras Públicas ou Privadas,



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

088559AA 159436



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 06/11/2020 10:33:14

<https://pje.tje.rj.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110610331395500000069246274>

Número do documento: 20110610331395500000069246274





quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, suas autarquias, fundações e repartições paraestatais ou entidades de economia mista, podendo ter vista de processos, tomar ciência de decisões, juntar e retirar documentos, cumprir exigências, requerer certidões, cadastros, inscrições, alvarás, alterações, retirar guias, receber citações, assinar correspondências, constituir prepostos, podendo, ainda, a procuradora **FERNANDA BLANCO ERBISTI** firmar acordos judiciais e extrajudiciais e, **EM CONJUNTO COM UM DIRETOR ELEITO DA OUTORGANTE OU COM UM PROCURADOR**, assinar contratos, praticando, enfim, todos os demais atos necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato. **A PRESENTE PROCURAÇÃO PASSARÁ A VIGORAR A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2019 ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2019**, e revoga quaisquer outros outorgados anteriormente para o mesmo fim. Certifico que foram apresentadas e arquivadas as Consultas de Óbito sob nºs 0710-SPU-00467113 e 0710-BAM00463161. Certifico que são devidas custas no valor de R\$ 244,75 (Tab. 07-2-b), R\$ 10,35 de arquivamento, R\$ 36,00 (comunicações ao Distribuidor-CENSEC), R\$ 58,22 (20% do FETJ), R\$ 14,55 (5% do FUNDEPERJ), R\$ 14,55 (5% do FUNPERJ), R\$ 11,64 (4% do FUNARPEN), R\$ 4,89 (2% do PMCMV Lei Estadual 6370/12), R\$ 15,32 (ISSQN), R\$ 38,62 de distribuição, que deverão ser recolhidas no prazo legal. Assim o disseram, do que dou fé e me pediram que lhes lavrasse nestas Notas esta procuração, que lhes sendo lida em voz alta, aceitaram e assinam, dispensando a presença de testemunhas instrumentárias. Eu, PATRICIA DE CASTRO DUARTE, Tabeliã Substituta, digitei, lavrei, li, e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas dos contratantes: **(ASS) OSMAR NAVARINI e LUIZ CLAUDIO DO AMARAL FRIEDHEIM. TRASLADADA NA MESMA DATA. EU, \_\_\_\_\_, TABELIÃ SUBSTITUTA, A SUBSCREVO E ASSINO EM PÚBLICO E RASO.**

EM TESTO \_\_\_\_\_ DA VERDADE.

10º SERVIÇO NOTARIAL-RJ  
Patricia de Castro Duarte  
Tabeliã Substituta Mat. 44-2134

Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
ECVT12250-PIP  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



**SUBSTABELECIMENTO**

Pelo presente instrumento, **SUBSTABELEÇO** aos advogados, Antônio Fernando Costa Porto Lima, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob nº 48.216, Danielle de Azevedo Cardoso, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob nº 56.347, Edson Bomfim de Jesus dos Santos, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 46.040, Elisabete de Carvalho Santos, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 16.255, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 31.753, Érico Vinicius Varjão Alves Evangelista, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 20.586, Erika Oliveira Assis, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 52.139, Helena Maria de Oliveira Martins, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 24.381, Irismar Souza de Almeida, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 39.164, Ive de Azevedo Cédro, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 37.343, Italo Araújo Mota, brasileiro, inscrito regularmente na OAB/BA 47.885, Italo Israel Santana Guimarães, brasileiro, inscrito regularmente na OAB/BA 52.131, Jaqueline Conceição Mercês, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 21.210, Juliana Silva de Oliveira, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 53.130, Kamila Portinho Borges, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 30.831, Keila Pereira Batista Burgos, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 53.360, Laila de Almeida Magalhães, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 51.440, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 38.660, Lázaro Roberto Silva Júnior, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 35.547, Márcio de Souza Oliveira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA 37.395, Marcus Vinicius de Carvalho, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob nº 42.631, Márcio Braga Pinheiro, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 25.834, Paula Fernanda Machado Borba, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 21.269, Rafael de Jesus Gomes, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 47.946, Rômulo Galvão Vieira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 41.622, Thácio Fortunato Moreira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 31971, Tiago Freitas Áspera, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 28.388, Thamyres Carvalho Dantas da Silva, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 49.069, Umberto Lucas de Oliveira Filho, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 30.603, Vanessa Miranda de Souza, brasileira, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 45.759, com reservas de iguais poderes, todos os poderes que me foram outorgados, salvo os poderes para receber as comunicações processuais, poderes esses que não ficam substabelecidos, tudo nos termos do instrumento particular de mandato firmado em meu favor. Fica certo que, em caso de renúncia de poderes expressos nesta, fica eleito desde já a advogada Milena Gila Fontes OAB 25.510, para praticar todos os atos necessários à renúncia, assinando isoladamente e representando todos, os que figurem nesta ou que

*M. Gila*

Av. Tancredo Neves, 1283, Salas 702 e 703 - Cam. das Árvores - Salvador/BA  
CEP: 41820-020. Fone: 71 3271.5310

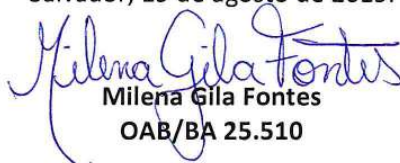
www.queirozcavalcanti.adv.br  
PE • BA • CE • MA • PB



# QUEIROZ CAVALCANTI

venham a ter poderes conferidos por substabelecimento com reserva de iguais, que ainda poderão agir enquanto integrarem o Escritório QUEIROZ CAVALCANTI ADVOCACIA, considerando-se expressamente revogados, independentemente de qualquer notificação os poderes daquele que, por qualquer motivo, deixarem de integrar o referido escritório.

Salvador, 19 de agosto de 2019.

  
Milena Gila Fontes  
OAB/BA 25.510

Av. Tancredo Neves, 1283, Salas 702 e 703 - Cam. das Árvores - Salvador/BA  
CEP: 41820-020. Fone: 71 3271.5310

[www.queirozcavalcanti.adv.br](http://www.queirozcavalcanti.adv.br)  
PE • BA • CE • MA • PB





QUEIROZ  
CAVALCANTI  
ADVOCATOS

**SUBSTABELECIMENTO**

Pelo presente instrumento, **SUBSTABELEÇO**, os poderes a mim conferidos pela **Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.608.308/0001-73, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Travessa Belas Artes, 15, Centro, CEP 20.060-000, na pessoa do (a) advogado (a), **Thacio Fortunato Moreira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 31971, sem reservas de quais poderes, todos os poderes que me foram outorgados, incluindo os poderes para receber as comunicações processuais, poderes esses que ficam substabelecidos,** tudo nos termos do instrumento particular de mandato firmado a meu favor.

Salvador, 17 de julho de 2020.

*Danielle de Azevedo Cardoso*  
Daniele de Azevedo Cardoso  
OAB/BA 56.347

Av. Tancredo Neves, 2539- Caminho das Árvores, Salvador- BA, CEP : 41820-021. Fone: 71. 3271.5310  
www.queirozcalvacanti.adv.br

Digitalizada com CamScanner



## Contestação



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE GARANHUS – PERNAMBUCO

QUEIROZ CAVALCANTI

Processo nº 0003232-11.2020.8.17.2640

**MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.608.308/0001-73, Registro SUSEP 2101, com sede na Travessa Belas Artes, nº 15, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.060-000, por seus procuradores ao final assinados, estes com endereço para intimações na Rua da Hora, n.º 692, Espinheiro, Recife/PE, CEP 52020-015, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, nos autos da ação em epígrafe, movida por **ALAN MELO HONORÁRIO DE OLIVEIRA**, parte já devidamente qualificada, apresentar **CONTESTAÇÃO**, de acordo com os fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:

**1. DOS MOTIVOS PARA IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS**

A seguir, de forma sucinta, as teses defensivas:

- a) **Preliminarmente:** da ilegitimidade passiva *ad causam* da Mongeral. A companhia demandada não participou dos trâmites administrativos para o pagamento do seguro obrigatório DPVAT à parte autora.
- b) **Da verdade dos fatos.** Ausência do requisitos da responsabilidade civil.



- c) **Por cautela: obrigação adimplida. Da aplicação da tabela de acidentes pessoais. Obediência à Lei nº 6.194/74.**
- d) **Do enriquecimento sem causa da demandante. Súmula 474 do STJ.**
- e) **Subsidiariamente:** aplicação da taxa SELIC.
- f) **Da impossibilidade da inversão do ônus da prova.** Inexistência de relação de consumo.

Sendo assim, os pedidos autorais não devem prosperar.

## 2. REQUERIMENTOS INICIAIS DE INTIMAÇÕES E PUBLICAÇÕES

Embora a parte contestante tenha diversos procuradores constituídos nos autos, requer de plano que toda e qualquer intimação **eletrônica** seja feita única e exclusivamente para a pessoa do advogado **Thacio Fortunato Moreira, OAB/BA 31.971**, endereço eletrônico **thaciomoreira@qca.adv.br**, sob pena de nulidade nos termos dos art. 272, §5º c/c art. 280 do CPC<sup>1</sup>.

Registre-se que as mencionadas intimações devem ter, ainda, seus teores publicados em **diário oficial**, conforme art. 205, §3º, do novo CPC<sup>2</sup>, e art. 6º da Resolução nº 234 do CNJ, independentemente de o processo tramitar eletronicamente.

## 3. SÍNTESE DA EXORDIAL

O autor afirma que sofreu um acidente de trânsito em 27/03/2019, ocasionando-lhe uma invalidez permanente, em decorrência de fratura no úmero esquerdo.

<sup>1</sup> **Art. 272 (...)**

§ 5º Constando dos autos pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade.

**Art. 280.** As citações e as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais.

<sup>2</sup> **Art. 205.** Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes.

§ 3º Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico.



Por tal razão, acionou o seguro DPVAT, sendo-lhe pago a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) embora ele fizesse jus a quantia de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Face ao exposto, distribuiu a presente ação requerendo o complemento da indenização do seguro obrigatório no importe de R\$ 7.087,50 (sete mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

#### 4. PRELIMINARMENTE

##### 4.1. Da ilegitimidade *ad causam* da Mongeral Aegon

É patente que a causa de pedir do autor volta-se sobre o seguro obrigatório, o DPVAT.

O procedimento de regulação e liquidação do sinistro no bojo do seguro DPVAT exige que o cidadão realize o aviso de sinistro, dirigindo-se a um dos diversos pontos de atendimento autorizados para apresentar a documentação exigida no **art. 13, II da Resolução SUSEP nº 322/2015<sup>3</sup>, que trata especificamente do seguro DPVAT.**

*In casu*, o aviso do acidente de trânsito deu-se perante a companhia de seguros Gente Seguradora S/A, conforme documentos de ID 63735499. Veja-se:

#### SINISTRO 3190462143 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA  
COBERTURA Invalidez  
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO GENTE  
SEGURADORA S/A  
BENEFICIÁRIO ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA  
CPF/CNPJ: 11588591476

<sup>3</sup> Art. 13. Para fins de liquidação do sinistro, o beneficiário/vítima deverá apresentar a seguinte documentação:

II - indenização por invalidez permanente:

a) registro da ocorrência expedido pela autoridade policial competente;  
b) laudo do Instituto Médico Legal da circunscrição do acidente, qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima e atestando o estado de invalidez permanente, de acordo com os percentuais da tabela constante do anexo da Lei nº 6.194, de 1974; e  
c) cópia da documentação de identificação da vítima;



Por outro lado, a fase de regulação do sinistro, consistente na análise do evento danoso e a consequente liquidação do sinistro (pagamento da indenização), ocorreu junto a uma Cia pertencente ao consórcio da seguradora Líder, empresa responsável pela administração do DPVAT.

**Inexiste nos autos qualquer comprovação de que a ora contestante tenha participado do processo de liquidação do sinistro em debate. Nenhum dos documentos existentes no acervo probatório consta o nome da presente seguradora.**

Do mesmo modo, não há qualquer contrato da Mongeral junto o promovente que justifique a inserção dela no polo passivo da demanda.

Indubitavelmente, a inclusão da companhia supracitada tratou-se de um equívoco jurídico do demandante.

Ainda, convém trazer à baila o entendimento jurisprudencial **no que tangencia a ilegitimidade da seguradora reguladora que não realiza o pagamento da indenização:**

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. ACOLHIDA PRELIMINAR CONTRARRECURSAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA RECONHECIDA. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ARTIGO 485, INCISO VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. A empresa Delphos Serviços Técnicos é parte ilegítima para integrar o pólo passivo da presente demanda, visto que se trata de mera reguladora de sinistros, sem responsabilidade pelo pagamento de indenizações. Diante dessas circunstâncias, impõe-se o acolhimento da prefacial contrarrecursal, fins de extinguir o feito, sem resolução de mérito, com base no artigo 485, inciso VI, do CPC. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, PELO RECONHECIMENTO DA ILEGITIMIDADE PASSIVA. ANÁLISE DA APELAÇÃO PREJUDICADA.**  
(TJ-RS - AC: 70078278546 RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Data de Julgamento: 28/08/2019, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 05/09/2019)





Nobre Julgador, se a seguradora que recepciona o aviso de sinistro e realiza a análise do evento, mas não efetua o pagamento da indenização do seguro obrigatório é parte ilegítima, obviamente, a companhia de seguros que não participa de nenhuma das fases dos trâmites para o recebimento do DPVAT, também não possui legitimidade passiva *ad causam*, sendo este o caso dos autos.

*Ex positis*, roga-se pela acolhimento da presente preliminar, devendo o feito ser extinto sem resolução do mérito em face da Mongeral, consoante art. 485, VI do CPC.

## 5. MÉRITO

### 5.1. Ausência dos requisitos de responsabilidade civil

Para a configuração da responsabilidade civil da ora demandada, bem como, para que surja a obrigação de indenizar em decorrência de ato ilícito, exige-se a conjugação de seus elementos necessários e suficientes: **um ato lesivo voluntário ou imputável do agente**; a ocorrência de um **dano**; e o **nexo de causalidade** entre o dano e o comportamento do agente.

Na ausência de qualquer desses elementos, não subsiste o dever de indenizar.

**Inicialmente, é importante lembrar que a Mongeral Aegon não participou do processo de regulação e/ou liquidação do capital segurado buscado pelo requerente, sendo assim, sequer existe um dano causado pela ré em face da autora, ante a inexistência de provas em sentido contrário.**

Da mesma forma inexistente comprovação de que houve ato ilícito cometido por esta seguradora ré, haja vista que, no caso concreto, **a contestante não possui qualquer ingerência da quantia paga ao autor.**

**Na realidade, é clarividente a ilegitimidade da presente demandada para responder pelo pleito de complemento da indenização securitária.**

Ante o exposto, pugna-se pela improcedência total dos pleitos autorais.



## 5.2. Por cautela. Obrigação já adimplida. Ausência de diferença de indenização securitária a ser paga. Da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

A parte autora abriu um aviso de sinistro para recebimento da rubrica de invalidez permanente do seguro DPVAT, apresentando a documentação necessária e solicitada para a companhia **Gente Seguradora S/A**, sendo o evento analisado e pago pelo consórcio da seguradora Líder.

**Feitas tais considerações, salienta-se que o art. 3º, §1º, II da Lei 6.194/74<sup>4</sup> dispõe que a cobertura de invalidez permanente do seguro obrigatório será feita de acordo com a análise da perda anatômica ou funcional sendo diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela de acidentes pessoais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura.**

Em outras palavras: caso as funções do membro ou órgão lesado não fiquem abolidas por completo, a indenização por perda parcial é calculada pela aplicação, à percentagem prevista na tabela para sua perda total, do grau de redução funcional apresentado. Na falta de indicação da percentagem de redução e, sendo informado apenas o grau dessa redução (máximo, médio ou mínimo), **a indenização será calculada, respectivamente, na base das percentagens de 75%, 50% e 25%.**

Por exemplo: na tabela, a perda total da visão de um olho tem o percentual de 70%. Contudo, suponhamos que a pessoa não perdeu toda a visão, mas apenas 50% de tal função, então o percentual a ser aplicado para efeito de indenização securitária é de 50% sobre os 70% da tabela, gerando 35%.

<sup>4</sup> Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;



Pois bem, os relatórios médicos acostados aos autos pelo autor não revelam o grau da invalidez e/ou a perda funcional do membro lesionado (fratura de úmero).

O capital segurado máximo para o caso de invalidez é de até R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais), consoante art. 3, II da legislação em comento<sup>5</sup>.

**Em contrapartida, o grau de invalidez é apurado de acordo com a perda funcional do membro afetado (neste caso, o úmero) sobre o percentual do mesmo membro previsto na tabela da Lei 6.194/74, chegando, assim, ao valor do capital segurado (que corresponde a porcentagem do grau de invalidez).**

O autor não argumenta de forma lógica o porquê acredita que deveria receber a quantia de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Sendo evidente que o pagamento do montante de R\$ 4.725,00 deu-se de forma correta.

Por tudo isso, os pedidos autorais devem ser julgados improcedentes.

### 5.3. Do enriquecimento sem causa da parte demandante

Acatar a pretensão autoral seria o mesmo que conferir à parte promovente valor acima do ajustado em lei.

Frisa-se, que a determinação da aplicação da tabela de acidentes pessoais, nos casos de pagamento da cobertura de invalidez permanente do seguro obrigatório, advém da **Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974**, sendo uma norma cogente, a qual deve a mais estrita observância e obediência, razão pela qual fora aplicada no caso concreto.

Outrossim, a matéria já é orientada pela súmula 474 do STJ, *in verbis*:

*Súmula 474: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.*

<sup>5</sup> Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:  
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;



Salienta-se, ainda, que a própria jurisprudência vem aplicando aos casos concretos a tabela em questão, inclusive, afirmando que a mera irresignação contra o laudo oficial não é suficiente para desqualificá-lo:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. APLICAÇÃO DA TABELA DE ACIDENTES PESSOAIS. GRADUAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE INCOMPLETA. PRETENSÃO DE NOVA PERÍCIA. DESNECESSIDADE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. PARTE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez, nos termos da Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça. 2. A simples discordância da conclusão do perito oficial, desprovida de elementos aptos a desqualificar a prova, não é suficiente para rechaçar o laudo apresentado. Assim, não demonstrada a existência de vícios a macularem o trabalho do expert, descabida a realização de nova perícia médica apenas porque a parte não concordou com a conclusão do laudo elaborado, não havendo falar em cerceamento do direito de defesa, eis que a prestação jurisdicional ocorreu de modo irretocável. Conforme disciplina o § 11 do artigo 85 do Código de Ritos, os honorários advocatícios recursais devem ser majorados em favor do vencedor com a ressalva do artigo 98, §§ 2º e 3º, do mesmo diploma, por ser a autora/apelante beneficiária da gratuidade da justiça. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA. (TJ-GO - 00098261920198090051, Relator: FAUSTO MOREIRA DINIZ, Data de Julgamento: 13/07/2020, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 13/07/2020)*

A parte demandante pretende se enriquecer sem justa causa, mas o nosso ordenamento é refratário ao enriquecimento ilícito ou sem causa, conforme o **art. 884 do CC/2002**<sup>6</sup>.

Além da **inexistência** de uma invalidez permanente e **total (a invalidez do autor foi parcial)** que justifique o pagamento do limite do capital segurado, a aplicação da tabela de acidentes pessoais deu-se da forma correta.

<sup>6</sup> Art. 884. **Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido**, feita a atualização dos valores monetários.



Não é justo que o demandante que sofreu uma perda funcional parcial, receba o mesmo (limite máximo do DPVAT) que um cidadão segurado que sofreu uma invalidez permanente e total dos membros inferiores (nesse último caso, efetua-se o pagamento de 100% do capital segurado).

Logo, pugna-se pela improcedência total do pedido autoral.

## 6. SUBSIDIARIAMENTE

### 6.1. Aplicação da taxa SELIC

Acaso haja condenação, no que sinceramente não se acredita, que este MM. Juízo ao menos fixe a taxa SELIC como único e suficiente critério para atualização do título judicial, vedada a acumulação com correção monetária, pois já inclusa na referida taxa.

É comum nos depararmos com sentenças condenatórias determinando que a parte vencida efetue o pagamento de condenação líquida, devidamente corrigida, acrescida de juros legais (geralmente, de 1% a.m).

Este errôneo entendimento é frequentemente pautado numa interpretação equivocada do *caput* do artigo 406 do CC, combinado com o §1º do artigo 161 do CTN.

O atual Código Civil não fixa os juros de mora em um por cento (1%), conforme se nota do seu art. 406. Ao contrário do Código Civil de 1916, que fixava os juros de mora em 6% (seis por cento) ao ano, o atual Código Civil apenas determina que, acaso as partes não tenham pactuado uma taxa de juros aplicável, deverá ser fixada a taxa que estiver em vigor para o pagamento de impostos da Fazenda Nacional.<sup>7</sup>

Ao contrário, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), com fundamento nos artigos 13 da lei 9.065/95 e 39, §4º, da lei 9.250/95, já pacificou o entendimento de que a taxa SELIC é, atualmente, a taxa de juros aplicável.

<sup>7</sup> Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.



Recentemente, em outubro/2020, o **Superior Tribunal de Justiça (STJ)** ratificou, confirmou, sua orientação, entendendo ser a SELIC a taxa a qual o art. 406 do CC/2002 faz referência, veja-se:

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OBRIGAÇÃO DE FAZER CONVERTIDA EM PERDAS E DANOS. JUROS DE MORA. **ART. 406 DO CÓDIGO CIVIL. TAXA SELIC. TEMAS 99 E 112/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. PREJUDICIALIDADE. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO.***

*1. **Controvérsia acerca da taxa de juros moratórios incidentes** sobre valor correspondente à conversão em perdas e danos de obrigação de fazer de origem contratual.*

*2. Nos termos do art. 406 do Código Civil: "quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional".*

*3. **Nos termos dos Temas 99 e 112/STJ, a taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 do Código Civil é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, vedada a acumulação com correção monetária.***

*4. **Reforma do acórdão recorrido para substituir a taxa de 1% ao ano pela taxa SELIC, vedada a cumulação com correção monetária.***

*5. **Prejudicialidade da alegação de negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista a aplicação do princípio da primazia do julgamento de mérito no presente julgamento.***

*6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*

*(REsp 1846819/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/10/2020, DJe 15/10/2020)*

Na verdade, O STJ, **desde 2013**, no julgamento do **EDcl no REsp 1025298/RS**, já se posicionava no sentido de que a **“taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 do Código Civil de 2002, segundo precedente da Corte Especial, é a SELIC, não sendo possível cumulá-la com correção monetária, porquanto já embutida em sua formatação”**:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. BRASIL TELECOM. CONVERSÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER EM PERDAS E*





DANOS. JUROS MORATÓRIOS DESDE A CITAÇÃO. SELIC. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. NOVA CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA CONVERSÃO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS. 1. (...) 3. **A taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 do Código Civil de 2002, segundo precedente da Corte Especial (REsp 727842/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, CORTE ESPECIAL, julgado em 08/09/2008), é a SELIC, não sendo possível cumulá-la com correção monetária, porquanto já embutida em sua formação. 4. Embargos de declaração parcialmente acolhidos para determinar a atualização do valor exclusivamente pela SELIC (desde a citação até efetivo pagamento) e afastar a incidência de nova correção monetária a partir da conversão da obrigação em indenização.** (EDcl no REsp 1025298 / RS, Relator p/ Acórdão: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 28/11/2012, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 01/02/2013)

Inclusive, tal posicionamento já havia sido firmado nos **temas 99/STJ e 102/STJ, em sede de procedimento repetitivo**, veja-se:

**Tema 99/STJ - Atualmente, a taxa dos juros moratórios a que se refere o referido dispositivo [art. 406 do CC/2002] é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, que não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária.**

**Tema 112/STJ - A taxa de juros moratórios a que se refere o art. 406 do CC/2002 é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.**

Na interpretação correta do art. 406 do Código Civil, **o credor não pode obter nem mais, nem menos, do que a reparação do dano e de seus consectários legais (como os juros)**, sob pena de enriquecimento sem causa (art. 884 do CC/02).

Assim, na remota hipótese de condenação, **deverá este MM. Juízo se curvar ao entendimento do STJ** para determinar a atuação dos valores fixados em sentença apenas e tão-somente pela SELIC, vedada a acumulação com correção monetária (já inclusa na SELIC).

## 7. POR CAUTELA: NÃO INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA



Não cabe a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC, ante a inexistência de relação de consumo entre a vítima de acidente de trânsito e a seguradora que realiza o pagamento do DPVAT, inobstante a ilegitimidade da Mongeral.

O afirmação acima é corroborada pela jurisprudência pátria:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.** 1. A Lei nº 6.194/1974 instituiu o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, de índole essencialmente social, conhecido como Seguro DPVAT, compreendendo indenizações por morte, invalidez permanente total ou parcial e despesas com assistência médica e suplementar, com uma cobertura objetiva a pessoas expostas a riscos de danos pessoais causados por veículos automotores ou pela sua carga. 2. Constata-se, portanto, a existência de regulamentação própria a reger este seguro, bem como o caráter impositivo e público do mesmo, o que afasta a possibilidade de inversão do ônus da prova com base no Código de Defesa do Consumidor, pois não se trata de relação de consumo. 3. Nessa linha, é ônus da parte autora a comprovação dos fatos constitutivos do seu direito, consoante o disposto no artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. **AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.** (Agravado de Instrumento nº 70080847536, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Julgado em 29/05/2019). (TJ-RS - AI: 70080847536 RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Data de Julgamento: 29/05/2019, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/06/2019)

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - HONORÁRIOS PERICIAIS - DESCABIMENTO.** 1. As disposições do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam na relação entre a vítima do acidente de trânsito e a seguradora demandada para o pagamento do seguro DPVAT. 2. É de se afastar a inversão do ônus da prova deferida com a finalidade de que a seguradora recolha os honorários periciais.



(TJ-MG - AI: 10000180364903001 MG, Relator: José Américo Martins da Costa, Data de Julgamento: 08/11/2018, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 13/11/2018)

**É evidente que o ônus probatório é da parte promovente, nos termos do art. 373, I do novo CPC.**

Do exposto, deve ser indeferido o pedido de inversão do ônus da prova, e, acaso já tenha sido deferido, deverá este MM. Juízo revogá-lo.

## **8. DOS PEDIDOS FINAIS**

Em função de todo o exposto, requer a Cia. que este MM. Juízo se digne de:

- a) Acolher a preliminar de ilegitimidade da Mongeral suscitada.*
- b) Indeferir o requerimento de inversão do ônus da prova, ou revogá-lo acaso já tenha sido deferido.*
- c) Acaso assim não entenda, o que se considera apenas por festejo processual, pugna-se pelo julgamento improcedente de todos os pedidos formulados na exordial.*
- d) Acaso assim ainda não entenda, no que sinceramente não se acredita, que ao menos este MM. Juízo esteja atento a todos os argumentos subsidiários lançados acima.*
- e) Condenação da parte demandante nos ônus sucumbenciais.*
- f) Determinar que todas as intimações sejam realizadas em nome do advogado **Thacio Fortunato Moreira, OAB/BA 31.971**, sob pena de nulidade processual.*

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos.

Declaram, ainda, os patronos da Cia., a autenticidade de todos os documentos colacionados a estes autos, ex vi do art. 425, IV do CPC.



Nestes Termos,  
Pede Deferimento.  
Garanhus/PE, 05 de novembro de 2020.

**Thacio Fortunato Moreira**  
**OAB/BA 31.971**

QUEIROZ CAVALCANTI

Rua da Hora, 692, Espinho - Recife - PE | CEP: 52020-015 | Fone: 81 2101-5757 | [queirozcavalcanti.adv.br](http://queirozcavalcanti.adv.br)



## PROMPT PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 02.992.449/0001-09

Administração: "Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base demonstrações contábeis representando as correspondentes transações e os eventos de como mais significativas na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente contábil de continuidade operacional com base nas evidências de auditoria obtidas, se maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com o Sr. e, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas sobre a responsabilidade pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado desses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha vida significativa em à capacidade de continuidade operacional da Companhia, do, da época da auditoria e das circunstâncias significativas de auditoria, inclusive das proibidas divulgação pública de assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente, se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria sobre as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante a auditoria, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por parte de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou nossos trabalhos. "Também os responsáveis pela governança declaram que as consequências adversas de não conformidade podem, dentro de uma perspectiva incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossos de que com o uso de agências de rating, incluindo e requisitos aplicáveis, superar os benefícios da comunicação para o interesse público, conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nossos- de independência, e comunicamos todas as eventuais relações ou assuntos - Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019, se relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não nos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando Grant Thornton EHI mais se mantiverem em continuidade operacional. " Avaliamos a apresentação geral, a nível, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação Grant Thornton Auditores Independentes Marcio Romulo Pereira estrutura e 0 das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados CRC sp.025.583, 0.1-5 - R CT CRC RJ, 076774-0"

Id: 2169889

## Lagoa Azul Energética S.A.

CNPJ Nº 09.623.959/0001-65

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM	E 2017	Em MRS	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM	E	Em MRS	
ATIVO		11574				
Circulante		1877				
Contas a receber	3811	3622	—017			—318
Empréstimos a receber	672	4270	29.549	30.744	Resultado financeiro	
Despesas antecipadas	437	1396	17.734	15.616	Despesas financeiras	258 307
Estoque		384			Lucro antes do IR e da contribuição social	(254) (39)
					Lucro antes do IR e da contribuição social	15.073
Não circulante	293	—104.490	(2.043)	(1489)	Imposto de renda e contribuição social	(1.046) (1.053)
Imobilizado	95747	104.148	(17)	32	Corrente	
Total do ativo	102668	2017	Lucro líquido do exercício			
PASSIVO	2018	7.394	DEMONSTRA - ES DAS MUTA OES DO PATRIMÔNIO	EM 31/12/2018 E 2017	Em MRS	
Circulante		1740	Capital			
Contas a pagar	E85	401	Reserva de lucros			
Impostos e contribuições a recolher	1.453	401				
Dividendos a pagar	398	2070				
Outras contas a pagar	3.474	—11E7_Q				
Patrimônio líquido	3440	26319				
Capital social	93.903	17.193				
Reservas de lucros	18819	64.558				
Ajuste de avaliação patrimonial	18824					
Total do passivo do patrimônio líquido	59260					
carlos Gustavo Nogueira Andrioli Diretor- CPF	102.668					
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor - CPF	379-68					
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira - Contadora -	071.000.7					
Hamilton Ferreira da Silva - Controller- CRC	RI-119U					
ISP-	117225-c					

Id: 2169799

## Energética Ponte Alta S.A.

CNE 07.567.555/0001-03

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM	EM 31/12/2018	DEMONSTRA OES DOS RESULTADOS EM 31/12/2018	2017	2018	2017	
ATIVO						
Circulante						
Contas a receber	2.671	2.176	Lucro líquido do exercício	13.364	Constituição de reserva legal	(668)
CCPensação de VZiaOes energeticas	57	80				
Despesas antecipadas	551	547				
Estoque	276	361				
Impostos a recuperar	2	2				
Outras contas a receber	38.886	41.263				
Não circulante						
Imobilizado						
Total do ativo						
PASSIVO						
Circulante						
Contas a pagar	040	733				
Empréstimos e financiamentos	282	227				
Impostos e contribuições a pagar	2102	1887				
Dividendos a pagar	2353					
Não circulante						
Empréstimos financiamentos 2.303						
Dividendos declarados (6.154)						
Reservas lucros						
Ajuste de avaliação patrimonial						
Total do passivo e do patrimônio líquido						

Id: 2169816

## Bela Vista Energética S.A.

CNPJ 23.538.959/0001-80

3 BALANÇOS PATRIMONIAIS EM	31/12/2018 E 2017 (Em MRS)	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM	31/12/2018 E 2017 (Em MRS)	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ATIVO	2018 2017			34 12 8
Circulante	—1101 —7214	Receita operacional líquida	21.101 21.257	Reserva de Caixa e equivalentes de
Contas a receber	5.899 6349	Custo de geração de energia		1415
Despesas antecipadas	79 247	Lucro líquido do exercício	16.725 13.680	
Estoque	233 163	Despesas operacionais		
Impostos a recuperar	21	Empréstimos a receber	2.511	Reserva de Caixa e equivalentes de
Outras contas a receber	31 12	Despesas operacionais		
Não circulante		Lucro operacional antes do resultado financeiro		
Imobilizado	40.912 40.286	Resultado financeiro		
Total do ativo		Receitas financeiras		
Circulante	7.489 65g5	Despesas		
Contas a pagar	3.333 309/	Lucro antes do IR e		
Impostos e contribuições a recolher	02 335	Imposto de renda e contribuição social		
Dividendos a pagar	3.609 2399	Corrente		
Outras Contas a pagar		Lucro líquido do exercício		
Inte	1138			

Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 09/11/2020 23:41:11

https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110923411191700000069372617

Número do documento: 20110923411191700000069372617

Num. 70755043 - Pág. 1

Outras contas a pagar	1.130	canos Gustavo Nogari Andrioli - Diretor - CPF: 861.403.379-68	(8.007)	(8.007)
Patrimônio líquido	-42.497 391.739	Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - CPE: 071.000.747-70	Lucro do exercício	- 14.434 14.434
Capital social	31.672 31.064		Detidendo(m) m/m obgtrdrios	(3.609) (3.609)
Reterv-ovs chueos	10825 8.705	Hamilton Ferreira da Silva - Controller - CRC: ISP-217225-C	Resoma de dividendo(m)s complementares	-LIDE)
Total do passivo e patrimônio líquido		Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira - Contachr - CRC: RO-119036-0	saldos em 31/12/2018	

Id: 2169787

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.  
CNPJ no 33.608.308/0001-73 - NIRE nº 3330027332-8

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA MON-

GERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., REALIZADA EM 02 DE JANEIRO DE 2019, lavrada em forma de sumário nos termos do SPº do art. 130, da Lei n. º 6.404, de 15 de

ta e Helder Molina; e os seguintes membros compareceram à reunião através de chamada de longa distância: Dennis Patrick Gallagher, Kent Gerard Callahan e Sérgio Luiz Fernandes de Mello Junior, estes três nesse ato representados por Sua procuradora. Foram cumpridas as formalidades de convocação das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, conforme determina o artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. 3. **Composição da mesa:** Sr. Nilton Molina, Presidente. Escolhido o Sr. Helder Molina para secretariar os trabalhos. 4. **Ordem do dia** Deliberar sobre os seguintes assuntos: (i) Eleger 0 novo Diretor Financeiro; (ii) Ratificar a composição da Diretoria; (iii) Redistribuir e Ratificar a designação de Diretores responsáveis por áreas perante a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

dezembro de 1976. 1. **Data, hora e local:** Em 02 de janeiro de 2019, às 9h, na sede social da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), na Travessa Belas Artes, no 15, Centro, Rio de Janeiro RJ, CEP: 20.060-000. 2. **Convocação e Presença:** Compareceram pessoalmente à reunião os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: os Srs. Nilton Molina, Fernando Rodrigues Mo-

CNPJ/MF 33.478.496/0001-62 - NIRE 33300054740 Ata da AGE: Data: 01/11/2003, às 14:30hs. os acionistas em sua totalidade, com a presidência de Jacob Barata e secretariada por Antonio Padua Arantes. Deliberam e aprovam por unanimidade a redução do capital social da Cia. Nos termos do art. 173 da Lei 6404/76, por ser excessivo, no valor de R\$ 2.365.719,10, passando-o de R\$ 7.866.807,10, para R\$ 5.501.088,00, mantendo-se a mesma quantidade de ações e alterando o art. 3º do Estatuto. ASS) Jacob Barata, Jacob Barata Filho e David Ferreira

5. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, com a Barata, abstenção dos legalmente impedidos, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram: (i). Eleger, ad AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 61, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, S.A. na rua Gustavo Corção, 915, apt.302, Recreio dos Bandeirantes, CNPJ/MF CEP: 22790-150, Após ter sido declarado pelos atuais membros da Diretoria da Com-

05.940.203/0001-81

JUCERJA/NIRE 33 3 0027235-6

CAPITAL AUTORIZADO: 400.000.000 (QUATROCENTOS MILHÕES) DE AÇÕES ORDINÁRIAS

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), representado por 170.880.389 (cento e setenta milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias

ATA DA 66ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2019, por meio do mecanismo de votação eletrônica, conforme previsto no art. 16, caput, do Estatuto Social da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (AgeRio) e art. 16, inciso II, do Regimento Interno do colegiado, reuniu-se o Conselho de Administração da AgeRio com a presença do Sr. Presidente em exercício Julio Cesar Carmo Bueno e dos Srs. Conselheiros Alberto Messias Mofati, Carla Christina Fernandes Pinheiro, Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro e Tito Bruno Bandeira Ryff. Acompanharam a reunião eletrônica, como convidados, os Srs. Diretores da Agência Daniel Rodrigues Ribeiro Gladilich, Diretoria Jurídica (DIJUR), Valquíria Xavier Delmondes, Diretoria de Controladoria e Riscos (DICOR), e Dara de Souza e Silva, Diretoria de Operações (DIOPE) e Presidente Interina da AGÊNCIA, bem como o Sr. Vitor Bandeira Silveira Barbosa, Gerente Executivo responsável pela Auditoria Interna (AUDIT). Presidente da Mesa: Julio Cesar Carmo Bueno, Secretária da Mesa: Carla Christina Fernandes Pinheiro. 1 Iniciando os trabalhos, o Conselho de Administração apresentou o seguinte assunto da Ordem do Dia: 1.1 **REVOGAÇÃO DA ELEIÇÃO** DA DIRETORA TATIANE ALLEM: O Sr. Presidente em exercício do Conselho de Administração submeteu aos Senhores Conselheiros, na forma das disposições estatutárias que regem a matéria, especialmente 0 art. 16, caput, do Estatuto Social, a revogação da eleição, a par tir da presente data, para o cargo de Diretora sem designação específica desta AGÊNCIA, da Sra. Tatiane Allem, eleita por este Conselho de Administração na reunião extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2019. Em seguida, em decorrência do exposto, o Conselho de Administração entendeu ser pertinente a revogação da eleição, na forma da deliberação que segue. **DELIBERAÇÃO Q:** Mediante votação por unanimidade e em conformidade com o que disciplina o art. 16, caput, do Estatuto Social, o Conselho de Administração revoga a eleição da Sra. TATIANE ALLEM para o cargo de Diretora sem designação específica desta AGÊNCIA. 1.2 Por fim, tendo em vista que a posse e o exercício do cargo da citada diretora se encontram atualmente em fase de análise de homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil, conforme disposto no S 3º do art. 10 do Estatuto Social, o Conselho de Administração determinou que a AGÊNCIA adote as providências cabíveis junto à Autarquia Federal a fim de comunicar a revogação da eleição ora deliberada. Nada mais havendo a

docu mento Imprensa assinado

Rio de Janeiro

digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso

panhia, que cumpre com todos os requisitos previstos no artigo 147, da Lei nº 6.404/76, e do Estatuto Social, para a sua investidura como Diretor da Companhia, bem como preenche todas as condições previstas na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados CNSP ("Resolução CNSP") nº 330/15, OS Conselheiros deliberaram, por unanimidade, a eleição do novo membro da Diretoria. O eleito toma posse no seu cargo nesta data, dia 02.01.2019, conforme termo de posse anexo. (ii) Ratificar a composição da Diretoria: ezeizdnlze: Sr. Helder Molina, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 8.118.414-1, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob 0 nº 053.638.568-83, residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rua Carlos Góes, nº. 55, apto 701, Leblon, CEP 22.440-040; Sr. Luiz Cláudio do Amaral Friedheim, brasileiro, casado, securitário, titular da carteira de identidade nº 03.851.089-7, expedida pelo IFPR/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 822.674.307-97, residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Itu, nº. 10, Humaitá, CEP 22260-120; Cia]. Sr. Osmar Navarini, brasileiro, casado, advogado, titular da carteira de identidade na 14499, expedida pela OAB/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 301842.820-04 e residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Fernando Nogueira de Sousa nº. 137, apto. 301, Barra da Tijuca, CEP 22620-380; nr-nr Mark-ting: Sr. Nuno Pedro Correia David, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 50786786-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 227.616.528-60 e residente na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Mourato Coelho, no. 716, apto. 183, Pinheiros, CEP 05417-001; DiEnt.Eimam: Sr. Raphael de Almeida Barreto, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 097520373, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF nº 028211.147-61, residente na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na rua Gustavo Corção, 915, apt.302, Recreio dos Bandeirantes, CEP: 22790-150; e ca-n Sr. José Carlos Gomes Mota, brasileiro, viúvo, advogado, portador da carteira de identidade no 8.118.413-3, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 053.638.398-73, residente na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua garão do Triunfo, no. 1415, apto. 31, campo Belo, CEP 04602005, (iii). Redistribuir e Ratificar a designação dos diretores responsáveis por área perante a Superintendência de Seguros privados ("SUSEP"), conforme relacionado a seguir: Funções de caráter executivo ou operacional: a) Helder Molina - Diretor responsável pelas relações com a Susep; b) Raphael de Almeida Barreto Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; c) Raphael de Almeida Barreto - Diretor responsável administrativo-financeiro; d) Nuno Pedro Correia David - Diretor responsável técnico (Circular Susep 234 e Resolução CNSP 321); e) Luiz Cláudio do Amaral Friedheim - Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP 143; f) Osmar Navarini - Diretor responsável pela contratação de correspondentes de microsseguro e pelos serviços por eles prestados. Funções de caráter de fiscalização ou controle: g) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613, de 1998 (Circulares Susep 234 e 445); h) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável pelos controles internos; e i) José Carlos Gomes Mota - Diretor responsável controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. 6. D udas: Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação deste Conselho, referidos nesta ata. 7. Enceramento: Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, que lida e aprovada é assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro (RJ), 02 de janeiro de 2019. Mesa: Nilton Molina Presidente; Helder Molina - Secretário. Membros do Conselho: Nilton Molina; Fernando Rodrigues Mota; Helder Molina; Dennis Patrick Gallagher - p.p. Anna Tavares de Mello; Kent Gerard Callahan - p.p. Anna Tavares de Mello; Sérgio Luiz Fernandes de Mello Junior - p.p. Carla Fernandes de Mello Clemente. Jucerja Certifico 0 arquivamento em 20/03/2019 sob 0 nº 00003551128. Bernardo Feijó Sampaio Berwanger - Secretário-Geral\_

Id: 2169788

Ittig Comércio e Serviços de Automóveis S.A.



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 09/11/2020 23:41:11

https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110923411191700000069372617

Número do documento: 20110923411191700000069372617



## DIÁRIO OFICIAL

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

tratar, o Presidente em exercício do Conselho de Administração deu por encerrada a reunião, mandando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro respectivo de atas das reuniões do Conselho de Administração nº 8, fls. 08. CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO E ASSINADO. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA. Certifico que este documento foi arquivado em 15/03/2019 sob o nº 00003546569.

Carla Christina Fernandes Pinheiro

Secretária

UF: 2169726

### AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/MF 05.940.203/0001-81  
JUCERJA/NIRE 33 3 0027235-6

CAPITAL AUTORIZADO: 400.000.000 (QUATROCENTOS MILHÕES) DE AÇÕES ORDINÁRIAS

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), representado por 170.880.389 (cento e setenta milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias

ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

Aos 15 (quinze) dias do mês de janeiro do ano de 2019, por meio do mecanismo de votação eletrônica, conforme previsto no art. 13, S6º, do Estatuto Social da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (AgeRio) e art. 24 do Regimento Interno do colegiado, reuniu-se o Conselho de Administração da AgeRio com a presença do Sr. Presidente em exercício Julio Cesar Carmo Bueno e dos Srs. Conselheiros Alberto Messias Mofati, Carla Christina Fernandes Pinheiro, Helia Lucia Patricia de Azevedo, Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro e Tito Bruno Bandeira Ryff. Acompanharam a reunião eletrônica, como convidados, os Srs. Diretores da Agência Daniel Rodrigues Ribeiro Gladulich, Diretoria Jurídica (DIJUR), Dara de Souza e Silva, Diretoria de Operações (DIOPE) e Valquíria Xavier Delmondes, Diretoria de Controladoria e Riscos (DICOR), bem como o Sr. Vitor Bandeira Silveira Barbosa, Gerente Executivo responsável pela Auditoria Interna (AUDIT) e a Sra Denise Menezes Collyer, Chefe de Gabinete da Presidência (GABIN) e responsável pela Secretaria de Governança da AGÊNCIA 1) Iniciando os trabalhos, o Presidente em exercício do Conselho de Administração apresentou os seguintes assuntos da Ordem do Dia: ELEIÇÃO DE NOVOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AGERIO. O Sr. Presidente em exercício do Conselho de Administração submeteu aos Senhores Conselheiros, na forma das disposições estatutárias que regem a matéria, especialmente o art. 16, S6º do Estatuto Social, a indicação dos nomes do Sr. Gilson da Silva Santos e da Sra. Tatiane Alem para compor a Diretoria Executiva da Agência, com mandato até a posse dos membros da Diretoria Executiva que forem eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração, após a Assembleia Geral Ordinária de 2019. Em seguida, em decorrência da análise dos currículos dos indicados e tendo em vista o opinamento favorável do Comitê de Elegibilidade e Remuneração da AgeRio, conforme ata da 2ª reunião realizada em 11 de janeiro de 2019, quanto à verificação da presença de todos os requisitos e a ausência de vedações para o preenchimento do cargo, o Conselho de Administração entendeu ser pertinente elegê-los, na forma da deliberação que segue. DELIBERAÇÃO. Mediante votação por unanimidade e em conformidade com o que disciplina o art. 16, S6º do Estatuto Social, foram eleitos, com mandato até a posse da Diretoria Executiva que for eleita na primeira Reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2019, o Sr. GILSON DA SILVA SANTOS, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 16 de maio de 1962, administrador de empresas, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nº 02672771516, expedida em 01 de fevereiro de 2018, inscrito no CPF/MF sob o nº 875.570.107-87, residente e domiciliado na Rua Hilario de Gouveia, nº 126, apt. 302, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.040-020 e a Sra. TATIANE ALLEM, brasileira, divorciada, nascida em 13 de abril de 1980, advogada e gestora pública, portadora da carteira de identidade nº 2038991341, expedida pela SSP/RS em 21 de dezembro de 2016, inscrita no CPF/MF sob o nº 811.486.820-15, residente e domiciliada na Estrada da Barra da Tijuca, no 315, Bloco 1, apt. 105, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.611-201. Os eleitos declaram que não estão incursos em nenhuma das hipóteses previstas no Artigo 147 da Lei 6.404/76, assim como não estão impedidos de ocupar cargos na administração da Agência e que atendem aos requisitos estabelecidos na Resolução 4.122, de 02.08.2012, do Conselho Monetário Nacional, na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto Estadual nº 46.188/2017, arts. 26 e 27 combinados com o art. 52, incisos I e II, levando-se em consideração o tratamento diferenciado para empresas estatais de menor porte. Por fim, o Sr. Presidente do Conselho de Administração informou que a posse e o exercício do cargo dos Diretores ora eleitos ficam condicionados à prévia homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil, nos termos do S 3º do art. 10 do Estatuto Social. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente em exercício deu por encerrada a reunião, mandando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro respectivo de atas das reuniões do Conselho de Administração nº 8, fls. 02 e 03. CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO E ASSINADO. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA. Certifico que este documento foi arquivado em 19/03/2019 sob o nº 00003550087.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2019.

Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro Secretária

UF: 2169725

### AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/MF 05.940.203/0001-81  
JUCERJA/NIRE 33 3 0027235-6

CAPITAL AUTORIZADO: 400.000.000 (QUATROCENTOS MILHÕES) DE AÇÕES ORDINÁRIAS

CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R\$ 468.948.629,87 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, novecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), representado por 170.880.389 (cento e setenta milhões, oitocentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e nove) ações ordinárias

ATA DA 63ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de dezembro do ano de 2018, por meio do mecanismo de votação eletrônica, conforme previsto no art. 13, S6º, do Estatuto Social da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (AgeRio) e art. 24 do Regimento Interno do colegiado, reuniu-se o Conselho de Administração da AgeRio com a presença do Sr. Presidente em exercício Julio Cesar Carmo Bueno e dos Srs. Conselheiros Alberto Messias Mofati, Carla Christina Fernandes Pinheiro, Helia Lucia Patricia de Azevedo, Maria da Conceição Gomes Lopes Ribeiro e Tito Bruno Bandeira Ryff. Acompanharam a reunião eletrônica, como convidados, os Srs. Diretores Daniel Rodrigues Ribeiro Gladulich, Diretoria Jurídica (DIJUR) e a Sra. Dara de Souza e Silva, Diretoria de Operações (DIOPE), bem como o Sr. Vitor Bandeira Silveira Barbosa, Gerente Executivo responsável pela Auditoria Interna e a Sra. Denise Menezes Collyer, Chefe de Gabinete da pre-

## ANO XLV - N.º 055 - PARTE V 65 SEXTA-FEIRA - 22 DE MARÇO DE 2019

sidência (GABIN) e responsável pela Secretaria de Governança da AGÊNCIA. 1) Iniciando os trabalhos, o Presidente em exercício do Conselho de Administração apresentou os seguintes assuntos da Ordem do Dia: 1.1) RENÚNCIA DA SRA HELIA LUCIA PATRICIA DE AZEVEDO, TITULAR DA AGERIO. O Sr. presidente em exercício do Conselho comunicou aos demais membros do colegiado sobre a apresentação de renúncia formal da Presidente da Agência, Sra. Helia Lucia Patricia de Azevedo, por meio dos Ofícios PR/AgeRio 48/2018 e 49/2018, encaminhados ao Presidente em exercício do Conselho de Administração em 17 de dezembro de 2018, ao cargo de Presidente da Agência e membro do Conselho de Administração, a partir de 16 de janeiro de 2019, por motivos estritamente pessoais. A Diretora Dara de Souza e Silva é indicada ao cargo de Presidente, cumulativamente com o de Diretora de Operações (DIOPE), considerando inclusive que a mesma já foi aprovada por este Conselho como substituta eventual da Presidente na Reunião Ordinária ocorrida em 24 de janeiro de 2018. O Conselho de Administração acatou a renúncia da Sra. Helia Lucia Patricia de Azevedo, exaltando a excelência de sua gestão, a capacidade de liderança e inovação, o comprometimento com resultados e o foco no cliente, elevando o patamar da administração da Agência dentro de um modelo de governança alinhado às boas práticas do mercado, agradecendo-a por participar do Colegiado sempre de forma ativa e transparente. Prosseguindo, o Conselho de Administração aprovou a indicação da Sra. Dara de Souza e Silva para o cargo de Presidente em exercício da Agência, a partir de 16 de janeiro de 2019, cumulativamente com o de Diretora de Operações, até a homologação do Sr. Alexandre Rodrigues Pereira pelo Banco Central do Brasil. 1.2) ELEIÇÃO DE NOVO TITULAR DA AGERIO. O Sr. Presidente em exercício do Conselho de Administração submeteu aos Senhores Conselheiros, na forma das disposições estatutárias que regem a matéria, especialmente o art. 16, Sif do Estatuto Social, a indicação do nome do Sr. ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA para Presidência da Agência, com mandato até a posse dos membros da Diretoria Executiva que forem eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração, após a Assembleia Geral Ordinária de 2019. Em seguida, em decorrência da análise do currículo do indicado e tendo em vista o opinamento favorável do Comitê de Elegibilidade e Remuneração da AgeRio, conforme Ata da 1ª reunião realizada em 21 de dezembro de 2018, quanto à verificação da presença de todos os requisitos e a ausência de vedações para o preenchimento do cargo, o Conselho de Administração entendeu ser rinitente elegê-lo, na forma da deliberação que segue. Mediante votação por unanimidade e em conformidade com o que disciplina o art. 16, S6º do Estatuto Social, foi eleito, com mandato até a posse da Diretoria Executiva que for eleita na primeira Reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária de 2019, o Sr. ALEXANDRE RODRIGUES PEREIRA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 16 de agosto de 1973, ad ministrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 23.409.876-4 - SSP/SP, expedida em 07 de julho de 2008, inscrito no CPF/MF sob o nº 153.646.578-09, residente e domiciliado na Rua General Fernando Vasconcellos Cavalcanti de Albuquerque, nº 775 - casa 17, bairro Granja Vianna, no município de Cotia, em São Paulo, CEP 06711-020, para exercer o cargo de Presidente da AgeRio. O eleito declara que não está incursu em nenhuma das hipóteses previstas no Artigo 147 da Lei 6.404/76, assim como não está impedido de ocupar cargos na administração da Agência e que atende aos requisitos estabelecidos na Resolução 4.122, de 02.08.2012, do Conselho Monetário Nacional, na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto Estadual nº 46.188/2017, arts. 26 e 27 combinados com o art. 52, incisos I e II, levando-se em consideração o tratamento diferenciado para empresas estatais de menor porte. Por fim, o Sr. Presidente do Conselho de Administração informou que a posse e o exercício do cargo de presidente ora eleito ficam condicionado à prévia homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil, nos termos do S 3º do art. 10 do Estatuto Social. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente em exercício deu por encerrada a reunião, mandando que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro respectivo de atas das reuniões do Conselho de Administração nº 7, fls. 98 e 99. CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO E ASSINADO. Junta comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA. Certifico que este documento foi arquivado em 27/02/2018 sob o nº 00003533832.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2018.

TITO BRUNO BANDEIRA RYFF

Secretário

UF: 2169724

## Associações, Sociedades e Firms

## Avisos, Editais e Termos

### ÁGUAS DO PARAÍBA S/A

CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.00163344

Edital de Convocação, Convidamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 12/04/2019, às 08 horas, na sede da sociedade à Rua Avenida Dr. José Alves de Azevedo, nº 233, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Em AGO: (a) Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2018; (b) Destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2018; (c) Retenção de lucros; e (d) Eleição dos Administradores; (ii) Em AGE: (a) Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2019; (b) Contratação de Prestação de Serviços; e (c) Assuntos gerais da Companhia. Encontram-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia, cópias dos documentos referentes à Ordem do dia. Campos dos Goytacazes, 19/03/2019. Marcio Salles Gomes - Diretor; Juscelio Azevedo de Souza - Diretor.

UF: 2169256

### ATP - AROUND THE PIER

#### ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF N.º 05.510.716/0001-52 - NIRE N.º 33.2.070886-9 CARTA DE RENÚNCIA

A Companhia informa que em 02 de maio de 2018, recebeu a carta de renúncia do Sr. Francisco Pierrini, ao cargo de Diretor sem de signação específica da Sociedade, com registro perante a JUCERJA nº 00003546662 em 15/03/2019. Bernardo Feijó Sampaio Benwanger Secretário Geral.

UF: 2169778

### FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDERJ

CNPJ: 28.521.870/0001-25

#### CONCESSÃO DE LICENÇA

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDERJ torna Público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO LI nº IN045014, com validade até 07 de dezembro de 2018, que a autoriza para implementação de quatro Mirantes da RJ163 e melhorias físicas de trafegabilidade com execução de serviço de preparação de bleito, aplicação de camada de escória e instalação de dispositivos de sinalização sem aplicação de camada asfáltica na RJ-151 trecho entre



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 09/11/2020 23:41:11

https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110923411191700000069372617

Número do documento: 20110923411191700000069372617

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).

Assinado digitalmente em Sexta-feira, 22 de Março de 2019 às 0300.



[illegible][illegible]

este fim, da qual deverão constar as inscrições de voto sobre as matérias constantes da ordem do dia. Parágrafo Terceiro. Em caso de vacância de cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração deverá convocar a Assembleia Geral para a eleição do Conselheiro no prazo de 90 (noventa) dias, respectivamente. Parágrafo Quarto. O Conselho Geral poderá deliberar pelo aumento do número de conselheiros que compõem o Conselho de Administração. Artigo 9º - O Conselho de Administração reunirá-se sempre que necessário, mediante convocação, por escrito, de qualquer um dos representantes da companhia, no prazo de 15 (quinze) dias, para as reuniões de caráter ordinário, 25% (vinte e cinco) por cento do Conselho de Administração. Artigo 10 - A convocação das reuniões do Conselho de Administração será mediante notificação, por escrito, enviada com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência, por meio de carta registrada com *courier*, correio ou qualquer meio eletrônico, ao endereço fornecido, por escrito, por cada membro do Conselho quando da assinatura de seu respectivo termo de posse. A notificação deverá especificar o local de qualquer relatório, propostas ou qualquer outra informação relevante às matérias em questão serão entregues a todos os membros do Conselho, pelo menos, 5 (cinco) dias antes da respectiva reunião. Artigo 11 - Os membros do Conselho de Administração serão nomeados e destituídos mediante a presença da maioria de seus membros. Artigo 12 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos membros do Conselho presentes, cabendo o voto de cada um dos membros do Conselho de Administração ser de uma (1) unidade. Parágrafo Único. As mencionadas no Artigo 15 (A) a (Q), cuja aprovação deverá ocorrer em qualquer caso, as disposições pertinentes contidas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Artigo 13 - Das reuniões do Conselho de Administração, o Diretor-Presidente deverá providenciar, no livro próprio, de cada ata será produzida uma versão em inglês, sendo certo que, em caso de discrepância, a versão em língua portuguesa prevalecerá. A lavratura das atas observará adicionalmente, a seguinte ordem: (A) a ata de cada reunião do Conselho de Administração, (B) o relatório de cada reunião do Conselho de Administração, (C) qualquer outra tecnologia por meio da qual os Conselheiros presentes possam ouvir e serem ouvidos em inglês, devendo ainda, sempre que possível, tradução simultânea em inglês. Nessas cases, respectivamente, a ata deverá ser lida em voz alta, ou, quando necessário, assegurando a autenticidade da transmissão ao Conselheiro que fez parte da reunião através de telefone, videoconferência ou outra tecnologia, confirmada por um Conselheiro, assinada e rettransmitida a todos os membros do Conselho de Administração. Parágrafo Único. A ata deverá ser arquivada nos livros da Companhia e demais atribuições legais, compete ao Conselho de Administração, especialmente: (A) Aprovar a celebração de alianças estratégicas, com exceção das expressamente autorizadas anteriormente no Plano Operacional e Orçamento Anual; (B) Autorizar a emissão de títulos de dívida nos mercados públicos e privados; (C) Autorizar a venda de todos, ou de parcela substancial, dos ativos da Companhia; (D) Aprovar e aditar o Plano Operacional e Orçamento Anual; (E) Aprovar e aditar o Plano de Investimento e Desenvolvimento de Marketing, projetos de despesa operacional, planejamento de despesa de capital, planos de compensação e de bônus, custos de pesquisa e desenvolvimento, desenvolvimento de produtos e desenvolvimento de tecnologia; (F) Aprovar e aditar o Plano de Investimentos das (já existentes), políticas de investimento e desenvolvimento de investimento, sendo certo, contudo, que o Diretor-Presidente poderá autorizar variações ao Plano Operacional e Orçamento Anual; (G) Aprovar e aditar o Plano de Investimento e Desenvolvimento de 10% do Plano Operacional e Orçamento Anual. Para tanto, o Diretor-Presidente irá fornecer ao Conselho de Administração, trimestralmente, a descrição dos desvios do Plano Operacional e Orçamento Anual; (H) Aprovar e aditar o Plano de Investimento e Desenvolvimento de capital específico (acordo no caso de investimento ou desinvestimento em uma ou mais empresas, incluindo a venda de ativos, incluindo as políticas de investimento aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme o Item (D) acima) ou desinvestimento, considerado individualmente ou em acúmulo de operações agregadas, dentro dos limites estabelecidos no Plano Operacional e Orçamento Anual, no valor de 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares norte americanos), anualmente ajustado conforme revisão dos acionistas; (I) Exceção como expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento Anual, aprovar e aditar o Plano de Investimento e Desenvolvimento de capital, entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas, afiliados ou partes relacionadas, independentemente de seus valores; (J) Exceção como expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento Anual, aprovar e aditar o Plano de Investimento e Desenvolvimento de capital, terceiros, garantindo exclusividade por mais de um ano, em valor superior equivalente em Reais a USD 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares norte americanos), anualmente ajustado conforme revisão dos acionistas; (K) Exceção como expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento Anual, aprovar e aditar o Plano de Investimento e Desenvolvimento de capital, através de uma série de operações realizadas dentro do mesmo ano fiscal; (L) Exceção como expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento Anual, aprovar e aditar o Plano de Investimento e Desenvolvimento de capital, através de uma série de operações realizadas dentro do mesmo ano fiscal; (M) Exceção como expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento Anual, aprovar e aditar o Plano de Investimento e Desenvolvimento de capital, através de uma série de operações realizadas dentro do mesmo ano fiscal; (N) Exceção como expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento Anual, aprovar e aditar o Plano de Investimento e Desenvolvimento de capital, através de uma série de operações realizadas dentro do mesmo ano fiscal; (O) Exceção como expressamente autorizado no Plano Operacional e Orçamento Anual, aprovar e aditar o Plano de Investimento e Desenvolvimento de capital, através de uma série de operações realizadas dentro do mesmo ano fiscal; (P) Aprovar o ajustamento, defesa ou acordo de quaisquer processos, arbitragem ou outros procedimentos, que possam envolver quantias iguais ou superiores ao equivalente em Reais a USD 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares norte americanos), anualmente ajustado conforme revisão dos acionistas, ou processos relevantes na qual a Companhia esteja envolvida; e (Q) Aprovar reduções ou aumentos do capital social, o resgate de ações, a compra ou qualquer outra aquisição pela Companhia. Seção II - Diretores. Artigo 14 - A Companhia terá um Conselho de Administração, composto por no máximo 6 (seis) diretores, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Marketing, 1 (um) Diretor de Operações e, ainda, 1 (um) Diretor sem atribuições específicas, sendo que o Conselho de Administração poderá ser constituído ou destituído pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente deverá convocar a Assembleia Geral para a eleição do Diretor no prazo de 90 (noventa) dias, respectivamente. Parágrafo Único. O Conselho de Administração convoca reunião para preenchimento do respectivo cargo. Artigo 17 - O Diretor-Presidente e demais Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e as disposições estatutárias e regulamentares, incluindo as disposições com relação às operações com estrita observância das disposições estatutárias e regulamentares, das resoluções registradas das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração, e dos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. Artigo 18 - A Diretoria será constituída e destituída pela Diretoria, sendo aquelas estabelecidas na ata de Reunião do Conselho de Administração.



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 21 de Junho de 2018 às 22:54:23 -0300.



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 09/11/2020 23:41:11

<https://pje.tri.ej.br:443/1q/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110923411191700000069372617>

Número do documento: 20110923411191700000069372617

Num. 70755043 - Pág. 5

selho de Administração que os eleger, além daquelas previstas por este Estatuto Social e pela legislação brasileira aplicável. Artigo 19 - A Diretoria se reunirá sempre que convocada por iniciativa do Presidente ou a pedido de qualquer dos Diretores. Artigo 20 - As decisões da Diretoria serão tomadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, pelo voto da maioria dos presentes. Artigo 21 - As Resoluções de Diretoria aplicam-se, *mutatis mutandis*, às disposições dos Artigos 10, 11, 13 e 14 acima. Artigo 22 - A Companhia somente será considerada validamente obrigada mediante as assinaturas: (a) do Diretor-Presidente e de 1 (um) Diretor; ou, (b) de quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; ou, (c) do Diretor-Presidente ou de qualquer Diretor, em conjunto com um procurador, agindo em conformidade com os limites estabelecidos na respectiva procuração; ou ainda; (d) dos procuradores constituídos por mandato assinado por dois Diretores. Parágrafo Único. Todos os membros da Diretoria terão poderes para outorgar procurações, independentemente de atribuição específica pelo Conselho de Administração para este fim, observado o disposto neste Artigo. A outorga de procurações pela Companhia será informada ao Conselho de Administração, e os respectivos instrumentos serão sempre assinados pelo Diretor-Presidente e por um dos Diretores ou por dois Diretores e estabelecerão expressamente os poderes dos procuradores e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins de participação em processos judiciais, ou arbitrais, terão prazo máximo de validade de 1 (um) ano. Capítulo IV - Conselho Fiscal - Artigo 23 - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas, nos termos do parágrafo segundo do artigo 161 da Lei nº 6.404/76. Parágrafo Único. O Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no País, com mandatos de 1 (um) ano, admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que o Conselho de Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. Capítulo V - Assembleia Geral - Artigo 24 - A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente, dentro dos 03 (três) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social para (I) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (II) deliberar sobre a destinação dos lucros e a distribuição de dividendos; e (III) eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso; e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. Artigo 25 - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu suplente, em suas ausências, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou seu suplente, ou na ausência destes por acionista eleito para tal pela maioria dos presentes. O secretário será escolhido por quem estiver presidindo a Assembleia Geral. Artigo 26 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer Conselho após tal convocação ser devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração, e de outra forma, em observância ao disposto na Lei nº 6.404/76. Parágrafo Único. Cada ação ordinária da Companhia, publicada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e deverá indicar a data, hora e local da assembleia, bem como as matérias da ordem do dia, mesmo que resumidamente. Independentemente de qualquer formalidade, será considerada regular a assembleia em que comparecerem todos os acionistas ou a assembleia com relação a qual todos os acionistas declaram, por escrito, estarem cientes quanto à data, hora, local e ordem do dia. Artigo 27 - A Assembleia Geral será instalada por primeira convocação com a presença de acionistas representando mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social com direito a voto, em segunda convocação, com qualquer número de presentes. Artigo 28 - Se maior quórum não for exigido por lei ou por disposição de Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes. Parágrafo Único. Os Acionistas poderão se fazer representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano da respectiva assembleia, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado regularmente inscrito na OAB, diretamente ou seu detentor um (1) voto na Assembleia Geral. Para a validade das resoluções adotadas por qualquer assembleia geral, seja em primeira convocação ou seguintes, é necessário o voto afirmativo dos acionistas representando a maioria das ações representadas pelos presentes na assembleia, e especialmente para as assembleias listadas abaixo será necessário quórum qualificado de aprovação conforme disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia: (A) Alterar a duração da Companhia; (B) Dissolução da Companhia, bem como a venda, arrendamento ou alienação de qualquer ou substancialmente os ativos da Companhia; (C) Aumento ou redução do patrimônio líquido da Companhia, venda de ações em tesouraria e qualquer oferta pública ou particular de capital da Companhia ou qualquer conversão da Companhia em outra modalidade de capitalização de recursos em capital da Companhia, tendo ou não como resultado um novo detentor de participação econômica ou acionista da Companhia; (D) Alterar o objeto social da Companhia; (E) Alterar a nacionalidade da Companhia; (F) Alteração da natureza da Companhia, incluindo também qualquer alteração no objeto social ou no escopo dos negócios, ou fazer qualquer investimento e desinvestimento em pessoa ou projeto não expressamente autorizado no Plano de Operações e Orçamento Anual e a criação e término de subsidiárias; ou qualquer alteração substancial da Companhia, incluindo a aquisição, nova atividade comercial; (G) Implementação de incorporação, fusão, transformação, ou cisão envolvendo a Companhia, ou efetuar outros tipos de reorganização ou consolidação da Companhia; (H) Resgate de ações; (I) Emissão de títulos ou debêntures, instrumentos negociáveis conversíveis em ações e ingresso em contrato, projeto, acordo ou outro instrumento que crie ou outorgue opções, garantias ou outros direitos e valores mobiliários; (J) Qualquer alteração no Estatuto Social da Companhia; (K) Emissão ou aumento ou diminuição de capital da Companhia; (L) Assuntos referidos nos itens (A) até (O) do Artigo 15, se não tiverem sido resolvidos em reunião do Conselho de Administração; (M) Retenção de qualquer excesso relacionado à Metas Excedentes gerado pela Companhia após serem considerados o Plano de Operações e Orçamento Anual e seu fluxo de caixa; (N) Cancelamento ou alteração de qualquer ação existente da Companhia; (O) Qualquer pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, e a aprovação de qualquer plano de recuperação; (P) Suspensão dos direitos de acionista; e (Q) Aprovação das demonstrações financeiras, contas, e relatório anual, bem como distribuição ou retenção dos dividendos contrários às provisões do Estatuto Social. Artigo 30 - Das Assembleias Gerais serão lavradas atas a serem transcritas em livro próprio. De cada ata será produzida uma versão em língua, sendo certo que, em caso de discrepância, a versão em língua portuguesa prevalecerá. Sempre que necessário, as atas das Assembleias Gerais ficarão sujeitas à aprovação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, no máximo, arquivadas na Junta Comercial. Capítulo VI - Comitê de Auditoria - Artigo 31 - A Companhia terá um Comitê de Auditoria, nos termos dos normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Parágrafo Primeiro. O Comitê de Auditoria reportar-se-á ao Conselho de Administração. Parágrafo Segundo. O Comitê de Auditoria adotará regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que deverá prever, entre outros, os procedimentos para a eleição dos seus membros e seus procedimentos operacionais, observados os normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Parágrafo Terceiro. O Comitê de Auditoria funcionará permanentemente composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, que serão nomeados e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração e terão mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a renovação por mais 2 (dois) anos, a fim de atingir o limite máximo de 5 (cinco) anos. Parágrafo Quarto. Pelo me-

nos dos integrantes do Comitê de Auditoria deve possuir conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria contábil dos mercados em que a sociedade opera, que o qualifiquem para a função. Parágrafo Quinto. O membro do Comitê de Auditoria somente pode ser reintegrado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. Parágrafo Sexto. Caberá ao Conselho de Administração fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. Parágrafo Sétimo. É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. Parágrafo Oitavo. Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: (A) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais deverão ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; (B) recomendar, à administração da Companhia, a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria contábil independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário; (C) revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia; (D) avaliar a efetividade das auditorias contábeis independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos; (E) avaliar a aceitação, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores contábeis independentes e pelos auditores contábeis internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; (F) avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento das informações contábeis de desempenho, pela Companhia, de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confiabilidade destas; (G) recomendar ao Diretor-Presidente da Companhia a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; (H) reunir-se, no mínimo semanalmente, com o Diretor-Presidente da Companhia e com os responsáveis, tanto pela auditoria contábil independente, como pela auditoria contábil interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria contábil, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; (I) verificar, por ocasião das reuniões regulares, o cumprimento de suas recomendações por parte do conselho da diretoria da Companhia; (J) reunir-se com o conselho fiscal, se for o caso, e com o conselho de administração da Companhia, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê, para discutir as políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (K) assessorar o Conselho de Administração na supervisão da implementação e operacionalização da estrutura de gestão de riscos, observados os normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); e (L) outras atribuições determinadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Parágrafo Nono. O Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo semanalmente, de forma que as informações contábeis sejam submetidas ao Conselho de Administração por tal órgão antes de sua divulgação. Parágrafo Décimo. O Comitê de Auditoria deverá elaborar o Relatório do Comitê de Auditoria ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, contendo, no mínimo, as informações previstas nos normativos regulatórios vigentes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Parágrafo Décimo Primeiro. O Comitê de Auditoria somente poderá ser extinto quando a Companhia não manifestar as intenções previstas na legislação vigente que obrigam a sua constituição e ter cumprido as atribuições relativas aos exercícios sociais em que foi exigido o seu funcionamento. Capítulo VII - Exercício Social e Demonstrações Financeiras - Artigo 32 - O exercício social terá início no dia 01 de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 33 - Ao final de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis, as quais estarão sujeitas a auditoria por auditor independente. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, inclusive com antecipação, total ou parcial, dividendo obrigatório do exercício em curso. Parágrafo Primeiro. Após efetivadas as deduções previstas em lei à Assembleia Geral deliberará pela distribuição de lucros com base em proposta apresentada pela Diretoria, ouvidor do Conselho de Administração e se em funcionamento, após obtido o parecer do Conselho Fiscal. Parágrafo Segundo. Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei das S.A. Parágrafo Terceiro. Poderá, ainda, o Conselho de Administração, deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação em vigor, em substituição total ou parcial dos dividendos, inclusive intermediários cuja declaração lhe é facultada pelo "capítulo desta lei", ou, ainda, em adição aos mesmos. Parágrafo Quarto. Caberá ao Conselho de Administração, observada a legislação em vigor, fixar, a seu critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento vier a deliberar. Parágrafo Quinto. A Assembleia Geral decidirá a respeito da imputação, ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio deliberado pela Companhia durante o exercício. Artigo 34 - As declarações financeiras da Companhia deverão ser elaboradas conforme as práticas contábeis brasileiras. Capítulo VIII - Disposições Gerais - Artigo 35 - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei. A Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal - que funcionará durante todo o período de liquidação -, e dará início ao processo de liquidação. Artigo 36 - A Companhia observará o acordo de acionistas arquivado em sua sede, celebrado em 1 de outubro de 2008, entre Augustus Holding S.A. e Aegon Brasil Holding Ltd., sendo expressamente vedado ao presidente ou secretário escolhido pelos Acionistas para presidir a Assembleia Geral ou a reunião do Conselho de Administração, acatar o voto de qualquer acionista que seja signatário do acordo de acionistas, caso o voto esteja em desacordo com os termos do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Será também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado no acordo de acionistas, como mencionado. Artigo 37 - Extinto qualquer desconhecimento ou inconsistência entre este Estatuto Social e quaisquer dos termos ou condições de qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, os termos e condições de tal acordo permanecerão válidos e devem prevalecer. Artigo 38 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pelas disposições da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e na Lei nº 10.303 de 31 de outubro de 2001, com suas alterações posteriores, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Rio de Janeiro (RJ), 29 de maio de 2018. Mesa: Nilton Molina - Presidente da Mesa e Acionista; Raphael Barreto - Secretário da Mesa. Acionistas: Augustus Holding S.A. - CNPJ 09.334.007/0001-14. Nilton Molina - Diretor-Presidente. Aegon Brasil Holding B.V. - CNPJ 09.343.316/0001-91. Ana Tavares de Azevedo - Promotora CERTIFICADORA - CNPJ 00032517/25 de maio de 2018. Bernardo F. S. Bervanger - Secretário-Geral.

ID: 2114666

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/05/2018. 1. Data, hora e local: 28/05/2018, às 9:30 hs, na sede da Light S.A. ("Cia"), localizada na Av. Marechal Floriano, 168, parte, 2º andar, corredor A, Centro, RJ/RJ. 2. Presentes: Os

Conselheiros efetivos Nelson José H. Moreira, André J. de Almeida, Mauro B. Lemos, Luis Fernando P. Santos, Marcelo Rocha, Carlos A. da Cruz, Silvio Artur M. Starling, João P. N. Batista, Ricardo R. de Pinho, Raphael M. Martins e o conselheiro suplente em exercício, Nelson Roberto M. P. Fully. Compareceram, também, sem, contudo, participarem das votações, os conselheiros suplentes, Yuri F. de C. Ramos, Sérgio G. Malta, Bruno do C. Silva, Aline B. Ferreira, Magno dos S. Filho e a advogada Paula Regina N. Cury que foi convidada para secretariar os trabalhos. Solicito por aclamação para presidir a mesa o Conselheiro Nelson José H. Moreira. 3. Informações: O presidente da Mesa, Sr. Nelson José H. Moreira informou que o Sr. Marco Guedes P. Junior, eleito como membro suplente deste conselho na AGO da Cia, realizada no dia 27/04/2018, não tomou posse no prazo legal, conforme art. 149.º 1º da Lei nº 6.404/76. Sendo assim, no momento, o cargo de conselheiro suplente ficará vago, passando o Conselho de Administração da Cia, a ter a seguinte composição: Titulares: Nelson José Hubner Moreira, Marcelo Lignanni Siqueira, André Juacaba de Almeida, Mauro Borges Lemos, Luis Fernando Paroli Santos, Marcelo Rocha, Carlos Alberto da Cruz (representante dos empregados), Silvio Artur Moreira Starling (independente), João Pinheiro Nogueira Batista (independente), Ricardo Reisen de Pinho (independente), Raphael Manhães Martins (independente). Suplentes: Andrea Belo Lisboa Dias, Roberto Miranda Pimentel Fully, Yuri Fonseca de Choucar Ramos, Sérgio Gomes Malta, Bruno do Carmo Silva, Aline Bracks Ferreira, Magno dos Santos Filho (representante dos empregados), (VAGO), (VAGO), (VAGO), Bernardo Zito Porto (independente). 4. Assuntos Tratados - Deliberações: 4.1. Eleição para as funções de Presidente e Vice-Presidente dos Conselhos de Administração da Light S.A., Light S.E.S.A. e Light Energia S.A. O Conselho, por unanimidade, aprovou a escolha do Conselheiro Nelson José H. Moreira para exercer a função de Presidente do Conselho de Administração da Cia., com mandato até a AGO de 2020. Os Conselheiros membros do Bloco de Controle indicaram para a função de Vice-Presidente o Sr. Mauro B. Lemos. Os Conselheiros João P. N. Batista e Raphael M. Martins propuseram que a função de Vice-Presidente fosse exercida por um dos membros independentes do Conselho de Administração, tendo em vista que referida medida seria positiva para a governança da Cia e seria entendida pelo mercado como uma sinalização positiva neste sentido. O Conselho, por maioria, com o registro de abstenção de voto do Conselheiro Ricardo R. de Pinho e com o voto vencido dos Conselheiros João P. N. Batista e Raphael M. Martins, aprovou a escolha do Conselheiro Mauro B. Lemos para exercer a função de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cia., com mandato até a AGO 2020. Adicionalmente, o Conselho, por unanimidade, orientou o voto favorável dos Conselheiros indicados pela Cia, nas reuniões dos Conselhos de Administração da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light S.E.S.A.") e Light Energia S.A. ("Light Energia"), que deliberarem sobre a escolha do Conselheiro Nelson José H. Moreira para exercer a função de Presidente dos Conselhos de Administração da Light S.E.S.A. e Light Energia, respectivamente, com mandato até a AGO de 2020. Declaro que o presente é um extrato da ata da RCA da Light S.A. realizada no dia 28/05/2018, às 09h30min na sede da Cia.. Paula Regina N. Cury - Secretária da Reunião. Arquivada na JUCERJA 3202617 em 04/06/2018. Bernardo F. S. Bervanger, Secretário Geral.

ID: 2114597

## Avisos, Editais e Termos

### Associações, Sociedades e Firms

#### LPS PATRIMÓVEL - CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A.

CNPJ 08.904.611/0001-76 - NIRE 33.3.0028237-8

#### Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os senhores acionistas da LPS Patrimóvel - Consultoria de Imóveis S.A. ("Companhia"), com fundamento no art. 123, p. único, "c", da Lei nº 6.404/76, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de junho de 2018, às 14 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4.201, Barra da Tijuca, CEP 22631-004, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) eleição e nomeação de novo membro do conselho de administração da Companhia em substituição ao conselheiro Marcelo Vasconcelos. Informações Gerais: Encontram-se a disposição dos acionistas, na sede da Companhia, as informações e documentos referentes às matérias constantes da Ordem do Dia, no que for aplicável. Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018. Rubem Vasconcelos.

ID: 2114280

#### Dimension Data Comercio e Serviços de Tecnologia Ltda.

CNPJ: 05.437.734/0005-80 - I.E.: 87.10638.1

#### Laudo Técnico/Certificado Anel

De acordo com o disposto no §4º do art. 6º. Do Decreto no. 42.649/2010 a empresa acima descrita, vem neste ato dar publicidade ao atendimento do §2º do art. 6º. Do Decreto no. 42.649/2010 onde através do processo E-04/005724/2016 está sendo apresentados os laudos técnicos emitidos pela empresa CONSULTREIN CONSULTORIA TREINAMENTO EM SERVIÇOS ELETROELETRONICOS LTDA- ME, inscrita no CNPJ no. 10.667.451/0001-30, informando que os itens nêles mencionados estão classificados tecnicamente como produtos de informática ou eletroeletrônicos. Relação de laudos Apresentados: LI01\_180611\_01, LI01\_180611\_02, LI01\_180611\_03, LI01\_180611\_04, LI01\_180611\_05, LI01\_180611\_06, LI01\_180611\_07, LI01\_180611\_08, LI01\_180621\_01, LI01\_180621\_02

ID: 2114616

#### LITOGRAFICA UNIÃO LTDA EPP

CNPJ: 22.798.667/0001-14

#### CONCESSÃO DE LICENÇA

LITOGRAFICA UNIÃO LTDA EPP torna pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE OPERAÇÃO LO nº IN044758, com validade até 17 de dezembro de 2018, que a autoriza para impressão litográfica em folhas metálicas, na AVENIDA ANTONIO GOMES, 900 - CALUNDU, município ITABORAÍ. Processo nº E-07/501662/2010.

ID: 2111316

#### XNICE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 17.4218.229/0001-95

Edital de Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas 1ª Emissão de Debêntures da Xnice Participações S.A. - A Xnice Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.426.229/0001-95, com sede na Praia de Botafogo, nº 501, bloco I, sala 201, Botafogo, CEP 22.250-040 - Rio Janeiro/RJ ("Emissora"), convoca os debenturistas da sua 1ª Emissão, nos termos da cláusula oitava da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quilografaria, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Residuals nos termos da Instrução CVM nº 476/09, da Xnice Participações S.A. ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral, a se realizar em 1ª convocação no dia 09 de julho de 2018, às 11 horas, na sede da Emissora, para deliberarem sobre: (i) A eventual declaração de Ven-



assinatura não possui validade quando impresso.



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 09/11/2020 23:41:11

https://pje.tje.jus.br:443/1/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2011092341119170000069372617

Número do documento: 2011092341119170000069372617



## INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

**MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 33.608.308/0001-73, com sede nesta cidade, na Travessa Belas Artes, nº 15, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **1) Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti**, inscrito na OAB/PE sob o nº 19.353; **2) Carlos Antônio Harten Filho**, inscrito na OAB/PE sob o nº 19.357; **3) Danielle de Azevedo Cardoso**, inscrita na OAB/BA sob o nº 51.266; **4) Kamila Portinho Borges**, inscrita na OAB sob o nº 30.831; **5) Manuela Moura da Fonte**, inscrita na OAB sob o nº 30.397; **6) Milena Gila Fontes**, inscrita na OAB sob o nº 25.510; **7) Umberto Lucas de Oliveira Filho**, inscrito na OAB sob o nº 30.603, com escritório profissional na cidade de Fortaleza, na Avenida Santos Dumont, nº 2828, SI 06 e 07 – Edf. Torre Santos Dumont – Aldeota – CE – CEP 60.150-161, conferindo aos **OUTORGADOS** poderes para o foro em geral, de acordo com o artigo 105, do Novo Código de Processo Civil, e, ainda, os poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, propor ações judiciais, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, substabelecer e assinar carta de preposto. Ficam expressamente revogados todos os poderes conferidos pela Outorgante por todo e qualquer instrumento de mandato previamente juntado aos processos em que esta procuração vier a ser apresentada. O presente instrumento é válido por tempo indeterminado.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2019.

**MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**

**12º OFÍCIO DE NOTAS** Rua do Rosário, nº 134 - Centro - CEP: 20041-002 088591AB585041  
TABELIÃO PEDRO CASTILHO Rio de Janeiro/RJ - Telefone: (21) 3852-4000

Reconheço por semelhança as firmas de: NUNO PEDRO  
CORREIA DAVID (L:016SEM/018) e OSMAR NAVARINI  
(L:3131/177) (X000001EEA36)  
Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2019. Conf: \_\_\_\_\_

EM TEST. \_\_\_\_\_ da verdade TJ  
Rafael R. M. Braga - Esc. Cad. 94-09406 Total  
EDDV-39184 TER. EDDV-39185 IRB  
Consulte em <https://www3.tirri.jus.br/sitepublico>







## SERVIÇO NOTARIAL - RJ

Claudio Antonio Maftos de Souza  
Tabelião

Tânia Castro Góes  
Substituta

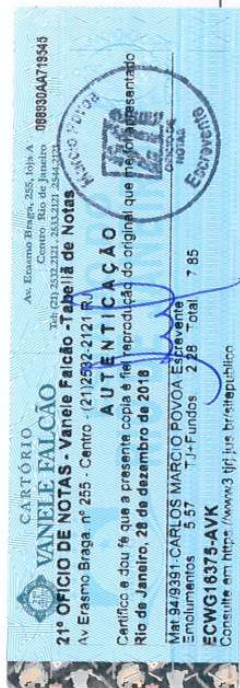
10º SERVIÇO NOTARIAL - RJ  
Patrícia de Castro Duarte  
Tabelã Substituta Mat. 94-2134

Av. Nilo Peçanha, 26 - A - Loja, Sobreloja, 2º e 3º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-100  
Tel./Fax: (21) 2544-3023 / 2524-5332 / 2215-1021 / 2215-2858 / 2215-2859  
Rua Barata Ribeiro, 330 - Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - Cep 22040-001 - Tel.: (21) 2235-3050

TRASLADO  
LIVRO 2013  
FLS. 197  
ATO 162

### PROCURAÇÃO, na forma abaixo:

S A I B A M os que este público instrumento de procuração bastante virem que, no ano de dois mil e dezoito, ao(s) 10 (dez) dia(s) do mês de dezembro, perante mim, PATRICIA DE CASTRO DUARTE, Tabeliã Substituta, lotada no 10º Serviço Notarial do Rio de Janeiro, com sede na Av. Nilo Peçanha, nº 26, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, compareceu como Outorgante, **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.608.308/0001-73, com sede nesta Cidade, na Travessa Belas Artes, nº 15, representada por seus Diretores, **OSMAR NAVARINI**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade do IFP nº 06043929-6 e do CPF nº 301.842.820-04; e **LUIZ CLAUDIO DO AMARAL FRIEDHEIM**, brasileiro, casado, securitário, portador da carteira de identidade do IFP nº 03.851.089-7 e do CPF nº 822.674.307-97, residentes e domiciliados nesta Cidade. Os presentes reconhecidos como os próprios pelos documentos apresentados e acima mencionados, do que dou fé.- E, pela Outorgante, por seus representantes, me foi dito que, por este instrumento e na melhor forma de direito, nomeava e constituía seus bastantes procuradores: **1) FERNANDA BLANCO ERBISTI**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 145.540 e do CPF nº 098.929.017-46; **2) JOEL ÁVILA DUTRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade da OAB/RJ nº 166.598 e do CPF nº 070.431.527-04; **3) ANDRÉA MARAVILHA DUARTE**, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 104.043 e do CPF nº 035.235.967-69; **4) JÚLIA YASMIM SEIXAS MARINHO**, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 202.033 e do CPF nº 126.111.027-75; **5) VIVIANE TAVARES RODRIGUES**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 129.471 e do CPF nº 051.775.347-23; **6) RAPHAEL SALLES DE PINHO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade da OAB/RJ nº 184.459 e do CPF nº 056.495.467-54; **7) NATALIE GUIMARÃES SOARES**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 169.588 e do CPF nº 106.380.607-02; **8) LAÍS MATIAS FERREIRA**, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade da OAB/RJ nº 218.910 e do CPF nº 110.098.067-93; e **9) JOÃO GABRIEL ALEIXO LUSTOSA CLARK MAGON**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade da OAB/RJ nº 145.105 e do CPF nº 095.536.997-58, todos residentes e domiciliados nesta Cidade, com endereço comercial na Travessa Belas Artes, nº 15, aos quais conferem os poderes da cláusula ad judicium, para o foro em geral, podendo ainda os Outorgados confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber e dar quitação, firmar compromisso, e, ainda, poderes gerais, amplos e ilimitados para representar a Outorgante perante a Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Secretaria da Receita Federal, Delegacia Especial de Instituições Financeiras, Secretarias Estaduais e Municipais de Fazenda, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Registro Geral de Imóveis, INSS, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S/A. e quaisquer Instituições Financeiras Públicas ou Privadas,



VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMPRÉTIMO E CUSTAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

088559AA 159436



Assinado eletronicamente por: THACIO FORTUNATO MOREIRA - 09/11/2020 23:41:11

<https://pje.tje.rj.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2011092341119170000069372617>

Número do documento: 2011092341119170000069372617





quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, suas autarquias, fundações e repartições paraestatais ou entidades de economia mista, podendo ter vista de processos, tomar ciência de decisões, juntar e retirar documentos, cumprir exigências, requerer certidões, cadastros, inscrições, alvarás, alterações, retirar guias, receber citações, assinar correspondências, constituir prepostos, podendo, ainda, a procuradora **FERNANDA BLANCO ERBISTI** firmar acordos judiciais e extrajudiciais e, **EM CONJUNTO COM UM DIRETOR ELEITO DA OUTORGANTE OU COM UM PROCURADOR**, assinar contratos, praticando, enfim, todos os demais atos necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato. **A PRESENTE PROCURAÇÃO PASSARÁ A VIGORAR A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2019 ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2019**, e revoga quaisquer outros outorgados anteriormente para o mesmo fim. Certifico que foram apresentadas e arquivadas as Consultas de Óbito sob nºs 0710-SPU-00467113 e 0710-BAM00463161. Certifico que são devidas custas no valor de R\$ 244,75 (Tab. 07-2-b), R\$ 10,35 de arquivamento, R\$ 36,00 (comunicações ao Distribuidor-CENSEC), R\$ 58,22 (20% do FETJ), R\$ 14,55 (5% do FUNDEPERJ), R\$ 14,55 (5% do FUNPERJ), R\$ 11,64 (4% do FUNARPEN), R\$ 4,89 (2% do PMCMV Lei Estadual 6370/12), R\$ 15,32 (ISSQN), R\$ 38,62 de distribuição, que deverão ser recolhidas no prazo legal. Assim o disseram, do que dou fé e me pediram que lhes lavrasse nestas Notas esta procuração, que lhes sendo lida em voz alta, aceitaram e assinam, dispensando a presença de testemunhas instrumentárias. Eu, PATRICIA DE CASTRO DUARTE, Tabeliã Substituta, digitei, lavrei, li, e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas dos contratantes: **(ASS) OSMAR NAVARINI e LUIZ CLAUDIO DO AMARAL FRIEDHEIM. TRASLADADA NA MESMA DATA. EU, \_\_\_\_\_, TABELIÃ SUBSTITUTA, A SUBSCREVO E ASSINO EM PÚBLICO E RASO.**

EM TESTO \_\_\_\_\_ DA VERDADE.



Poder Judiciário - TJERJ  
Corregedoria Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônico  
ECVT12250-PIP  
Consulte a validade do selo em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>





**SUBSTABELECIMENTO**

Pelo presente instrumento, **SUBSTABELEÇO** aos advogados, Antônio Fernando Costa Porto Lima, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob nº 48.216, Danielle de Azevedo Cardoso, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob nº 56.347, Edson Bomfim de Jesus dos Santos, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 46.040, Elisabete de Carvalho Santos, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 16.255, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 31.753, Érico Vinicius Varjão Alves Evangelista, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 20.586, Erika Oliveira Assis, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 52.139, Helena Maria de Oliveira Martins, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 24.381, Irismar Souza de Almeida, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 39.164, Ive de Azevedo Cédro, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 37.343, Italo Araújo Mota, brasileiro, inscrito regularmente na OAB/BA 47.885, Italo Israel Santana Guimarães, brasileiro, inscrito regularmente na OAB/BA 52.131, Jaqueline Conceição Mercês, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 21.210, Juliana Silva de Oliveira, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 53.130, Kamila Portinho Borges, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 30.831, Keila Pereira Batista Burgos, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 53.360, Laila de Almeida Magalhães, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 51.440, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 38.660, Lázaro Roberto Silva Júnior, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 35.547, Márcio de Souza Oliveira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA 37.395, Marcus Vinicius de Carvalho, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob nº 42.631, Márcio Braga Pinheiro, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 25.834, Paula Fernanda Machado Borba, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA 21.269, Rafael de Jesus Gomes, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 47.946, Rômulo Galvão Vieira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 41.622, Thácio Fortunato Moreira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 31971, Tiago Freitas Áspera, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 28.388, Thamyres Carvalho Dantas da Silva, brasileira, regularmente inscrita na OAB/BA sob o nº 49.069, Umberto Lucas de Oliveira Filho, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 30.603, Vanessa Miranda de Souza, brasileira, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 45.759, com reservas de iguais poderes, todos os poderes que me foram outorgados, salvo os poderes para receber as comunicações processuais, poderes esses que não ficam substabelecidos, tudo nos termos do instrumento particular de mandato firmado em meu favor. Fica certo que, em caso de renúncia de poderes expressos nesta, fica eleito desde já a advogada Milena Gila Fontes OAB 25.510, para praticar todos os atos necessários à renúncia, assinando isoladamente e representando todos, os que figurem nesta ou que

Av. Tancredo Neves, 1283, Salas 702 e 703 - Cam. das Árvores - Salvador/BA  
CEP: 41820-020. Fone: 71 3271.5310

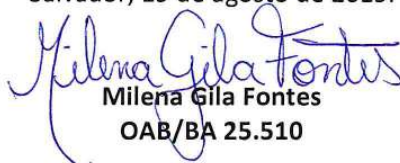
www.queirozcavalcanti.adv.br  
PE • BA • CE • MA • PB



# QUEIROZ CAVALCANTI

venham a ter poderes conferidos por substabelecimento com reserva de iguais, que ainda poderão agir enquanto integrarem o Escritório QUEIROZ CAVALCANTI ADVOCACIA, considerando-se expressamente revogados, independentemente de qualquer notificação os poderes daquele que, por qualquer motivo, deixarem de integrar o referido escritório.

Salvador, 19 de agosto de 2019.

  
Milena Gila Fontes  
OAB/BA 25.510

Av. Tancredo Neves, 1283, Salas 702 e 703 - Cam. das Árvores - Salvador/BA  
CEP: 41820-020. Fone: 71 3271.5310

[www.queirozcavalcanti.adv.br](http://www.queirozcavalcanti.adv.br)  
PE • BA • CE • MA • PB



QUEIROZ  
CAVALCANTI  
ADVOCATOS

**SUBSTABELECIMENTO**

Pelo presente instrumento, **SUBSTABELEÇO**, os poderes a mim conferidos pela **Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.608.308/0001-73, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Travessa Belas Artes, 15, Centro, CEP 20.060-000, na pessoa do (a) advogado (a), **Thacio Fortunato Moreira, brasileiro, regularmente inscrito na OAB/BA sob o nº 31971, sem reservas de quais poderes, todos os poderes que me foram outorgados, incluindo os poderes para receber as comunicações processuais, poderes esses que ficam substabelecidos, tudo nos** termos do instrumento particular de mandato firmado a meu favor.

Salvador, 17 de julho de 2020.

*Danielle de Azevedo Cardoso*  
Danielle de Azevedo Cardoso  
OAB/BA 56.347

Av. Tancredo Neves, 2539- Caminho das Árvore, Salvador- BA, CEP : 41820-021. Fone: 71. 3271.5310  
www.queirozcalvacanti.adv.br

Digitalizada com CamScanner





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530

1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns

Processo nº 0003232-11.2020.8.17.2640

AUTOR: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

REU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

**ATO ORDINATÓRIO**

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo o(a)(s) Autor(a)(es)/Exequente(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar(em)-se sobre a(s) contestação(ões) e documento(s) porventura anexados, bem como apresentar(em) resposta à(s) reconvenção(ões), caso apresentada(s).

GARANHUNS, 10 de novembro de 2020.

**JOSEIRENE DE CARVALHO MEIRELES**

**Analista Judiciária**



PETIÇÃO EM ANEXO.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE GARANHUNS - PERNAMBUCO**

**Processo nº 0003232-11.2020.8.17.2640**

**ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**, melhor qualificado na inicial, vem, mui respeitosamente, por seus advogados, infra-assinados, à presença de V. Exa., na ação que move em face da **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A**, apresentar sua

**RÉPLICA À CONTESTAÇÃO**

Pelos motivos de fato e de direito a seguir elencados:

**DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DO POLO PASSIVO**

A Seguradora ré inexplicavelmente tenta ludibriar vossa excelência afirmando ser necessária a extinção do presente feito em razão da **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A** pela não ter participado do processo de regulação administrativo do pleito indenizatório..

Tal pedido é totalmente inócuo e não merece a vez que o intuito é tão somente de atrasar ainda mais o recebimento referente ao seguro DPVAT.

Pois conforme entendimento uníssono dos tribunais superiores o consórcio do Seguro DPVAT é composto por diversas seguradoras que possuem responsabilidade solidária entre si para liquidar os sinistros que ocasionaram direito ao Seguro DPVAT, tanto na via administrativa como na judicial.

Ora, como pode haver dois pesos e duas medidas? Se a vítima distribui o processo administrativo para uma seguradora e outra regula, como ambas, ou melhor... todas constantes do consórcio DPVAT não podem ser incluídas em polo



passivo de demanda judicial? E o cerne da questão vai além, em se tratando de relação de consumo, como prejudicar o lado hipossuficiente?

Segundo a jurisprudência pacífica, há mais de uma década, qualquer seguradora constante do consórcio DPVAT da Seguradora Líder, portanto credenciada a operar com o mencionado seguro, detém legitimidade para figurar no polo passivo de demandas judiciais. Neste sentido acosta-se Jurisprudência referente à presente causa:

TJ-PE - Inteiro Teor. Apelação: APL 4855658 PE

Jurisprudência - Data de publicação: 13/12/2017

Jones Figueirêdo Alves EMENTA: APELAÇÃO CIVEL AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE **SEGURO DPVAT** . **LEGITIMIDADE PASSIVA** DE LITISCONSORTE RECONHECIMENTO. PRECEDENTE. FALTA DE INTERESSE DE AGIR....**As seguradoras integrantes do consórcio do Seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento...**

**TJ-GO - Apelação (CPC) 02428023220188090051 (TJ-GO)**

Jurisprudência • Data de publicação: 13/07/2020

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE **SEGURO DPVAT**. **LEGITIMIDADE PASSIVA** DA SEGURADORA.  
1. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 8.441/92, qualquer seguradora pode ser acionada para responder à demanda cujo objeto seja o recebimento de indenização proveniente do **seguro DPVAT**. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PROVIDA. SENTENÇA CASSADA.





**TJ-MG - Agravo de Instrumento-Cv AI 10016150141535001 MG (TJ-MG)**

Jurisprudência • Data de publicação: 16/09/2016

APELAÇÃO - COBRANÇA - **SEGURO DPVAT - LEGITIMIDADE PASSIVA** - SEGURADORA. A indenização decorrente do **seguro** obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre pode ser reclamada de qualquer Seguradora.

**TJ-PE - Apelação APL 4703826 PE (TJ-PE)**

Jurisprudência • Data de publicação: 29/05/2017

**SEGURO DPVAT . LEGITIMIDADE PASSIVA** DA RÉ. INEXISTÊNCIA DE INÉPCIA DA INICIAL. NEXO DE CAUSALIDADE PRESENTE. LEI Nº 6.194 /74. MORTE. INDENIZAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO PARCIAL. EXISTÊNCIA DE VERBA A SER COMPLEMENTADA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Qualquer seguradora integrante do consórcio formado por todas as seguradoras operadoras do **seguro DPVAT** responde pelo pagamento da indenização dele decorrente. 2. A certidão de óbito, documento essencial à

Desta forma, as resoluções e demais atos normativos expedidos pela SUSEP possuem apenas eficácia no âmbito administrativo do procedimento do Seguro DPVAT, sendo toda e qualquer seguradora conveniada ao consórcio do referido seguro totalmente legítima para figurar o polo passivo das demandas concernentes a esta matéria.

## DO MÉRITO

A parte ré alega que o valor pleiteado pela parte autora a título de Seguro DPVAT já foi pago administrativamente. No entanto, numa breve leitura da inicial é possível perceber que o autor faria jus ao valor total de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), em razão da debilidade permanente adquirida resultante de acidente de trânsito com veículo automotor.

Deste valor total, a empresa ré efetuou o pagamento de uma parte mínima, qual seja, R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), vindo o autor pleitear, através deste ação, a complementação do valor, ou seja, R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais).



Ora, o interesse de agir se caracteriza quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando esta tutela pode trazer-lhe alguma utilidade do ponto de vista prático. Assim, há o interesse de agir, de reclamar a atividade jurisdicional do Estado, para que este tutele o interesse primário, que de outra forma não seria protegido. Por isso o interesse de agir se confunde com a necessidade de se obter o direito material pelos órgãos jurisdicionais.

Necessidade e adequação é o binômio que caracteriza o interesse de agir, junto com as demais dispositivos do CPC.

Sendo assim, no presente caso, o interesse de agir se mostra patente uma vez que esgotando a via administrativa o autor não conseguiu ver integralizado o valor total a que faz jus, não havendo outra forma de ver consubstanciado o seu direito material, a não ser a presente demanda judicial.

#### **DO GRAU DA LESÃO**

Respeitando-se ao grau da lesão, na documentação acostada aos autos, a requerente sofreu **FRATURA DIAFISÁRIA DE ÚMERO ESQUERDO + LESÃO DE PLEXO BRAQUIAL**, causado por acidente automobilístico.

Em decorrência do fatídico sinistro a requerente adquiriu debilidade permanente no **membro inferior esquerdo**, conforme pode ser comprovado por farta documentação médica que se encontra acostada aos autos.

Desta forma, devem os documentos médicos anexados ao processo, fruto de extenso e prolongado tratamento conferidos ao autor.

Inesquecível e esdrúxula, também, é a alegação da requerida que em razão da quitação dada pelo autor após pagamento administrativo, fica este impossibilitado de pleitear judicialmente o saldo remanescente.

No entanto, não é este o entendimento esposado pelo STJ, que em julgado manifestou-se pela possibilidade da reivindicação do saldo remanescente mesmo após recibo de quitação:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO.



VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.

I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001).

**II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.**

III. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 296675 / SP, 4ª Turma, Min. Rel. Aldir Passarinho Junior, DJ 23/09/2002 p. 367) (grifos nossos).

Sendo assim, o recibo de pagamento ofertado pelo autor não implica em renúncia ao direito de pleitear em juízo a complementação devida, uma vez que a quitação se restringiu ao valor recebido efetivamente, restando intacto o direito de pleitear o saldo remanescente.

## **DO PEDIDO**

Diante de todo o exposto, requer:

A total improcedência dos termos da contestação.

A total procedência dos termos da petição inicial, tendo em vista os documentos e laudos médicos acostados.

A condenação do demandado ao pagamento dos



honorários advocatícios no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Termos em que

Pede deferimento

Por ser medida da mais lúdima JUSTIÇA!!!

Garanhuns, 30 de novembro de 2020

Bruno de Araújo Sena

OAB-PE 28.063





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns**

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649074

Processo nº **0003232-11.2020.8.17.2640**

AUTOR: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

REU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

## DESPACHO

Vistos, etc.

Cuidam os autos de Ação de Cobrança cujo objeto é o seguro obrigatório DPVAT. Em feitos como esse, não se justifica a realização da audiência de conciliação prevista no art. 334 do NCPD, tendo em vista que a seguradora demandada, não celebra acordo, caso não haja perícia realizada no Autor (a) por designação do juízo competente.

Ocorre que a ausência de vagas para realização de perícia traumatológica pela Gerência Médica da Diretoria de Saúde/TJPE, é fato amplamente noticiado por seus membros, e, estando esse processo paralisado há mais de ano e dia – numa espera angustiante de oportunidade para agendar tal exame pericial, tenho por bem, em homenagem aos Princípios da Celeridade e Economia Processual, designar audiência em data a ser designada por esta secretaria, na sala da ESMAPE – 1º Andar do Fórum Ministro Eraldo Gueiros Leite, localizado na Avenida Rui Barbosa, 479 – Heliópolis – Garanhuns/PE.

A parte autora deverá comparecer ao local indicado munida de todos os exames, atestados e documentos médicos, que porventura possua e sirvam para comprovar suas alegações quanto ao grau da lesão sofrida, ficando ciente, ainda, de que a ausência injustificada acarretará a preclusão da prova e no julgamento antecipado do feito.

Nomeio como perito do Juízo, o Dr. NORBERIO NEILLON COELHO BATISTA - CRM/PE 15.971, cujo currículo consta em pasta/cadastro mantido por este Juízo para os fins necessários e que deverá cumprir o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (CPC, art. 473), fixando desde logo o prazo de 20 (vinte) dias para a entrega do laudo, que deverá conter os elementos constantes do art. 473 do CPC.

Dentro do prazo comum de 15 (quinze) dias da intimação da presente decisão, as partes poderão indicar assistente técnico e apresentar quesitos (CPC, art. 465, § 1º).

Os autores (as) são beneficiários da Assistência Judiciária Gratuita (AJG) e, nesse caso, arbitro os honorários do perito em R\$ 200,00 (duzentos reais), por cada autor (a), conforme já acordado com a demandada, os quais deverão ser adiantados pela parte ré depositados em Juízo, em até 05(cinco) dias, antes da data designada para a realização da perícia requisitada.

Providencie a Secretaria, com antecedência de 15 (quinze) dias, através dos advogados das partes vinculado ao processo, dar ciência da data e do local designados para início da produção da prova (CPC, art. 474).

Dentro do prazo judicial fixado para apresentar o laudo, o perito deverá apresentá-lo na secretaria e, caso não haja nova conclusão, as partes serão intimadas para, querendo, manifestarem-se no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo os assistentes técnicos das



partes, no mesmo prazo, apresentarem seus respectivos pareceres (CPC, art. 477, § 1º). Inclusive se manifestarem da necessidade da produção de novas provas e/ou designação de audiência de instrução para a oitiva do perito, desde que devidamente justificada sua necessidade.

Havendo impugnação ao laudo, o perito tem o dever, no prazo de 15 (quinze) dias, de esclarecer os pontos questionados (CPC, art. 477, § 2º).

Por fim, os quesitos do juízo são os seguintes:

1. O autor apresenta lesão?
1. É possível afirmar que essa lesão tem relação causal com o acidente de trânsito narrado na inicial?
2. Da lesão resulta invalidez permanente? Total ou parcial?
3. Qual o enquadramento que o perito faz dessa invalidez considerando a Tabela SUSEP do seguro DPVAT?

Intimem-se.

Garanhuns, 03 de dezembro de 2020.

Bel. Enéas Oliveira da Rocha  
Juiz de Direito





## CONTESTAÇÃO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GARANHUNS/PE

Processo: 00032321120208172640

**AUSÊNCIA DE COBERTURA**

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa seguradora com sede à Rua Senador Dantas, 74 - 5º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20031-205, inscrita no CNPJ sob o número 09.248.608/0001-04 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

**CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

**BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **27/03/2019**, restando permanentemente inválida.

**Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data 03/07/2019.**

**Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexa causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez, haja vista que EM MOMENTO ALGUM A PARTE AUTORA COMPROVA QUE AS LESÕES APRESENTADAS TENHAM DECORRIDO DO ACIDENTE ALEGADO.**

Cumpra esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

#### **DA ILEGITIMIDADE DO POLO PASSIVO**

Inicialmente, frisamos que a Seguradora Ré, a saber, **MONGEROL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A** desligou-se do Convênio DPVAT, respondendo portanto, somente por sinistros que foram devidamente regulados por ela até a data do desligamento, o que não é o caso da presente demanda.

Sendo assim, a Ré é parte ilegítima para compor a presente demanda, uma vez que esta não faz mais parte das Seguradoras conveniadas ao Convênio DPVAT.

Face esta circunstância, não se configura, pois, qualquer relação de direito material entre a parte Autora e a Ré capaz de legitimar interesse jurídico no ajuizamento desta demanda diretamente contra a Contestante, por faltar uma das condições da ação, qual seja, a legitimidade, restando à parte autora carecedora de ação.

Todavia, **em atenção ao princípio da celeridade processual, pugna-se pela substituição da demandada, pela Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT**, vez que a mesma foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “*Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT*”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT já detém autorização da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07.

Assim, requer a substituição do polo passivo para a **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT**. Caso não seja o entendimento do nobre Magistrado, requer-se a extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC, ante a ilegitimidade passiva demonstrada.

## **DO MÉRITO**

### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

### **- DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE -**

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**<sup>4</sup>.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

<sup>4</sup>“SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. AFIRMAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. Constatada pericialmente a ausência de nexo de causalidade entre o acidente narrado e a incapacidade apresentada, impossível se apresenta o reconhecimento do direito ao recebimento de qualquer valor a título de seguro DPVAT.(TJ-SP - APL: 90000717820118260577 SP 9000071-78.2011.8.26.0577, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 03/03/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)



**EXA., ANALISANDO O BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO, PODEMOS PERCEBER QUE NÃO HÁ QUALQUER MENÇÃO DE QUE AS LESÕES TENHAM DECORRIDO DO SUPOSTO SINISTRO.**

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo<sup>5</sup>.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

<sup>5</sup>APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEXO CAUSAL DE QUE AS LESÕES SÃO DECORRENTES DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 25/12/1992. BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO APENAS EM 12/06/2009, DEZESSETE ANOS APÓS O SUPOSTO ACIDENTE. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA DO AUTOR. ART. 333, I, CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Não há nos autos qualquer elemento que comprove que as lesões suportadas pela apelante sejam decorrentes de acidente automobilístico. 2. A requerente sequer trouxe aos autos prova do atendimento hospitalar realizado na data do sinistro, ou ainda, prova do tratamento médico realizado decorrente das lesões alegadas. (TJ-PR 8967797 PR 896779-7 (Acórdão), Relator: Dartagnan Serpa Sa, Data de Julgamento: 24/05/2012, 9ª Câmara Cível)



### DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **27/03/2019**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais).**

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>6</sup>.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>7</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

<sup>6</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>7</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”





Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 4.725,00 (QUATRO MIL E SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS)**.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>8</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>9</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

#### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

#### **CONCLUSÃO**

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

<sup>8</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>9</sup>art.

1º

(...)

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**



Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

GARANHUNS, 9 de dezembro de 2020.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



### **QUESITOS DA RÉ**

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de seqüelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**



### **TABELA DE GRADAÇÃO**

<b>Danos Corporais Previstos na Lei</b>	<b>Total (100%)</b>	<b>Intensa (75%)</b>	<b>Média (50%)</b>	<b>Leve (25%)</b>	<b>Residual (10%)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR, inscrito na 30225 - OAB/PE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **GARANHUNS**, nos autos do Processo nº 00032321120208172640.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da Seguradora: ACE SEGURADORA S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; ALFA SEGURADORA S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ANGELUS SEGUROS S/A; ARGO SEGUROS BRASIL S/A; ARUANA SEGUROS S.A.; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BTG PACTUAL SEGURADORA S/A; BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ESSOR SEGUROS S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FATOR SEGURADORA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ BMG SEGURADORA S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; J. MALUCELLI SEGUROS S/A; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE VIDA S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PAN SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; POTTENCIAL SEGURADORA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.; SUHAI SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA





S/A; UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA; USEBENS SEGUROS S/A; VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; YASUDA MARÍTIMA SEGUROS S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa dos Drs. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE n.º 4.246; JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819, CPF 098.884.617-96; JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, solteira, OAB/RJ 140.522, CPF 071.463.857-95; FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 152.629, CPF 089.027.257-31; RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681, CPF 010.766.304-05, todos integrantes do ESCRITÓRIO JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/A, situado a Rua São José, 90, grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro, RJ- CEP 20.010-020, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.



Rio de Janeiro, 09 de junho de 2015.

Valdir Dias de Sousa Júnior

17º Ofício de Notas  
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Cartório de Notas - RJ

Reconheço e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado a este Cartório de Notas, em 09 de junho de 2015, por Valdir Dias de Sousa Júnior, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819, CPF 098.884.617-96, JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO, brasileira, solteira, OAB/RJ 140.522, CPF 071.463.857-95, FERNANDO DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 152.629, CPF 089.027.257-31, RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681, CPF 010.766.304-05, todos integrantes do ESCRITÓRIO JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/A, situado a Rua São José, 90, grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro, RJ- CEP 20.010-020, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Valdir Dias de Sousa Júnior  
CPF 098.884.617-96

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de: VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR  
Cod: X060002B80E  
Rio de Janeiro, 11 de junho de 2015. Conf. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia : 4,50  
36% TJ+FUNDOS : 1,65  
Total : 6,15

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-FUI  
EAD-17653 PAR-Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>


Cartório de Notas - RJ  
17º Ofício de Notas  
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Cartório de Notas - RJ




PROCURAÇÃO

MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Trav. Belas Artes, n.º 15, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.608.308/0001-73, neste ato representada por seus Diretores, JOSÉ CARLOS GOMES MOTA, brasileiro, casado, advogado, titular da carteira de identidade n.º 8.118.413, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 053.638.398-73 e, SERGIO LUIZ FERNANDES DE MELLO JUNIOR, brasileiro, casado, economista, titular da carteira de identidade n.º 05.683.965-7, expedida pelo IFP/DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 753.218.317-34, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26, GUSTAVO CORRÊA RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 110.459, inscrito no CPF/MF sob o número 053.004.087-08, todos com escritório à Rua Senador Dantas, n.º 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Claúsula Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, vedado receber, dar quitação e levantar alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta n.º 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF n.º 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP n.º 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2010.

  
José Carlos Gomes Mota  
Diretor

  
Sérgio Luiz Fernandes de Mello Junior  
Diretor

Travessa Belas Artes, 15 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20060-000 - Tel.: 21 3722 2200 - Fax: 21 3722 2222  
[www.mongeralaeagon.com.br](http://www.mongeralaeagon.com.br)



Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2013.

17o OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2187-9608  
Reconheço por assinatura a firma de MARCELO DANIEL LOPES  
(Cod: 898CF43643)  
Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2013 Conf por  
Em Testamento de verdade. Bruna L. 36x 13x FUNDOS  
Bruno Rodrigo Balas Gaspar - Adv. Total

Bruno Rodrigo  
Belen Gaspar  
Escritora

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO  
FISCAL DO COMÉRCIO EXTERIOR

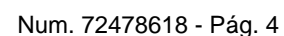
PHD  
SNL13174

56-13174

CARTÓRIO DO 17.<sup>o</sup>  
Geovani Alves  
Cunha  
Escritório  
C/RS nº 440  
Sala 1501  
Av. 24 de Abril, 1000  
OFÍCIO DE NOTAS - RA

C08674  
4-9-98

	reprodução	total
1988, Cont. por:	4,87	
serviços	1,83	
38,74 FUNDS	6,25	
Total		11,12



### SUBSTABELECIMENTO

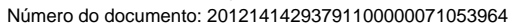
Na qualidade de procurador da Seguradora: ACE SEGURADORA S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ARGO SEGUROS BRASIL S/A; ARUANA SEGUROS S.A.; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BCS SEGUROS S/A; BMG SEGURADORA S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCÉBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHARTIS SEGUROS BRASIL S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FATOR SEGURADORA S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; J. MALUCELLI SEGUROS S/A; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE VERA CRUZ PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE VIDA S/A; MARÍTIMA SEGUROS S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PANAMERICANA DE SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; SUL AMERICA CIA. DE SEGUROS GERAIS; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; USEBENS SEGUROS S/A; VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do Dr. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, com endereço profissional na rua Senador Dantas, nº 74, 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-205, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que tem por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, autorizado receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em instituições financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica





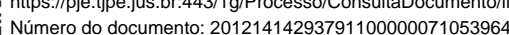


9555





**D.O.** Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro  
Publicações a Pedido  
Rua do Arco, s/nº - 1º andar - Centro  
Rio de Janeiro, 2001 - 1.º semestre - 7



**MONGERAL S/A SEGUROS E PREVIDÊNCIA**  
**CNPJ Nº 33.608.308/0001-73**  
**NIRE Nº 3330027332-8**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA AOS 30 DE MARÇO DE 2006, E LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO**

**DATA, HORA E LOCAL**

Dia 30 de Março de 2006, às 11:00 horas, na sede social, na Trav. Belas Artes n.º 15, Centro, nesta cidade.

**CONVOCAÇÃO**

Dispensada a convocação editalícia, de conformidade com o disposto no parágrafo quarto do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 1976.

**PRESEÇA**

Compareceram, identificaram-se e assinaram o Livro de Presença os acionistas da Companhia representando a totalidade do quadro acionário.

**MESA**

Presidente: NILTON MOLINA

Secretário: JOSÉ CARLOS GOMES MOTA

**ORDEM DO DIA**

- a) Exame, discussão e votação do relatório da Diretoria e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2005;
- b) Destinação do resultado do exercício;
- c) Eleição dos membros do Conselho de Administração.
- d) Outros assuntos do interesse social.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE**

- a) Foram examinadas, discutidas e aprovadas, sem reservas, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, de conformidade com a publicação efetivada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio, ambos nas edições do dia 25 de fevereiro do corrente ano. O Conselho Fiscal não opinou a respeito das contas aprovadas, nem, tampouco, emitiu parecer acerca das mesmas, uma vez que o órgão não havia sido instalado no exercício findo.



**ESTATUTO SOCIAL DA  
MONGERAL S/A SEGUROS E PREVIDÊNCIA**

**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, OBJETIVOS E DURAÇÃO**

Artigo 1º - A MONGERAL S/A SEGUROS E PREVIDÊNCIA, oriunda da transformação da Mongeral Previdência Privada, criada por Decreto Imperial de 10 de janeiro de 1835, é uma sociedade seguradora de vida e de previdência complementar aberta, que se regerá pelos presentes Estatutos e dispositivos legais aplicáveis.

Artigo 2º - A MONGERAL tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Travessa Belas Artes nº 15, e seu prazo de duração é indeterminado.

§ Único - A MONGERAL poderá, por deliberação de sua Diretoria, manter sucursais, filiais, escritórios ou representações em quaisquer cidades do território nacional, observadas as disposições legais.

Artigo 3º - A MONGERAL tem por objetivo operar nos grupamentos de seguros do ramo Vida e em Previdência Complementar Aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes.

§ Único - Além do objetivo precípuo referido no caput, a MONGERAL poderá conceder empréstimos financeiros a seus segurados, estabelecendo acordos ou convênios com instituições de direito público ou privado com essa finalidade, e para receber diretamente dos consignantes as prestações consignadas. A MONGERAL utilizar-se-á, nessa atividade, de recursos de sua carteira própria de investimentos, ou atuará na condição de correspondente bancário de instituições financeiras, obedecidos os ditames da legislação e regulamentação aplicáveis.



## CAPÍTULO II - DO CAPITAL E AÇÕES

Artigo 4º - O capital social é de R\$ 20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil reais), dividido em 12.400.000 (doze milhões e quatrocentos mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Artigo 5º - As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Artigo 6º - Os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de ações em qualquer aumento de capital da Companhia, proporcionalmente à sua participação no capital, de acordo com as disposições do artigo 171 da Lei 6404/76.

Artigo 7º - A MONGERAL poderá emitir títulos múltiplos, cautelas e/ou certificados de ações que, se emitidos, serão assinados por dois diretores.

## CAPÍTULO III - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 8º - A Assembléia Geral é a instância superior da MONGERAL, competindo-lhe:

- a) emendar ou rever o presente Estatuto;
- b) aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do exercício;
- c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- d) aprovar a aquisição de qualquer participação societária em caráter permanente ou qualquer outra Companhia ou empreendimento;
- e) exercer qualquer poder não expressamente atribuído aos outros órgãos da MONGERAL.

Artigo 9º - A prática de quaisquer dos seguintes atos e operações dependerá da prévia e expressa aprovação, por escrito, da totalidade dos acionistas com direito a voto:





- a) o aumento ou redução do capital social;
- b) a alteração do Estatuto Social;
- c) a aquisição de qualquer participação societária em caráter permanente ou qualquer outra Companhia ou empreendimento.

**Artigo 10** - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, até 31 de março, e extraordinariamente, sempre que convocada, para quaisquer outros fins previstos neste Estatuto, deliberando por maioria de votos, salvo nos casos do artigo 9º deste Estatuto.

**Artigo 11** - As Assembléias serão convocadas pelo Conselho de Administração, e instaladas e presididas pelo seu Presidente, ou por quem o substituir, que convidará outro Conselheiro, Diretor ou acionista para secretariar os trabalhos.

#### **CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**Artigo 12** - A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

##### **SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 13** - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 08 (oito) membros, sendo 1 (um) Conselheiro Presidente, 1 (um) Conselheiro Vice-Presidente, e demais Conselheiros, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 3 (três) anos, todos acionistas, residentes no País, podendo ser reeleitos.

**§ Único** - Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

**Artigo 14** - O Conselho de Administração elegerá o Presidente entre os seus membros, a quem caberá convocar suas reuniões.

**§ 1º** - O Presidente do Conselho de Administração terá, além do voto comum, o de qualidade, no caso de empate na votação.



§ 2º - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, salvo nos casos expressos no artigo 9º deste Estatuto.

Artigo 15 - O Conselho de Administração reunir-se-á, sempre que necessário, para atender aos interesses sociais e todas as suas deliberações serão lavradas no livro próprio.

Artigo 16 - Em caso de vacância do cargo de Conselheiro caberá ao Conselho de Administração escolher o substituto, que servirá até a primeira Assembléia Geral.

Artigo 17 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) convocar as Assembléias Gerais;
- c) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições e remuneração;
- d) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do exercício;
- e) propor alterações estatutárias;
- f) escolher e destituir os auditores independentes;
- g) aprovar as operações de empréstimos bancários da Companhia, em valores superiores, por operação, a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), assim como, no acumulado anual, a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) corrigidos anualmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços Mercado), editado pela Fundação Getúlio Vargas;
- h) aprovar processos de reorganização societária da MONGERAL, tais como incorporação, fusão e cisão;
- i) deliberar sobre a eventual cessação das operações da MONGERAL e sua dissolução;
- j) vender ou onerar os bens imóveis de titularidade da MONGERAL; e





- k) exercer outras atribuições legais ou que sejam conferidas pela Assembléia Geral.

## SEÇÃO II - DA DIRETORIA

Artigo 18 - A MONGERAL será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente, e os demais Diretores sem designação especial, todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Artigo 19 - No caso de impedimento ou ausência ocasional do Diretor Presidente, será ele substituído por qualquer outro Diretor, indicado pelo Conselho de Administração.

Artigo 20 - Em caso de vacância de cargo na Diretoria, o Conselho de Administração proverá o cargo vago e o substituto eleito exercerá o mandato pelo prazo que caberia ao substituído.

Artigo 21 - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem, mediante a convocação do Diretor Presidente e suas deliberações serão tomadas por maioria, tendo o Diretor Presidente o voto de qualidade.

§ Único - Das reuniões da Diretoria lavrar-se-á ata em livro próprio, que será subscrita por todos os Diretores presentes.

Artigo 22 - A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto Social, obrigar validamente a Companhia, praticando todos os atos e operações necessários à consecução dos objetivos sociais.

Artigo 23 - Compete à Diretoria:

- a) executar os planos e programas aprovados pelo Conselho de Administração;
- b) executar a política de produção, técnica, administrativa e financeira;



- c) admitir, transferir, licenciar, promover e demitir funcionários e contratar agentes fixando-lhes a remuneração;
- d) elaborar e acompanhar o plano anual de operações e o orçamento da MONGERAL;
- e) elaborar o relatório anual e as demonstrações financeiras da MONGERAL, para o fim de serem submetidas à aprovação do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;
- f) contratar empréstimos junto a instituições financeiras, em valores inferiores, por operação, a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), assim como, no acumulado anual, a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) corrigido anualmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), editado pela Fundação Getúlio Vargas, podendo dar em garantia, se necessário, bens imóveis;
- g) aprovar a instalação ou o encerramento de sucursais, filiais, escritórios, representações ou outras dependências.

**Artigo 24 - Compete ao Diretor-Presidente:**

- a) presidir as reuniões da Diretoria;
- b) supervisionar os negócios sociais, tomando as deliberações que se fizerem necessárias; e
- c) coordenar as atividades dos demais diretores.

**Artigo 25** - Em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extinguem obrigações da MONGERAL, esta será representada por dois Diretores em conjunto, ou por um Diretor em conjunto com um procurador, ou ainda dois procuradores, constituídos por mandato assinado por dois Diretores.

**§ 1º** - Todos os mandatos terão prazo de validade determinado, com exceção dos ad judícia.



§ 2º - A MONGERAL poderá ser representada por um só Diretor ou procurador para a prática de atos que exijam a presença física do representante, como nos casos de defesa dos interesses da Entidade em Juízo, Autarquias, Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Sociedades de Economia Mista e Fundações, devendo o mandato ser específico.

Artigo 26 - A posse em qualquer dos cargos da Diretoria depende do prévio cumprimento do estabelecido na legislação vigente.

Artigo 27 - São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por diretores, procuradores ou empregados da MONGERAL, que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da Companhia, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias de favor, a menos que tais atos tenham sido prévia e expressamente aprovados, por escrito, pelos acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto.

#### **CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL**

Artigo 28 - O Conselho Fiscal, que não funcionará em caráter permanente, será constituído por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, e será instalado apenas nos exercícios sociais em que seu funcionamento for solicitado por acionistas, na forma e condições previstas em lei.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal terão a qualificação, competência, deveres, prazo de mandato e remuneração estabelecidos pela lei.

§ 2º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os elege, respeitados os limites estabelecidos em lei e o período efetivo de seu funcionamento.



## **CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Artigo 29** - O exercício social encerrar-se-á no último dia de cada ano, levantando-se o balanço geral e, semestralmente, levantar-se-ão os balanços e demonstrações financeiras.

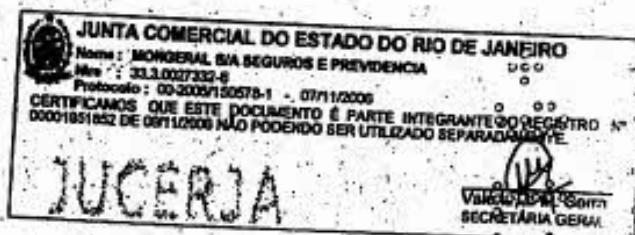
**Artigo 30** - Do lucro líquido do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, 25% (vinte e cinco por cento) será declarado e pago como dividendo mínimo obrigatório aos acionistas.

## **CAPÍTULO VII - LIQUIDAÇÃO**

**Artigo 31** - A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

## **CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÃO FINAL**

**Artigo 32** - Considera-se festiva a data de criação da MONGERAL - dia 10 de janeiro.



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.002R479-6

**Time Budgets**

Sociedade anônima

### Doyle Entrepreneurial

Normal

**Nº do Protocolo**

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

Última Arquivamento:  
00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-4

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Salmon(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC90430A9D0

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DAE	21,00	21,00



## REQUERIMENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 06-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 2/13

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 2/13



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
 Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1/g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293819900000071055219>  
 Número do documento: 20121414293819900000071055219

Num. 72478623 - Pág. 1



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

*CR* *Isabella*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF6FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/13



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293819900000071055219>  
Número do documento: 20121414293819900000071055219

Num. 72478623 - Pág. 2



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (II) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Handwritten signatures*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149053 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFD84B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293819900000071055219>  
Número do documento: 20121414293819900000071055219

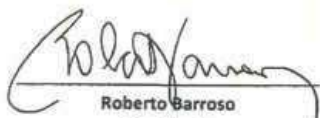
Num. 72478623 - Pág. 3

**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas.  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293819900000071055219>  
Número do documento: 20121414293819900000071055219

Num. 72478623 - Pág. 4

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 8/13	



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293819900000071055219>  
Número do documento: 20121414293819900000071055219

Num. 72478623 - Pág. 5



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP88740F233E496AFDA30E1F88	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/</a> , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293819900000071055219>  
Número do documento: 20121414293819900000071055219

Num. 72478623 - Pág. 6





4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

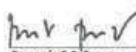
**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300264796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002859803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293819900000071055219>  
Número do documento: 20121414293819900000071055219

Num. 72478623 - Pág. 8





4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505907300000053756637>  
Número do documento: 19112714505907300000053756637

Num. 54635509 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293819900000071055219>  
Número do documento: 20121414293819900000071055219

Num. 72478623 - Pág. 9



4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293834600000071055220>  
Número do documento: 20121414293834600000071055220

Num. 72478624 - Pág. 1

convocada.



4986510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293834600000071055220>  
Número do documento: 20121414293834600000071055220

Num. 72478624 - Pág. 2





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293834600000071055220>  
Número do documento: 20121414293834600000071055220

Num. 72478624 - Pág. 3



4996512

lei ou este Estatuto não confiram a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293834600000071055220>  
Número do documento: 20121414293834600000071055220

Num. 72478624 - Pág. 4





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F. S. Bierwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2018  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293834600000071055220>  
Número do documento: 20121414293834600000071055220

Num. 72478624 - Pág. 5



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

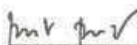
b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

#### **CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002956803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293834600000071055220>  
Número do documento: 20121414293834600000071055220

Num. 72478624 - Pág. 6



4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

#### **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

#### **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86863B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293834600000071055220>  
Número do documento: 20121414293834600000071055220

Num. 72478624 - Pág. 7



de março de 1967.



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

  
Bernardo P. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208298B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2015



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293834600000071055220>  
Número do documento: 20121414293834600000071055220

Num. 72478624 - Pág. 8

## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TORRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Reconheço por AUTÊNTICA as firmas de: **HELIO BITTON RODRIGUES** e **JOSÉ ISMAR ALVES TORRES** (X00000524453)  
Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.  
Em testemunho da verdade.

Conf. por: **Paula Cristina A. D. Gaspar**  
SERVENTIA TITULOS  
Total

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ  
**Paula Cristina A. D. Gaspar**  
3,9% Escrow  
NOTA 46062 série 09077 ME  
Aut. 2015 3ª Lei 8.986/94

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.  
EOLP-15091 H02, EOLP-56832 BRS  
<https://www3.tir.jus.br/sitepublico>



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293834600000071055220>  
Número do documento: 20121414293834600000071055220

Num. 72478624 - Pág. 9



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora LIDER DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293834600000071055220>  
Número do documento: 20121414293834600000071055220

Num. 72478624 - Pág. 10



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807



Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 27/11/2019 14:50:59  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112714505919300000053756638>  
Número do documento: 19112714505919300000053756638

Num. 54635510 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 14/12/2020 14:29:38  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121414293834600000071055220>  
Número do documento: 20121414293834600000071055220

Num. 72478624 - Pág. 11

## JUNTADA DE DOCUMENTOS





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GARANHUNS/PE**

**Processo: 00032321120208172640**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do incluso processo administrativo pertinente ao processo em comento.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

GARANHUNS, 17 de dezembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR - 21/12/2020 15:37:56  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122115375630900000071425481>  
Número do documento: 20122115375630900000071425481



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 07 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190462143

Vítima: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 27/03/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: BRUNO DE ARAUJO SENA

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 14675601

Pag. 00429/00430 - carta\_01 - INVALIDEZ







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 07 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190462143

Vítima: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 27/03/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: BRUNO DE ARAUJO SENA

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

<b>Comprovação de registro de acidente declarado</b>	Apresentar a cópia simples de documento que contenha o nome completo da vítima e confirme o acidente declarado, tais como, atendimento pelo Corpo de Bombeiros, Anjos do Asfalto ou SAMU, Inquérito Policial, Laudo de Necropsia, e/ou Boletim de Primeiro Atendimento Médico, com a indicação dos procedimentos adotados, pois o registro de ocorrência policial entregue foi efetuado apenas com base na declaração do interessado, sem a presença da autoridade policial no momento do acidente.
--	---

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag. 0011/00112 - carta\_03 - INVALIDEZ

00040056



Carta nº 14675602





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190462143

Vítima: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

Data do Acidente: 27/03/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: BRUNO DE ARAUJO SENA

Assunto: INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Senhor(a), ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, foi verificada a necessidade de realização de avaliação médica presencial para a identificação e/ou enquadramento da invalidez permanente de acordo com a tabela prevista na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do seu pedido fica interrompido e sua contagem será reiniciada após a emissão do laudo da avaliação médica.

O não comparecimento à avaliação médica agendada poderá gerar o cancelamento do pedido do Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01731/01732 - carta\_02 - INVALIDEZ

00030866



Carta nº 14728611





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 2019**

**Nº do Pedido do**

**Seguro DPVAT: 3190462143**

**Vítima: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**

**Data do Acidente: 27/03/2019**

**Cobertura: INVALIDEZ**

**Procurador: BRUNO DE ARAUJO SENA**

**Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO**

**Senhor(a), ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 4.725,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros superiores 70%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 70%) 35,00%

Valor a indenizar: 35,00% x 13.500,00 = R\$ 4.725,00

Recebedor: **ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**

Valor: **R\$ 4.725,00**

Banco: **237**

Agência: **000003212-3**

Conta: **0000054564-3**

Tipo: **CONTA CORRENTE**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3190462143 **Cidade:** Saloá **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA **Data do acidente:** 27/03/2019 **Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A

### PARECER

**Diagnóstico:** FRATURA DE ÚMERO ESQUERDO EM REGIÃO DE DIÁFISE + LESÃO DE NERVO RADIAL.

**Descrição do exame físico:** PERDA DE 75% DOS MOVIMENTOS DO 1º E 2º DEDOS DA MÃO ESQUERDA E RIGIDEZ LEVE DO COTOVELO ESQUERDO AOS MOVIMENTOS SOLICITADOS.

**Resultados terapêuticos:** REALIZADO TRATAMENTO CIRÚRGICO COM COLOCAÇÃO DE PLACAS E E PARAFUSOS METÁLICOS.  
DATA DA ALTA : 07/08/2019

**Sequelas permanentes:** DEFICIT FUNCIONAL MODERADO(50%) EM MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO

**Sequelas:** Com sequela

**Data do exame físico:** 22/08/2019

**Conduta mantida:**

**Observações:** NOTA DO REVISOR: APÓS AVALIAÇÃO DO EXAME MÉDICO PERICIAL, É MANTIDA A VALORAÇÃO DEFERIDA PELO MÉDICO EXAMINADOR, PORÉM É FEITA UMA ADEQUAÇÃO DO SEGMENTO CORPORAL ACOMETIDO, CONFORME SEQUELAS DESCRITAS NO EXAME FÍSICO

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros superiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Total			35 %	R\$ 4.725,00



**Lauda de Avaliação Médica para fins de Verificação e  
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

**Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo**

Número do Sinistro: 3190462143  
Nome do(a) Examinado(a): Alan Melo Honorio de Oliveira  
Endereço do(a) Examinado(a): Rua Serrinha da Prata, 6367  
Serrinha da Preta Saloá PE CEP: 55350-000  
Identificação – Órgão Emissor / UF / Número: [ SDS / PE ] 9972504  
Data local do acidente: [ 27/03/2019 ]  
Data local do exame: [ 22/08/2019 ] Garanhuns [ PE ]

**Resultado da Avaliação Médica**

- I. Descreva o(s) diagnóstico(s) da(s) lesão(ões) efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado:  
**FRATURA DE ÚMERO ESQUERDO EM REGIÃO DE DIÁFISE + LESÃO DE NERVO RADIAL.**
- II. Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.  
**Tratamento: REALIZADO TRATAMENTO CIRÚRGICO COM COLOCAÇÃO DE PLACAS E E PARAFUSOS METÁLICOS.**  
**Complicações: NENHUMA.**  
**Data da Alta: 07/08/2019**
- III. Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado:  
**PERDA DE 75% DOS MOVIMENTOS DO 1º E 2º DEDOS DA MÃO ESQUERDA E RIGIDEZ LEVE DO COTOVELO ESQUERDO AOS MOVIMENTOS SOLICITADOS.**
- IV. Nexa de causalidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente de trânsito e comprovadas na documentação apresentada?  
**(X) Sim** ( ) Não
- V. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)  
**(X) Sim** ( ) Não
- VI. Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente:  
**PERDA DE MOVIMENTOS DO 1º E 2º DEDOS DA MÃO ESQUERDA RIGIDEZ DE COTOVELO E.**  
Caso a resposta do item V seja "Não", concluir utilizando apenas as opções no item VII "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item VII "b"
- VII. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.
- a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (\*).
- |  |   |
|--|---|
| ( ) "Vítima em tratamento"<br><i>Esta avaliação médica deve ser repetida em dias</i> | ( ) "Sem sequela permanente"<br><i>(Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)</i> |
|--|---|
- b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.
- |   |   |
|---|---|
| Região Corporal (Sequela):<br><b>DEDO POLEGAR - Lado Esquerdo</b><br>% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve<br>( ) 50% médio <b>(X) 75% intensa</b> ( ) 100% completo | Região Corporal (Sequela):<br><b>2º DEDO DA MÃO - Lado Esquerdo</b><br>% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve<br>( ) 50% médio ( ) 75% intensa <b>(X) 100% completo</b> |
| Região Corporal (Sequela):<br><b>COTOVELO - Lado Esquerdo</b><br>% do dano: ( ) 10% residual <b>(X) 25% leve</b><br>( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo     | Região Corporal (Sequela):<br><br>% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve<br>( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100% completo   |
- VIII. (\*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.  
**Realizou 30 sessões de fisioterapia.**

Assinatura d(a)o Médico(a) Examinador(a)  
Carimbo com Nome e CRM

Dr. Cleudo Miranda  
Médico  
CRM-PE 19091







## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura:

☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES)

☒ INVALIDEZ PERMANENTE

☐ MORTE

Nº do sinistro ou ASI:

CPF da vítima:

Nome completo da vítima:

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO - CIRCULAR SUSEP Nº 443/2012

Nome completo:

Profissão:

Bairro:

E-mail:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Número:

Complemento:

CEP:

Tel.(DDD):

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENDA MENSAL:

☒ RECUSO INFORMAR

☐ ATÉ R\$1.000,00

☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00

☐ SEM RENDA

☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00

☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00

☐ ACIMA DE R\$10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: BRADESCO

AGÊNCIA:

CONTA:

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DE IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que: (assinalar uma das opções):

☒ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o arquivamento de análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em não submeter à avaliação médica as custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes da acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discordo da sua conclusão.

DECLARAÇÃO DE ÚNICO BENEFICIÁRIO - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (ou CIVIL) ☐ Divorçado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima:

Grau de Parentesco com a vítima: Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos: ☐ Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devido, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarão esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Interação digital da vítima ou beneficiário

Local e Data: SALVA / PE, 27/06/2019  
Nome: ALAN MELLO HONÓRIO DE OLIVEIRA  
CPF: 115885914-76

(\*) Assinatura de quem assina A ROGO

ALAN MELLO HONÓRIO DE OLIVEIRA  
Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

TESTEMUNHAS

1º Nome:

CPF:

Assinatura

2º Nome:

CPF:

Assinatura

(\*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU ROGO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura. NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.

V001/2018



539033  
0264842 119

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 145ª CIRCUNSCRIÇÃO - SALOÁ - DP145ºCIRC DINTER1/16ºDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 19E0235000227

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **03/07/2019** às **11:27**

ACIDENTE DE TRÁNSITO COM VITIMA NÃO FATAL - Culposa (Consumado) que aconteceu no dia 27/3/2019 no período da

## Website

Fato ocorrido no endereço: **MUNICIPIO DE SALOA, 01, ESTRADA QUE DA ACESSO AO POVOADO SERRINHA DA PRATA -**  
 Bairro: **CENTRO - SALOA/PERNAMBUCO/BRASIL**  
 Local do Fato: **VIA PUBLICA**

**Pessoas envolvidas(s) na ocorrência:**

REP. DESENHO: HONORIO DE OLIVEIRA (CÓPIA)  
ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA (VITIMA)

**Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:**

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA** (presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Mãe: **MARIA DO SOCORRO DE MELO HONORIO** Pai: **PAULO HONORIO DE OLIVEIRA** Data do Nascimento: **13/12/1984** Nascimento: **SUMARE / SAO PAULO / BRASIL**  
Endereço Residencial: **POVOADO SERRINHA DA PRATA, 6367 - CEP: 0 - Bairro: ZONA RURAL - SALOAPERNAMBUCO/BRASIL**

[illegible]

NÃO SE APLICA - Ramo de Atividade: **NÃO INFORMADO**

Nome do Representante: - Cargo do Representante: - Pessoa de Contato no estabelecimento comercial: - Telefone de Contato: -

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

**MOTOCICLETA (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **HERMESSEN HONORIO DE OLIVEIRA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**

Categoria: **Marca/Modelo:** MOTOCICLETA/HONDA/CM 150 FAN MIX ESDI Objeto apreendido: **NÃO**  
 Cor: **VERMELHA** - Quantidade: **1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

ANO FABRICAÇÃO/Modelo: 2014/2015

Complemento / Observação

CONFORME INFORMOU O DECLARANTE, NO DIA 27/03/2019, POR VOLTA DAS 20H, QUANDO SE DESLOCAVA DA CASA DE SUA NOIVA, NO CANTO LADOA NOVA, PARA SE ENCONTRAR NO POVOADO DA SERRINHA DA PRATA, PERDEU O CONTROLE DE SEUS VEÍCULO AO ENTRAR EM UM BURACO, VIMOS A CRIE, ALTEZA QUE FICOU CONSCIENTE E QUE SENTIA MUITAS DORES, PRINCIPALMENTE NO BRACO ESQUERDO; QUE, POPULARES JÁM PASSANDO E, AO VERLO CAÍDO NO CHÃO, PERAM SOCORRO; QUE, O MESMO FOI SOCORRIDO PELA AMBULÂNCIA DO POVOADO DA SERRINHA DA PRATA PARA O HOSPITAL LOCAL, PORÉM, DEVIDO A GRAVIDADE DO FERIMENTO, FOI LEVADO AO HOSPITAL REGIONAL DOM MOURA, SENDO ENCAMINHADO POSTERIORMENTE AO HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE EM CARUARU, ONDE PRECISOU PASSAR POR CIRURGIA.

Assinatura da(o) pessoa(s) presente nesta unidade policial

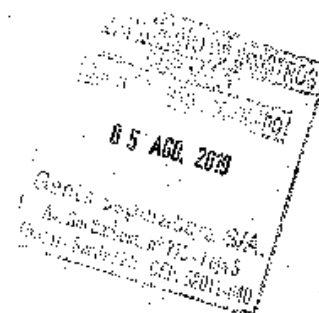


03/07/2018 **ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA** Boletim de Ocorrência  
**ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**  
 (VITIMA)

ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA  
(VITIMA)

(VITIMA)

~~CONFIDENTIAL~~





## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura:

☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES)

☒ INVALIDEZ PERMANENTE

☐ MORTE

Nº do sinistro ou ASI:

CPF da vítima:

Nome completo da vítima:

115885914-76

Alan Melo Honório de Oliveira

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO - CIRCULAR SUSEP Nº 443/2012

Nome completo:

ALAN

MELO HONÓRIO DE OLIVEIRA

CPF:

115885914-76

Profissão:

AGRICULTOR

Endereço:

RUA SEMINHA DA PRATA

Número:

6367

Complemento:

Bairro:

SEMINHA DA PRATA

Cidade:

SAO PAULO

Estado:

SP

CEP:

05550-000

E-mail:

Tel.(DDD):

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENDA MENSAL:

☒ RECUSO INFORMAR

☐ ATÉ R\$1.000,00

☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00

☐ SEM RENDA

☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00

☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00

☐ ACIMA DE R\$10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☐ CONTA POUANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: BRADESCO

AGÊNCIA:

0000

CONTA:

0000

AGÊNCIA:

03202

CONTA:

54564

3

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DE IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☒ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o processamento de análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes da acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discordo da sua conclusão.

DECLARAÇÃO DE ÚNICO BENEFICIÁRIO - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (ou CIVIL) ☐ Divorçado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima:

Grav de Parentesco com a vítima: Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos: Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devido, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarão esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Intestação digital da vítima ou beneficiário

Local e Data, SAO PAULO, 27/06/2019

Nome: ALAN MELO HONÓRIO DE OLIVEIRA

CPF: 115885914-76

(\*) Assinatura de quem assina A ROGO

ALAN MELO HONÓRIO DE OLIVEIRA

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

TESTEMUNHAS

1º Nome:

CPF:

Assinatura

2º Nome:

CPF:

Assinatura

(\*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU ROGO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar plena ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura. NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.

V001/2018







SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
HOSPITAL REGIONAL DOM MOURA - GARANHUNS/PE  
SETOR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

### CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

### FICHA DE ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM

DEPARTAMENTO DE REGISTROS

DPVAT

CEIJO NÃO VERIFICADO

16 AGO. 2019

Gente Seguradora S/A.

Av. Rui Barbosa, nº 715 - Loja 5

Graciosa - Recife - PE - CEP: 52011-040

CLASSIFICAÇÃO: VERMELHO AMARELO VERDE AZUL

Nome: Antonio YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR Idade: 24

Situação Clínica: Ulcera de pressão de nível Apertado Janela de uso

Posterior?

(Gente - 505024)

#### PROCEDÊNCIA

RESIDÊNCIA VIA PÚBLICA TRABALHO UNIDADE DE SAÚDE:

Doenças Preexistentes:

Medicações em uso:

INTOLERÂNCIA/ALERGIAS

#### PARÂMETROS

PA: 140x70 P: 70 R: 12 T: 36 SpO2: 98 HGT: 1,70 Peso: 65

#### RÉGUA DE DOR

LEVE MODERADA GRAVE

ACIDENTE DE TRABALHO ☐ SIM ☐ NÃO

Consciente Orientado Desorientado Ansioso Certo  
Agitado Torporoso Comatoso Não atende voz de comando

Ritmo Sinusal Palpitações Taquicardia Bradicardia  
Dispneia aos esforços Dispneia de repouso Dispneia de noturna Cianose  
Palidez Sudorese

#### DOR TORÁXICA

INTENSA MODERADA LEVE

Duração da dor:

Localização:

#### IRRADIAÇÃO DA DOR

Braco E Braco D Escápula Mandíbula Dorsal posterior Anterior

#### DOR PRESENTE

EM REPOUSO AOS ESFORÇOS QUANDO RESPIRA

Fluxograma: At. D. Torácica

Data: 22/03/19



HOSPITAL REGIONAL DOM MOURA  
RUA DO COMÉRCIO, 100 - JARDIM SÃO CARLOS, GARANHUNS - PE  
FONE: (81) 3191-1100 / 3191-1101 / 3191-1102

### FICHA DE ATENDIMENTO

Número do Registro: 881703 Data e Hora do Atendimento: 27/03/2019 às 22:45:23 Procedimento Local: Pronto-Socorro Integrado Local de Entrada: EMERGÊNCIA ORTOPÉDICA

Informações prestada pelo paciente ou acompanhante:

Paciente: 025388306 - ALAN MELO HONÓRIO DE OLIVEIRA

CNS: 160717562700004

Nascimento: 13/12/1994

Idade: 24 anos

Sexo: Masculino

Cor:

Estado Civil: Solteiro(a)

Profissão: ESTUDANTE

Naturalidade: SUMARE - SP Nacionalidade: Brasileiro

Documento:

Filiação:

RG: 5972504

Pai:

Mãe: MARIA DO SOCORRO DE MELO HONÓRIO

Endereço (Av., Rua, etc): SÍTIO SERRA DAPRATA, Nº

Complemento:

Bairro: ZONA RURAL

Cidade: Saloá

UF: PE

Telefone: (81) 8125-2535

Acompanhante:

Ocorrência:

Acidente de trabalho: Sim ☐ Não ☐

Procedência: Saloá

Modo de Transporte:

Atendimento Médico:

Data: / /

Hora:

Médico:

CRM:

Caixa Principal:

HDA:

*Dono de empresa misturada no  
Lousas E*



#### História do Trauma:

Perda da Consciência: Sim ☐ Não ☐ Episódio Emético: Sim ☐ Não ☐ 14 AGO 2019 Acidente de Trabalho: Sim ☐ Não ☐

Acidente de Trânsito: Sim ☐ Não ☐ Tipo:

Colisão: Sim ☐ Não ☐ Tipo:

Atropelamento: Sim ☐ Não ☐ Local do Impacto:

Vítima de Ferimento: Sim ☐ Não ☐ Tipo:

Sofreu Queda: Sim ☐ Não ☐ Altura: m

Queimadura: Sim ☐ Não ☐ Por:

Transporte realizado por:

Condições de imobilização adequada: Sim ☐ Não ☐

Por que:

#### Exame físico:

A: Geral

Via aérea está patula: Sim ☐ Não ☐

O paciente fala: Sim ☐ Não ☐

Temp.: °C

B: Respiratório

C: Circulatório

PA:

x

mm Hg

Pulso:

D: Exame Neurológico

Deficiência motora: MSD ☐ MSE ☐ MID ☐ MIE ☐

Pupilas: Isocóncas ☐ Anisocóncas ☐

Glasgow: Abertura Ocular

Escore:

Hora:

Glasgow: Resposta Verbal

Escore:

Hora:

Glasgow: Resposta Motora

Escore:

Hora:



BRADESCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237      AGÊNCIA: 2373-6      CONTA: 000000429200-6

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 28/08/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 4.725,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

BANCO: 237

AGÊNCIA: 03212-3

CONTA: 000000054564-3

---

---

Nr. Autenticação

BRADESCO2808201905000000000023703212000000054564472500 PAGO





CELPE

Companhia Energética de Pernambuco  
Av. João de Barros, 111, Pça. Vitorino, Recife, PE CEP 50051-000  
CNPJ 10.415.832/01-03 | Ins. Est. 02.584.43-00 | www.celpe.com.br

1905 DO CLIENTE  
JOSE ALVES DE OLIVEIRA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
RUA SERRINHA PRATA 636

RF 570 150.534-00

SALVADORINHA PRATA  
SALVADOR  
56.50-003

ABRIL 2019  
RESIDENCIAL

19052019 04/2019

19052019 04/2019

19052019 24/05/2019

19052019 24/05/2019

19052019 24/05/2019

Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94

Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94

TOTAL DA FATURA

TIPO DA	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	VALOR	CONSUMO	CONSUMO
ANTERIOR	12-03-2018	12 374,00	24-04-2018	12 449,00	75,00	75,00	75,00

TIPO DA	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	VALOR	CONSUMO	CONSUMO
ANTERIOR	12-03-2018	12 374,00	24-04-2018	12 449,00	75,00	75,00	75,00

Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94

Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94

Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94

Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94

Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94

Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94

05 AGO, 2019  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94  
Consumo (kWh) 47,03 2000 0,7722662 28,94



## DESTAQUE ADI

Pagamento através de Débito Automático em Conta Corrente.  
Banco 001-9 Agência 8634

**O Débito Automático em Conta Corrente é confortável, muito seguro e você pode suspender o débito até três dias úteis antes do vencimento. Para maiores informações ligue 116**

into.celpe.com.br/NDP\_DOSRUDES\_D-home-neologw-sap.com/serviat/loah.neopenergia.com RFCConversionServlet?radifsh=next

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 21/12/2020 15:37:56

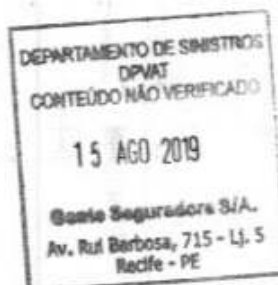
<https://pje.tipe.jus.br:443/1q/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122115375641600000071425483>

Número do documento: 20122115375641600000071425483

Num. 72859119 - Pág. 16







Scanned by CamScanner



**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE PERNAMBUCO  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

**INSCRIÇÃO**  
28063

**NOME**  
BRUNO DE ARAUJO SENA

**FILIAÇÃO**  
ERALDO MORAES DE SENA  
MARILEIDE DE ARAUJO SENA

**NATURALIDADE**  
OLINDA-PE

**RG**  
10980448 - SDS/PE

**DATA DE NASCIMENTO**  
30/11/1985

**CPF**  
060.473.174-48

**DATA DE EMISSÃO**  
02 05/06/2019

**VALIDADE**  
NÃO

**ASSINATURA**  


**BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA**  
PRESIDENTE

DEPARTAMENTO DE SISA  
DPMAT  
CONTENDO NÃO VERIFICAR  
15 AGO 2019  
Sociedade Seguradora S.A.  
Av. Rui Barbosa, 715 - Lj. 5  
Recife - PE

Scanned by CamScanner

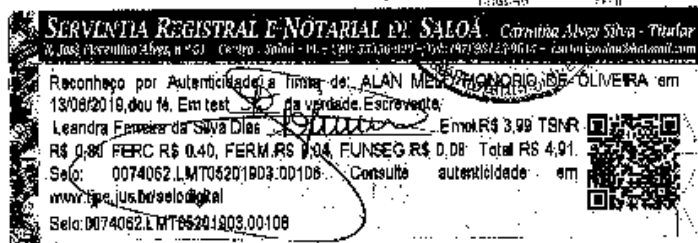
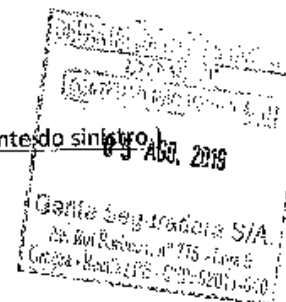
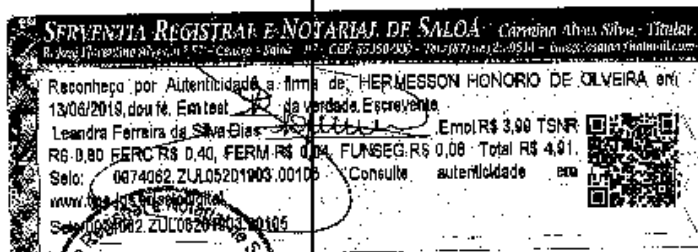


## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Hermesson Honorio de Oliveira  
RG nº 99.146.810-4, data de expedição 01/10/2019  
Órgão SSP, portador do CPF nº 489.034.908-03, com  
domicílio na cidade de Salão, no Estado de  
Pernambuco, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)  
Pastoreio semântico na Pata, nº \_\_\_\_\_,  
complemento EU, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo  
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a  
vítima ALAN MELO MONTEIRO DE OLIVEIRA, cujo o condutor era  
ALAN MELO MONTEIRO DE OLIVEIRA  
Veículo: PAT Motoqueiro  
Modelo: HONDA/CO150 FAN ESDI  
Ano: 2019/2015  
Placa: 0Y24640  
Chassi: 9CARC1680FR508455  
Data do Acidente: 24/03/2019  
Local e Data: BR061/2019 SALÃO

Hermesson Honorio de Oliveira  
Assinatura do Declarante

ALAN MELO MONTEIRO DE OLIVEIRA  
Assinatura do Condutor ( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro )





HOSPITAL REGIONAL DOM MOURA  
Sílvio Gomes, Heliópolis, Garanhuns - PE  
CEP: 55296-250, Fone: (87) 3761-8100 | (87) 3761-8101

### FICHA DE ATENDIMENTO

Número do Registro	Data e Hora de Atendimento	Procedimento Local: Prontuário Integrado	Local de Entrada
51703	27/03/2019 às 22:45:25		EMERGÊNCIA ORTOP

Formações prestada pelo paciente ou acompanhante:

Paciente: 025386306 - ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

NS: 160717562790004 Nascimento: 13/12/1994 Idade: 24 anos Sexo: Masculino Cor:

Estado Civil: Solteiro(a) Profissão: ESTUDANTE Naturalidade: SUMARE - SP Nacionalidade: Brasileiro

Documento: RG - 9972504 Filiação: Pai: Mãe: MARIA DO SOCORRO DE MELO HONORIO

Endereço (Av., Rua, etc): SÍTIO SERRA D'APRATA, Nº Complemento:

Bairro: ZONA RURAL Cidade: Saloá UF: PE Telefone: (87) 8129-2536

acompanhante: Acidente de trabalho: Sim ☐ Não ☐

correria: Meio de Transporte:

Procedência: Saloá

Atendimento Médico: Data: / / Hora: Médico: CRM: /

Doença Principal:

IDA:

#### História de Trauma:

Perda da Consciência: Sim ☐ Não ☐ Episódio Emético: Sim ☐ Não ☐ Acidente de Trabalho: Sim ☐

Acidente de Trânsito: Sim ☐ Não ☐ Tipo:

Colisão: Sim ☐ Não ☐ Tipo: Motorista ☐ Passageiro ☐

Atropelamento: Sim ☐ Não ☐ Local do Impacto:

Última de Ferimento: Sim ☐ Não ☐ Tipo: Sofreu Queda: Sim ☐ Não ☐ Altura:

Queimadura: Sim ☐ Não ☐ Por: Transporte: Realizado: ☐ Não ☐

Condições de imobilização adequada: Sim ☐ Não ☐ Por que:

#### Exame físico:

A: Geral Via aérea está pervia: Sim ☐ Não ☐ O paciente fala: Sim ☐ Não ☐ Temp.:

#### B: Respiratório

C: Circulatório PA: x mm.Hg Pulso: bpm

D: Exame Neurológico Deficiência motora: MSD ☐ MSE ☐ MID ☐ MIE ☐ Pupilas: Isocóricas ☐ Anisocóricas ☐

Glasgow: Abertura Ocular: Escala: Glasgow: Resposta Verbal: Escala: Glasgow: Resposta Motora: Escala:



E: Abdômen

Diagnóstico Inicial:

Exames Solicitados:

Resultado dos Exames:

Tratamento/Procedimento:

Cód. Procedim:

Ass. Médico + Ca

Indicação Cirúrgica: Sim ☐ Não ☐ Motivo:

Ass. Enfermeira + I

Diagnóstico Definitivo:

Diagnóstico de Caso:

Internamento ☐ Cirurgia ☐ Óbito ☐ Termo de Alta a pedido ☐ Evadiu-se ☐

Condição da Alta:

☐ Curado ☐ Melhorado

☐ Inalterado ☐ Pior

☐ Óbito

Transferido para:

Internado na Clínica:

Autorização para Alta / Internamento / Transferência:

Médico:

CRM:

Data: / /

Hora:

Termo de Responsabilidade para Internamento

Estou ciente das normas existentes neste Hospital, as quais aceito integralmente e autorizo a realização de tratamentos clínicos e /ou cirúrgicos, inclusive transfusões, exames complementares e transporte se forem necessários.

Data: / /

Nome Completo Legível:

Nº da Identidade:

Assinatura:

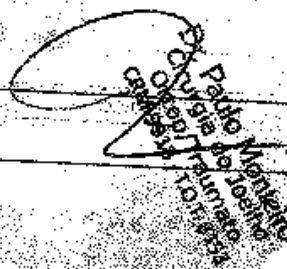
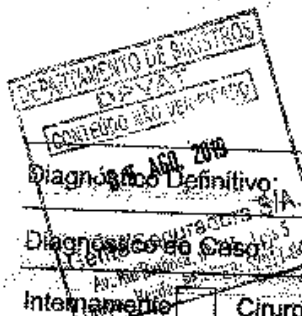
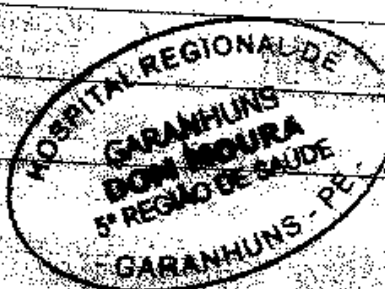
Responsabilizo-me pela imediata retirada do paciente deste nosocômio, bem como tenho absoluto conhecimento das consequências que deste ato possam advir.

Data: / /

Nome Completo Legível:

Nº da Identidade:

Assinatura:





**CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

**FICHA DE ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM**

CLASSIFICAÇÃO:	VERMELHO	AMARELO	VERDE	AZUL
Nome:	Idade: 25			
Situação/Queixa:				

PROCEDÊNCIA			
RESIDÊNCIA	VIA PÚBLICA	TRABALHO	UNIDADE DE SAÚDE:
Doenças Preexistentes:			
Medicações em uso:			
INTOLERÂNCIA/ALERGIAS			

PARÂMETROS			
PA:	P:	R:	T:
SpO2:	HGT:	Peso:	Glasgow:

RÉGUA DE DOR	
LEVE	GRAVE
MODERADA	

ACIDENTE DE TRABALHO ☐ SIM ☐ NÃO

Consciente	Orientado	Desorientado	Ansioso	Calmado
Agitado	Torporoso	Comatoso	Não atende voz de comando	
Ritmo Sinusal	Palpitações	Bradicardia		
Dispneias aos esforços	Dispneia de repouso	Dispneia de noturna	Tosse	
Palidez	Sudorese			

DOR TORÁXICA	
INTENSA	MODERADA

Duração da dor:

Localização:

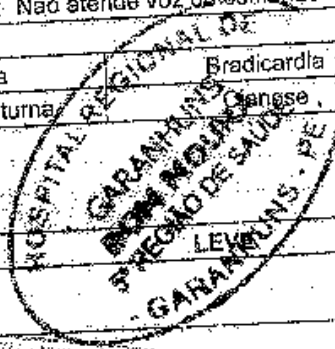
IRRADIAÇÃO DA DOR				
Braço E	Braço D	Escápula	Mandíbula	Abdôme

DOR PRESENTE	
EM REPOUSO	QUANDO RESPIRA
AOS ESFORÇOS	

Fluxograma:

Data:

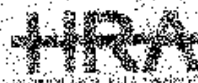
Assinatura/Carimbo



[illegible][illegible]



HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE  
EMERGÊNCIA



1. IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Atendimento: 497342      Prontuário: 335221

Nome: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA  
Data Nasc.: 13/12/1994      Idade: 24      Sexo: MASCULINO      Cor: PARDA      Religião:  
CPF:      RG: 9972504      CNS: 160717562790004  
Endereço: SÍTIO SERRINHA DA PRATA      Nº: 0  
Bairro: ZONA RURAL      Cidade: SALOA      Estado: PE  
CEP: 55353971      Fone: 981762076      Profissão: AGRICULTOR  
Nome da Mãe: MARIA DO SOCORRO DE MELO HONORIO  
Acompanhante:  
Motivo de Atendimento: QUEDA DE MOTO  
Clínica: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

2. ATENDIMENTO      Data: 01/04/2019 12:13      Médico: MEDICO PLANTONISTA

Queixa Principal / HDA:  
Paciente com trauma distal do  
membro superior direito + lesão do N. radial.  
Em atendimento no HDU de emergência.

Exame Físico:      PA:      FC:      FR:  
Paciente com ferida perfurante no  
membro superior direito, com sangramento.

Diag. Provisório:  
Trauma do membro superior direito / lesão do N. radial.  
  
U: Imunização p/   
PTO: URGENTE

Prescrição:	Dieta:	Horário
Data	<div>Dr. Mauricio Ortopedia / Traumatologia CRM PE 16.693 1607 74.55</div> <div>05 AGO 2019</div>	




Nº 7.575.62.99.0004

2 - 08

Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco  
Fundação de Saúde Amaury de Medeiros - FUSAM  
**LAUDO PARA TRANSPORTE DE PACIENTE**

SENHA: 5653023

Unidade de Saúde	H. R. DM	Município	CCS	Região de Saúde	V
Nome do Paciente	ALAN ALAN HONORIO DE OLIVEIRA				
Quadro Clínico	DOR + IMPOTÊNCIA FUNCIONAL PIVADO 5 SINTOMAS CLÍNICOS DE LESÃO DO N. RADIAL E				
Diagnóstico	LESÃO DA FIBRA DO ÚLNERO E + LESÃO DO N. RADIAL				
Destino	HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE	Município	CAJARI	H. de Saída	H. de Chegada
Motivo (Registro detalhado)	DOR + IMPOTÊNCIA + NEUROPATIA				
Assinatura do Responsável	 Dr. Saulo Almeida Especialista em Traumatologia CRM-PE 154.155		Nº do C.R.M.	57-58	Data
Destino		Município		H. de Saída	H. de Chegada
Motivo (Registro detalhado)					
Assinatura do Responsável			Nº do C.R.M.		Data
Destino		Município		H. de Saída	H. de Chegada
Motivo (Registro detalhado)					
Assinatura do Responsável			Nº do C.R.M.		Data
Destino		Município		H. de Saída	H. de Chegada
Motivo (Registro detalhado)					
Assinatura do Responsável			Nº do C.R.M.		Data
Unidade prestadora do atendimento			Município	H. de Saída	H. de Chegada
Especificação do Atendimento Prestado					
Assinatura do Responsável			Nº do C.R.M.		Data



## SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

## RELATÓRIO OPERATÓRIO

Unidade de saúde:	HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE		
Paciente:	ALAN MEO HONORIO DE OLIVEIRA	Nº Registro:	
Clinica:	ORTOPEDIA	Nº do leito:	
Operador:	DR. MARCELO CAPELA		
1ª Assistente:	DR. CLETON DOS ANJOS R3	2ª Assistente:	DR. MARCOS GONCALVES R3
Instrumentador:		Anestesista:	
Anestesia:	BLOQUEIO DE PLEXO	Duração:	
Data da Operação:	16/04/2019	Início:	Término:
Diagnóstico Pré-operatório:	FRATURA DIAFISARIA DE UMERO + LESAO DE PLEXO BRAQUIAL		
Diagnóstico Pós-operatório:	O MESMO		
Operação Proposta:	OSTEOSSINTESE DE FRATURA DIAFISARIA DE UMERO		
Operação Realizada:	A MESMA		
<b>DESCRIÇÃO DO ATO OPERATÓRIO</b>			
<ol style="list-style-type: none"><li>1. PACIENTE EM DECUBITO DORSAL HORIZONTAL SOB ANESTESIA</li><li>2. ASSEPSIA + ANTISSEPÇÃO + ALOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS</li><li>3. INSISÃO ANTEROLATERAL + DISSECAÇÃO POR PLANOS + HEMOSTASIA</li><li>4. VISUALIZADO FOCO FRATURÁRIO + REALIZADO CALOSTOMIA + REDUÇÃO DA FRATURA</li><li>5. FIXAÇÃO COM PLACA DCP 4,5 MM LARGA DE 7 FURROS + 6 PARAFUSOS CORTICAIS (3 DISTAIS E 3 PROXIMAIS)</li><li>6. LAVAGEM EXAUSTIVA COM SF0,9%</li><li>7. REVISÃO DA HEMOSTASIA</li><li>8. SUTURA POR PLANOS</li><li>9. CURATIVO</li><li>10. ENCAMINHADO PACIENTE A SRPA.</li></ol>			

Dr. Marcos Gonçalves  
Médico Assistente  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PB 000000

16.04.2019







N 218367

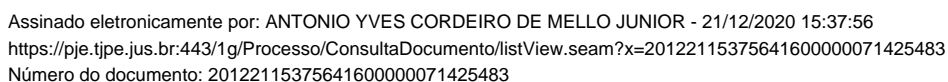
440

95 AUG 20 1964

OBS: Paciente com forte prurido de m. e g. e com  
medicações e almon.

AGENTES	CONC.	QUANTIDADE	TECNICA/ANESTESIA
1. 100% O <sub>2</sub>	100%	1 litro	1. 100% O <sub>2</sub>
2. 100% N <sub>2</sub> O	100%	1 litro	2. 100% N <sub>2</sub> O
3. 100% CO <sub>2</sub>	100%	1 litro	3. 100% CO <sub>2</sub>
4. 100% H <sub>2</sub> O	100%	1 litro	4. 100% H <sub>2</sub> O
5. 100% Ar	100%	1 litro	5. 100% Ar
6. 100% He	100%	1 litro	6. 100% He
7. 100% Ne	100%	1 litro	7. 100% Ne
8. 100% Kr	100%	1 litro	8. 100% Kr
9. 100% Xe	100%	1 litro	9. 100% Xe
10. 100% Rn	100%	1 litro	10. 100% Rn
11. 100% H <sub>2</sub>	100%	1 litro	11. 100% H <sub>2</sub>
12. 100% CH <sub>4</sub>	100%	1 litro	12. 100% CH <sub>4</sub>
13. 100% C <sub>2</sub> H <sub>6</sub>	100%	1 litro	13. 100% C <sub>2</sub> H <sub>6</sub>
14. 100% C <sub>3</sub> H <sub>8</sub>	100%	1 litro	14. 100% C <sub>3</sub> H <sub>8</sub>
15. 100% C <sub>4</sub> H <sub>10</sub>	100%	1 litro	15. 100% C <sub>4</sub> H <sub>10</sub>
16. 100% C <sub>5</sub> H <sub>12</sub>	100%	1 litro	16. 100% C <sub>5</sub> H <sub>12</sub>
17. 100% C <sub>6</sub> H <sub>14</sub>	100%	1 litro	17. 100% C <sub>6</sub> H <sub>14</sub>
18. 100% C <sub>7</sub> H <sub>16</sub>	100%	1 litro	18. 100% C <sub>7</sub> H <sub>16</sub>
19. 100% C <sub>8</sub> H <sub>18</sub>	100%	1 litro	19. 100% C <sub>8</sub> H <sub>18</sub>
20. 100% C <sub>9</sub> H <sub>20</sub>	100%	1 litro	20. 100% C <sub>9</sub> H <sub>20</sub>
21. 100% C <sub>10</sub> H <sub>22</sub>	100%	1 litro	21. 100% C <sub>10</sub> H <sub>22</sub>
22. 100% C <sub>11</sub> H <sub>24</sub>	100%	1 litro	22. 100% C <sub>11</sub> H <sub>24</sub>
23. 100% C <sub>12</sub> H <sub>26</sub>	100%	1 litro	23. 100% C <sub>12</sub> H <sub>26</sub>
24. 100% C <sub>13</sub> H <sub>28</sub>	100%	1 litro	24. 100% C <sub>13</sub> H <sub>28</sub>
25. 100% C <sub>14</sub> H <sub>30</sub>	100%	1 litro	25. 100% C <sub>14</sub> H <sub>30</sub>
26. 100% C <sub>15</sub> H <sub>32</sub>	100%	1 litro	26. 100% C <sub>15</sub> H <sub>32</sub>
27. 100% C <sub>16</sub> H <sub>34</sub>	100%	1 litro	27. 100% C <sub>16</sub> H <sub>34</sub>
28. 100% C <sub>17</sub> H <sub>36</sub>	100%	1 litro	28. 100% C <sub>17</sub> H <sub>36</sub>
29. 100% C <sub>18</sub> H <sub>38</sub>	100%	1 litro	29. 100% C <sub>18</sub> H <sub>38</sub>
30. 100% C <sub>19</sub> H <sub>40</sub>	100%	1 litro	30. 100% C <sub>19</sub> H <sub>40</sub>
31. 100% C <sub>20</sub> H <sub>42</sub>	100%	1 litro	31. 100% C <sub>20</sub> H <sub>42</sub>
32. 100% C <sub>21</sub> H <sub>44</sub>	100%	1 litro	32. 100% C <sub>21</sub> H <sub>44</sub>
33. 100% C <sub>22</sub> H <sub>46</sub>	100%	1 litro	33. 100% C <sub>22</sub> H <sub>46</sub>
34. 100% C <sub>23</sub> H <sub>48</sub>	100%	1 litro	34. 100% C <sub>23</sub> H <sub>48</sub>
35. 100% C <sub>24</sub> H <sub>50</sub>	100%	1 litro	35. 100% C <sub>24</sub> H <sub>50</sub>
36. 100% C <sub>25</sub> H <sub>52</sub>	100%	1 litro	36. 100% C <sub>25</sub> H <sub>52</sub>
37. 100% C <sub>26</sub> H <sub>54</sub>	100%	1 litro	37. 100% C <sub>26</sub> H <sub>54</sub>
38. 100% C <sub>27</sub> H <sub>56</sub>	100%	1 litro	38. 100% C <sub>27</sub> H <sub>56</sub>
39. 100% C <sub>28</sub> H <sub>58</sub>	100%	1 litro	39. 100% C <sub>28</sub> H <sub>58</sub>
40. 100% C <sub>29</sub> H <sub>60</sub>	100%	1 litro	40. 100% C <sub>29</sub> H <sub>60</sub>
41. 100% C <sub>30</sub> H <sub>62</sub>	100%	1 litro	41. 100% C <sub>30</sub> H <sub>62</sub>
42. 100% C <sub>31</sub> H <sub>64</sub>	100%	1 litro	42. 100% C <sub>31</sub> H <sub>64</sub>
43. 100% C <sub>32</sub> H <sub>66</sub>	100%	1 litro	43. 100% C <sub>32</sub> H <sub>66</sub>
44. 100% C <sub>33</sub> H <sub>68</sub>	100%	1 litro	44. 100% C <sub>33</sub> H <sub>68</sub>
45. 100% C <sub>34</sub> H <sub>70</sub>	100%	1 litro	45. 100% C <sub>34</sub> H <sub>70</sub>
46. 100% C <sub>35</sub> H <sub>72</sub>	100%	1 litro	46. 100% C <sub>35</sub> H <sub>72</sub>
47. 100% C <sub>36</sub> H <sub>74</sub>	100%	1 litro	47. 100% C <sub>36</sub> H <sub>74</sub>
48. 100% C <sub>37</sub> H <sub>76</sub>	100%	1 litro	48. 100% C <sub>37</sub> H <sub>76</sub>
49. 100% C <sub>38</sub> H <sub>78</sub>	100%	1 litro	49. 100% C <sub>38</sub> H <sub>78</sub>
50. 100% C <sub>39</sub> H <sub>80</sub>	100%	1 litro	50. 100% C <sub>39</sub> H <sub>80</sub>
51. 100% C <sub>40</sub> H <sub>82</sub>	100%	1 litro	51. 100% C <sub>40</sub> H <sub>82</sub>
52. 100% C <sub>41</sub>			

Handwritten: *Handwritten text, possibly a signature or name, partially obscured by a stamp.*



Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco - SES/ SUS/ PE  
HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

### RECEITUÁRIO

Unidade: Alagado Amarelo  
Nome: de Sousa  
Registro Nº:   
Clínica:  Enfermaria:

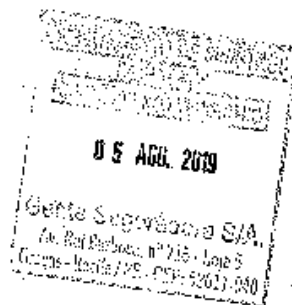
paciente vítima  
de acidente de  
moto em 27/3/2019  
(sic). Lesões pleco-  
braquiais a E +  
frat. diag. v. n. e.  
ver exames  
complementares,  
resumo de Alta e  
clínica. Exame  
pl. fr. p. n. e., ENMG,  
SI. Nel. pl. p. n. e.  
de hematoma e outros  
Data: 29/5/2019

Médico CRM

O primeiro Cigarro é uma passagem para o vício  
Elfelds Monteiro de Souza

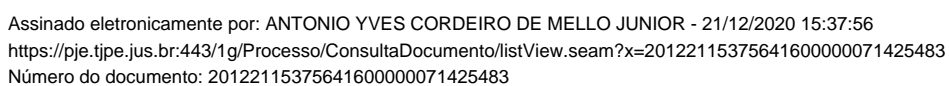
29/5/2019  
Lugar

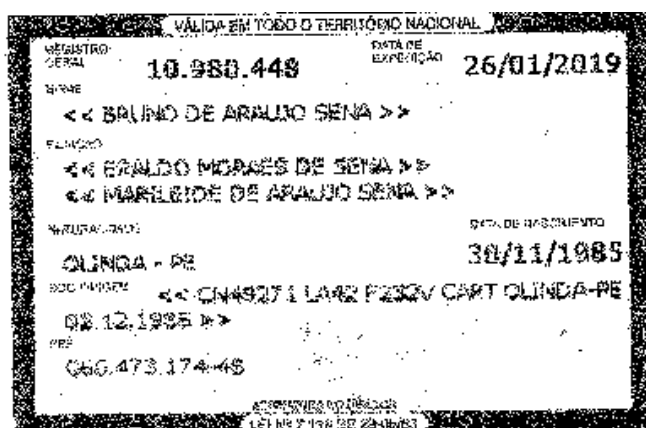
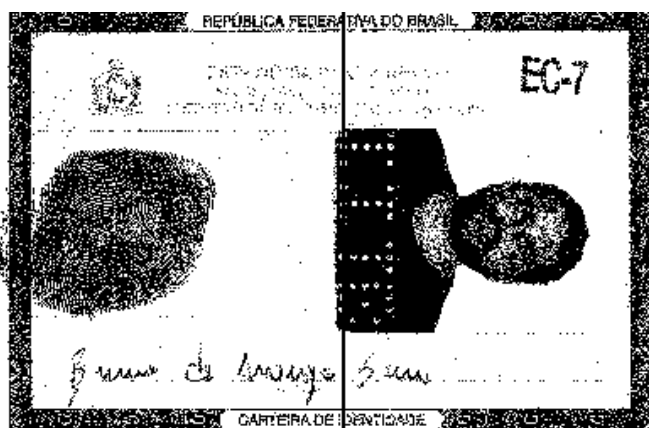
Dr. Nilton Pereira de Barros  
Ortopedia  
CRM: 10660  
2º Concurso





05 AGO. 2018





05 AGO. 2019

Carteira de Identidade nº 10.980.448  
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR  
Data: 21/12/2020 15:37:56





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PE  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 014667275223

VEICULO: 014667275223

PLACA: 014667275223

MODELO: 014667275223

ANEXO: 014667275223

DATA: 014667275223

VALOR: 014667275223

DATA: 014667275223

VALOR: 014667275223

DATA: 014667275223

VALOR: 014667275223

DATA: 014667275223

VALOR: 014667275223

DATA: 014667275223

VALOR: 014667275223

DATA: 014667275223

VALOR: 014667275223

DATA: 014667275223

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS-PERSONAIS CAUSADOS POR VEICULO  
ANEXO: 014667275223

PE Nº 014667275223 BILHETE DE SEGURO DPVAT

HERMES JON SOBRINHO DE OLIVEIRA

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

WWW.SEGURADORAIDER.COM.BR  
SAC DPVAT 0800-022-1204

EXERCÍCIO: 2019  
PLACA: 014667275223  
MODELO: 014667275223  
ANEXO: 014667275223  
DATA: 014667275223  
VALOR: 014667275223

PRÊMIO TARIFÁRIO

PRÊMIO: 014667275223  
DATA: 014667275223  
VALOR: 014667275223

SEGURADORA LIDER - DPVAT

CNPJ: 03.048.408/0001-04

05 AGO, 2019

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS-PERSONAIS CAUSADOS POR VEICULO  
ANEXO: 014667275223



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0264842/19

**Vítima:** ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

**CPF:** 115.885.914-76

**Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A

**CPF de:** Próprio

**Data do acidente:** 27/03/2019

**Titular do CPF:** ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de registro de acidente declarado  
Declaração de Inexistência de IML  
Declaração do Proprietário do Veículo  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
DUT  
Outros

#### BRUNO DE ARAUJO SENA : 060.473.174-48

Comprovante de residência  
Declaração Circular SUSEP 445/12  
Documentos de identificação  
Procuração

#### ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA : 115.885.914-76

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 05/08/2019  
Nome: BRUNO DE ARAUJO SENA  
CPF: 060.473.174-48

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 05/08/2019  
Nome: Isabelly Antonia dos Santos Ursulino  
CPF: 106.719.384-79

BRUNO DE ARAUJO SENA

Isabelly Antonia dos Santos Ursulino



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0264842/19

Número do Sinistro: 3190462143

Vítima: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

CPF: 115.885.914-76

Seguradora: GENTE SEGURADORA S/A

Data do acidente: 27/03/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Comprovação de registro de acidente declarado

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 14/08/2019  
Nome: BRUNO DE ARAUJO SENA  
CPF: 060.473.174-48

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 14/08/2019  
Nome: Marta Marinho dos Santos  
CPF: 492.294.514-87

BRUNO DE ARAUJO SENA

Marta Marinho dos Santos





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns**

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649074

Processo nº **0003232-11.2020.8.17.2640**

AUTOR: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

REU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

**DESPACHO**

R. hoje

Intime-se o autor sobre os documentos de ID 72478616 e seguintes.

Certifique a diligente secretaria o decurso de prazo para apresentação de réplica a contestação de ID 72478616.

Cumpra-se o despacho de ID 71979231.

Garanhuns, 22 de dezembro de 2020

Bel. Enéas Oliveira da Rocha

Juiz de Direito



## PETIÇÃO INTERLOCUTÓRIA







**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GARANHUNS/PE**

Processo n.º 00032321120208172640

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue.

**Cumpr**e esclarecer que, inicialmente, o demandado realizou equivocadamente o pagamento dos honorários periciais no Banco do Brasil. A fim de regularizar o ocorrido, foi devidamente providenciado novo pagamento, em 01-02-2021, vinculado à Caixa Econômica Federal, conforme ficha de compensação paga que segue em anexo.

Ocorre que, em relação ao primeiro pagamento, em 23/12/2020, Banco do Brasil, conta judicial 1300124621957, o demandado faz jus à devolução (vide comprovante em anexo).

Ante o exposto, requer que seja expedido OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA ao Banco do Brasil, nos termos do parágrafo único, do art. 906, CPC, para fins de devolução à ré do valor depositado nos autos, conforme anexo, e seus acréscimos legais, em favor da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04, autorizando ao Banco depositante a efetuar transferência na conta corrente nº 644000-2, Agência: 1912-7, do BANCO DO BRASIL S/A.

Requer ainda, seja determinado que o banco depositante junte aos autos o respectivo comprovante da transferência realizada através de TED da quantia expedida mediante ofício, possibilitando ao patrono da Ré realizar prestação de contas com maior clareza e transparência, informando o saldo líquido e a data exata da transferência realizada.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

GARANHUNS, 4 de fevereiro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





Data de Emissão: 04/02/2021 - Hora: 10:20:04 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

1ª VIA - DOCUMENTO DE CAIXA

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 3372 040 01521138-0	ID Depósito 040337200192101261
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município GARANHUNS
Vara 01A VARA CIVEL	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0003232.11.2020.8.17.2640		Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA	
Nome do Autor ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA			CPF/CNPJ 115.885.914-76
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 1	Data de Emissão 26/01/2021	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 200,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF3372001191201022021337200123 200,00COM			





Data de Emissão: 04/02/2021 - Hora: 10:20:04 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

2ª VIA - TRIBUNAL/VARA

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 3372 040 01521138-0	ID Depósito 040337200192101261
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município GARANHUNS
Vara 01A VARA CIVEL	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0003232.11.2020.8.17.2640		Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA	
Nome do Autor ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA			CPF/CNPJ 115.885.914-76
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 1	Data de Emissão 26/01/2021	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 200,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF3372001191201022021337200123 200,00COM			





Data de Emissão: 04/02/2021 - Hora: 10:20:04 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

3ª VIA - DEPOSITANTE

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 3372 040 01521138-0	ID Depósito 040337200192101261
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município GARANHUNS
Vara 01A VARA CIVEL	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0003232.11.2020.8.17.2640		Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA	
Nome do Autor ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA			CPF/CNPJ 115.885.914-76
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 1	Data de Emissão 26/01/2021	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 200,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF3372001191201022021337200123 200,00COM			



Nº DA PARCELA		Nº DA CONTA JUDICIAL	
0		1300124621957	
DATA DO DEPÓSITO		TIPO DE JUSTIÇA	
23/12/2020		ESTADUAL	
AGÊNCIA (PREF / DV)		TRIBUNAL	
67		TRIBUNAL DE JUSTICA	
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	
22/12/2020	2773533	00032321120208172640	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
GARANHUNS	1 VARA CIVEL	RÉU	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A		Jurídica	33608308000173
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA		Física	11588591476
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
5E673774A72EE8F3			
CÓDIGO DE BARRAS			





## JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GARANHUNS/PE

Processo n.º 00032321120208172640

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

GARANHUNS, 8 de fevereiro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR - 08/02/2021 11:44:11  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21020811441094800000073303667>  
Número do documento: 21020811441094800000073303667

			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			1300124621957	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
0		23/12/2020	67	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TRIBUNAL	
22/12/2020	2773533	00032321120208172640	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA		ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
GARANHUNS		1 VARA CIVEL	RÉU	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A			Jurídica	33608308000173
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA			Física	11588591476
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
5E673774A72EE8F3				
CÓDIGO DE BARRAS				





Data de Emissão: 04/02/2021 - Hora: 10:20:04 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

1ª VIA - DOCUMENTO DE CAIXA

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 3372 040 01521138-0	ID Depósito 040337200192101261
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município GARANHUNS
Vara 01A VARA CIVEL	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0003232.11.2020.8.17.2640		Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA	
Nome do Autor ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA			CPF/CNPJ 115.885.914-76
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 1	Data de Emissão 26/01/2021	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 200,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF3372001191201022021337200123 200,00COM			





Data de Emissão: 04/02/2021 - Hora: 10:20:04 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

2ª VIA - TRIBUNAL/VARA

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 3372 040 01521138-0	ID Depósito 040337200192101261
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município GARANHUNS
Vara 01A VARA CIVEL	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0003232.11.2020.8.17.2640		Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA	
Nome do Autor ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA			CPF/CNPJ 115.885.914-76
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 1	Data de Emissão 26/01/2021	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 200,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF3372001191201022021337200123 200,00COM			







Data de Emissão: 04/02/2021 - Hora: 10:20:04 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

3ª VIA - DEPOSITANTE

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 3372 040 01521138-0	ID Depósito 040337200192101261
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município GARANHUNS
Vara 01A VARA CIVEL	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0003232.11.2020.8.17.2640		Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA	
Nome do Autor ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA			CPF/CNPJ 115.885.914-76
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 1	Data de Emissão 26/01/2021	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 200,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF3372001191201022021337200123 200,00COM			



			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			0	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		01/02/2021	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO		
01/02/2021	040337200192101261	00032321120208172640		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PE	Vara Cível	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A		Jurídica	33608308000173	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA		FÍSICA	11588591476	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
70DE1DAFD7BF9A61				
CÓDIGO DE BARRAS				
10498.39291 94000.100043 12581.470767 8 85410000020000				





Data de Emissão: 04/02/2021 - Hora: 10:20:04 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

1ª VIA - DOCUMENTO DE CAIXA

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 3372 040 01521138-0	ID Depósito 040337200192101261
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município GARANHUNS
Vara 01A VARA CIVEL	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0003232.11.2020.8.17.2640		Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA	
Nome do Autor ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA			CPF/CNPJ 115.885.914-76
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 1	Data de Emissão 26/01/2021	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 200,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF3372001191201022021337200123 200,00COM			





Data de Emissão: 04/02/2021 - Hora: 10:20:04 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

2ª VIA - TRIBUNAL/VARA

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 3372 040 01521138-0	ID Depósito 040337200192101261
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município GARANHUNS
Vara 01A VARA CIVEL	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0003232.11.2020.8.17.2640		Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA	
Nome do Autor ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA			CPF/CNPJ 115.885.914-76
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 1	Data de Emissão 26/01/2021	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 200,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF3372001191201022021337200123 200,00COM			





Data de Emissão: 04/02/2021 - Hora: 10:20:04 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

3ª VIA - DEPOSITANTE

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 3372 040 01521138-0	ID Depósito 040337200192101261
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município GARANHUNS
Vara 01A VARA CIVEL	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0003232.11.2020.8.17.2640		Tipo de Ação/processo INDENIZATORIA	
Nome do Autor ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA			CPF/CNPJ 115.885.914-76
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 1	Data de Emissão 26/01/2021	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 200,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF3372001191201022021337200123 200,00COM			





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns**

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649074

Processo nº **0003232-11.2020.8.17.2640**

AUTOR: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

REU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

## CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que junto aos autos o AR devolvido. Por fim, o referido documento foi guardado no local de costume.

O referido é verdade e dou fé.

Dado e passado aos 09 dias de fevereiro de 2021, na secretaria da 1ª Vara Cível da comarca de Garanhuns. Eu, \_\_\_\_\_, José Belmiro Neto, Técnico Judiciário, digitei este expediente.







AVISO DE  
RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Nº DE IDENTIFICAÇÃO DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

**Destinatário(s):**

**Nome: MONGERAL AEGON SEGUROS E  
PREVIDENCIA S/A**

**Endereço: AV VISCONDE DE SUASSUNA,  
505, SANTO AMARO, RECIFE - PE - CEP:  
50050-540**

**Processo nº 0003232-11.2020.8.17.2640 – ID  
69729252**

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

*Jose Belmiro Neto*

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISON

*29/10/20*

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

*Jose Belmiro Neto*

*NOTA*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR

*7405816*

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO  
SIGNATURE DE L'AGENT

*Jose Belmiro Neto*

CARIMBO DE ENTREGA  
UNITÉ DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

*29 OUT 2020*

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns**

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649074

Processo nº **0003232-11.2020.8.17.2640**

AUTOR: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

REU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

## **CERTIDÃO**

Diante da petição de ID 74779165, faço os autos conclusos. O certificado é verdade e dou fé.

GARANHUNS, 16 de fevereiro de 2021

Joseirene de Carvalho Meireles  
Analista Judiciária





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns**

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649074

Processo nº **0003232-11.2020.8.17.2640**

AUTOR: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

REU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

**DESPACHO**

R. hoje

Defiro o pleito de ID 7477165, para determinar a expedição de ofício ao Banco do Brasil, solicitando a transferência dos valores equivocadamente depositados para a demandada, conforme ID 74779168, em razão dos dados bancários de ID 7477165; bem como comprove nos autos, a efetivação da transferência, no prazo de cinco dias.

Garanhuns-PE, 17 de fevereiro de 2021.

Bel. Enéas Oliveira da Rocha

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530

1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns

Processo nº 0003232-11.2020.8.17.2640

AUTOR: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

REU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

**OFÍCIO (vide ID)**

GARANHUNS, 1 de março de 2021.

Ao(À) Senhor(a)

GERENTE GERAL DO BANCO DO BRASIL - AGÊNCIA 0067 -

NESTA

Assunto: Transferência de Valores.

Senhor(a) Gerente,

Pelo presente, solicito de V.Sª. as necessárias providências no sentido de realizar a transferência de valores, conforme dados abaixo, **bem como comprove nos autos, a efetivação da transferência, no prazo de cinco dias.**

**BENEFICIÁRIO:** Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A, CNPJ n. 09.248.608/0001-04

**VALOR AUTORIZADO:** R\$ 200,00 (duzentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.

**DADOS DA CONTA JUDICIAL:** BANCO DO BRASIL. CONTA JUDICIAL 1300124621957

**DADOS DA CONTA DE DESTINO:** BANCO DO BRASIL. AGÊNCIA 1912-7, CONTA CORRENTE 644000-2

Tudo conforme **DESPACHO de ID 75359060** dos autos do Processo Judicial Eletrônico - PJe, acima epigrafado: "Defiro o pleito de ID 7477165, para determinar a expedição de ofício ao Banco do Brasil, solicitando a transferência dos valores equivocadamente depositados para a demandada, conforme ID 74779168, em razão dos dados bancários de ID 7477165; bem como comprove nos autos, a efetivação da transferência, no prazo de cinco dias."

Atenciosamente,

Márcio Bastos Sá Barretto

Juiz de Direito em Exercício Cumulativo

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns**

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649074

Processo nº **0003232-11.2020.8.17.2640**

AUTOR: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

REU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que enviei o ofício de ID 76075655 para o e-mail age0067@bb.com.br, conforme comprovante em pdf. O certificado é verdade e dou fé.

GARANHUNS, 02 de março de 2021.

Joseirene de Carvalho Meireles

Analista Judiciária






Zimbra

joseirene.meireles@tjpe.jus.br

---

**Envio do ofício de transferência de ID 76075655 , extraído dos autos de n.º 0003232-11.2020.8.17.2640**

---

**De :** vciv01 garanhuns <vciv01.garanhuns@tjpe.jus.br> Ter, 02 de mar de 2021 09:49**Remetente :** joseirene meireles 1 anexo

&lt;joseirene.meireles@tjpe.jus.br&gt;

**Assunto :** Envio do ofício de transferência de ID 76075655 ,  
extraído dos autos de n.º 0003232-  
11.2020.8.17.2640**Para :** age0067@bb.com.br

Bom dia,

segue, em anexo, ofício de transferência de ID 76075655 , extraído dos autos de n.º 0003232-11.2020.8.17.2640, para fins de cumprimento.

Por favor, acusar recebimento e comprovar a efetivação da transferência, no prazo de cinco dias, conforme determinado no despacho de ID 75359060.

Obs: desconsiderar o e-mail anterior, uma vez que consta o nome do processo errado ( 0000611-41.2020.8.17.2640).

Atenciosamente,  
Joseirene de C. Meireles  
Analista Judiciária **Ofício (13).pdf**  
39 KB



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns**

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649074

Processo nº **0003232-11.2020.8.17.2640**

AUTOR: ALAN MELO HONORIO DE OLIVEIRA

REU: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

**CERTIDÃO**

Certifico que, nesta data, junto aos autos ofício do Banco do Brasil, que segue. O certificado é verdade e dou fé.  
GARANHUNS, 5 de março de 2021

Ana Paula Ferreira dos Santos  
Analista Judiciária



Agendamento de Resgate Justiça Estadual

-----  
Numero de Protocolo : 00000000051261416  
Processo : 00032321120208172640  
Numero do Alvará : ID 74779168  
Data do Alvará : 01/03/2021  
Data do Levantamento : 02/03/2021  
Beneficiário : SEGURADORA LIDER DO CONSO  
CPF/CNPJ : 09.248.608/0001-04  
Agência do Resgate : 0067 GARANHUNS  
-----

DADOS DO RESGATE

Valor do Capital	: R\$	200,00
Valor dos Rendimentos	: R\$	0,54
Valor Bruto Resgate	: R\$	200,54
Valor do IR	: R\$	0,00
Valor Líquido Resgate	: R\$	200,54

DADOS DO CRÉDITO

Finalidade : Resgate Centralizado

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Conta Resgatada : 1300124621957

=====

Autenticação Eletrônica: 0D5BB49EA8768FC1

Valores sujeitos a alterações até o efetivo processamento do resgate.

Acesse seus comprovantes diretamente no site [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), no menu Judiciário > Serviços Exclusivos > Depósito Judicial > Comprovantes. Clientes BB também podem acessar no Autoatendimento Pessoa Física e Gerenciador Financeiro.





Ofício 007/2021

Garanhuns - PE, 02 de Março de 2021.

À Sua Excelência o Senhor  
Márcio Bastos Sá Barreto  
Juiz de Direito  
Primeira Vara Cível de Garanhuns  
Fórum Min. Eraldo Gueiros Leite – Av. Rui Barbosa, 479, Heliópolis, Garanhuns – PE.

**Processo Nº : 0003232-11.2020.8.17.2640**  
**Autor.....: ALAN MELO HONÓRIO DE OLIVEIRA**  
**Réu.....: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA SA**

Meritíssimo(a) Juiz(a),

Em atendimento à requisição de Vossa Excelência no Ofício ID 74779168, encaminhamos o comprovante da transferência dos valores da Conta Judicial 1300124621957.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência para os eventuais esclarecimentos/informações que porventura Vossa Excelência entender necessário.

Respeitosamente,

**BANCO DO BRASIL S.A.**  
**AGÊNCIA GARANHUNS**

Assinado eletronicamente por:  
F6573859 - LUIZ PINHEIRO DE SOUSA NETO - 03/03/2021 às 12:25

çã: 4379819222106FY

bb.com.br/assinatura-digital/#/17,506276,1,



Assinado eletronicamente por: ANA PAULA FERREIRA DOS SANTOS - 05/03/2021 08:46:57  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21030508465698500000074824863>  
Número do documento: 21030508465698500000074824863

Num. 76359288 - Pág. 1

05/03/2021

Zimbra

Zimbra

ana.pfs@tjpe.jus.br

**Re: Envio do ofício de transferência de ID 76075655 , extraído dos autos de n.º 0003232-11.2020.8.17.2640**

**De :** age0067@bb.com.br

Qua, 03 de mar de 2021 21:19

**Remetente :** sylvianatalia@bb.com.br

2 anexos

**Assunto :** Re: Envio do ofício de transferência de ID 76075655 , extraído dos autos de n.º 0003232-11.2020.8.17.2640

**Para :** vciv01.garanhuns <vciv01.garanhuns@tjpe.jus.br>

**Cc :** pneto@bb.com.br,  
sylvianatalia@bancodobrasil.com.br

Boa tarde,

Em atenção à solicitação contida no Ofício ID 76075655, de 01/03/2021, encaminhamos em anexo Ofício de Resposta nr. 007/2021 informando o cumprimento, bem como o comprovante de resgate da conta judicial 1300124621957.

Atenciosamente,

Sylvia Natália  
Gerente de Serviços

----- Mensagem original -----

De: vciv01.garanhuns@tjpe.jus.br

Enviado por: joseirene.meireles@tjpe.jus.br

Para: age0067@bb.com.br

Cc:

Assunto: Envio do ofício de transferência de ID 76075655 , extraído dos autos de n.º 0003232-11.2020.8.17.2640

Data: ter, 2 de mar de 2021 09:50

Bom dia,

segue, em anexo, ofício de transferência de ID 76075655 , extraído dos autos de n.º 0003232-11.2020.8.17.2640, para fins de cumprimento.

Por favor, acusar recebimento e comprovar a efetivação da transferência, no prazo de cinco dias, conforme determinado no despacho de ID 75359060.

Obs: desconsiderar o e-mail anterior, uma vez que consta o nome do processo errado ( 0000611-41.2020.8.17.2640).

mailto:tjpe.jus.br/h/printmessage?id=2d85a51e-5de2-45f9-834d-1af52aed709a:6295&tz=(GMT-03.00) Auto-Detected

1/2




05/03/2021

Zimbra

Atenciosamente,  
Joseirene de C. Meireles  
Analista Judiciária

---

 **0ITf8zfg.pdf**  
165 KB

 **Documento\_2021-03-03\_17h56m42s.pdf**  
313 KB

---

